



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MATHEUS BARRIENTOS FERREIRA

O JORNAL *A PLEBE* E A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE UMA  
CONSCIÊNCIA ANARQUISTA DE CLASSE (1917-1924)

Londrina  
2023

MATHEUS BARRIENTOS FERREIRA

O JORNAL *A PLEBE* E A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE UMA  
CONSCIÊNCIA ANARQUISTA DE CLASSE (1917-1924)

Dissertação apresentada ao Departamento de História, da  
Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Arias Neto

Londrina  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

F383j Ferreira, Matheus Barrientos.  
O jornal A Plebe e a luta pela construção de uma consciência anarquista de classe (1917-1924). / Matheus Barrientos Ferreira. - Londrina, 2023.  
125 f. : il.

Orientador: José Miguel Arias Neto.  
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2023.  
Inclui bibliografia.

1. A Plebe - Tese. 2. Anarquismo - Tese. 3. Operariado - Tese. 4. Classe Social; - Tese. I. Arias Neto, José Miguel . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 93

MATHEUS BARRIENTOS FERREIRA

O JORNAL *A PLEBE* E A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE UMA  
CONSCIÊNCIA ANARQUISTA DE CLASSE (1917-1924)

Dissertação apresentada ao Departamento de História, da  
Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre em História Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Arias Neto  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Hélio Sochodolak  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Silvia Cristina Martins de Souza  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 06 de outubro de 2023.

Dedico este trabalho a minha FAMÍLIA.

## AGRADECIMENTOS

Começo essa nota de agradecimento, olhando para aqueles que sempre estiveram, e estarão, ao meu lado em todos os momentos, meus pais, Elisete Barrientos e Cicero Ferreira; quando pensei em desistir, me fizeram levantar, quando pensei que não seria possível, me fizeram acreditar, ao amor que sempre recebi agradeço, aqui, por existirem.

Ao meu pai, que foi morar com Deus no dia 15 de agosto de 2023, dedico este trabalho, e afirmo estar dando continuidade ao seu sonho; onde estiver, esteja orgulhoso que seus esforços não foram em vão.

Em um segundo momento, quero agradecer minha companheira Lorena, que esteve comigo nos momentos mais difíceis da escrita e, de maneira sutil e amorosa, soube me aconselhar e me apresentar soluções, onde só havia escuridão.

Amizades são feitas de laços. Uma vez ouvi dizer que o amigo é um irmão não de sangue, e que uma amizade verdadeira sempre te ajudará nos momentos mais difíceis. Aos meus amigos HISTORIADORES, que me acolheram no Mestrado (UEL), me ensinaram e mostraram um outro mundo, Maykon Ferreira, Giovanna Trevelin e Bruno Natan. Além dos meus amigos de vida, que estão comigo desde antes de existir o Me. Matheus Barrientos.

A minha amiga e irmã Mayara Balestro, dedico essa dissertação com orgulho de um dia contar para os meus filhos que sou amigo de uma das maiores historiadoras do Brasil, hoje e sempre seguiremos na luta, na busca por construir um país melhor.

Aos professores, a mais bela profissão, a arte do ensinar, Me. Lorayne Ueoka, Dr. Thiago Granja Belieiro e Dr. José Miguel Arias Neto, dois orientadores que eu tive o privilégio de poder ter seus respectivos nomes em minhas pesquisas, além de me ensinarem e construírem quem eu sou hoje.

Aos professores Maria Aparecida Almeida, João Bocardo, Ozeas dos Santos e Eduardo Andrade, deixo aqui meu agradecimento especial, pelos seus trabalhos prestados nos pontos de correção, assim como conselhos e debates históricos que arrebanhou sorrisos, ideias e incógnitas, pois aquele que acha que sabe tudo, sabe quase nada.

*“As palavras são testemunhas que muitas vezes falam mais alto do que os documentos.”*

Eric Hobsbawm

BARRIENTOS, Matheus Ferreira. **O jornal *A Plebe* e a luta pela construção de uma consciência anarquista de classe (1917-1924)**. 2023. 126 páginas. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

## RESUMO

O trabalho visa analisar a formação, estruturação e consolidação do periódico anarquista do século XX, *A Plebe*, entre os anos de 1917 até 1924, dentro do contexto de apresentação de suas ideologias para a sociedade, arrematação de apoiadores pela causa e a formação de uma consciência social de classe, tendo surgido em meio ao caos vivido na cidade de São Paulo, no do ano de 1917, no contexto da Greve Geral. Utilizamos como base historiográfica, E.P. Thompson e Eric Hobsbawm, importantes historiadores que analisaram a formação da classe operária pelo mundo, em diferentes situações. O principal destaque da pesquisa concretiza-se na construção da interação entre o jornal, a classe trabalhadora e a denúncia, pelo periódico, da alienação e repressão propiciadas por grupos governantes e poderosos da cidade, caracterizando-se como base de sustentação de uma grande desigualdade social. A relação construída ao longo dos anos pelo meio midiático e o grupo operariado demonstra como ponto principal que o jornal realizou grandes batalhas para a criação e concretização do que chamamos de consciência social (classe). Por fim, analisamos o próprio papel do jornal na vida operária, suas falas, ações, lutas e causas, que modificaram o dia a dia da classe operária da cidade, principalmente na união proporcionada através de eventos e da educação sobre luta e causa.

**Palavras-chave:** *A Plebe*; Anarquismo; Operariado; Classe Social; São Paulo.

BARRIENTOS, Matheus Ferreira. **The newspaper the plebe and the fight for the construction of an anarchist class consciousness (1917-1924)**. 2023. 126 páginas. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

### ABSTRACT

The work aims to analyze the formation, structuring and consolidation of the anarchist journal of the 20th century, A Plebe, between the years 1917 to 1924, within the context of presenting its ideologies to society, winning supporters for the cause, and the formation of a social class consciousness, which eventually emerged amidst the chaos experienced in the city of São Paulo, in the year 1917, in the context of the General Strike. Using as a historiographic base, EP Thompson and Eric Hobsbawm, important historians who analyzed the formation of the working class around the world, in different situations. The main highlight of the writing materializes in the construction of the interaction between the newspaper and the working class and the denunciation, by the newspaper, of the alienation and repression propitiated by governing and powerful groups in the city, which is characterized as the support base of a great social inequality. The relationship built over the years by the media and the working class demonstrates how the newspaper carried out great battles for the creation and implementation of what we call social consciousness (class). Finally, I analyze the role of the newspaper in working-class life, its speeches, actions, struggles and causes, which changed the daily life of the working class in the city, mainly in the union provided through events and education about struggle and cause.

**Key words:** A Plebe; Anarchism; Worker; Social Class, São Paulo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Charge exposta na primeira edição, <i>A Plebe</i> , 1917.....	61
<b>Figura 2</b> – Charge exposta na capa do <i>A Plebe</i> .....	62
<b>Figura 3</b> – Capa da primeira edição, <i>A Plebe</i> , do ano de 1917.....	65
<b>Figura 4</b> – Capa da última edição, <i>A Plebe</i> , do ano de 1917.....	68
<b>Figura 5</b> – Capa do <i>A Plebe</i> , do ano de 1919.....	70
<b>Figura 6</b> – Capa da edição, <i>A Plebe</i> , do ano de 1919.....	71
<b>Figura 7</b> – Manchetes sobre acontecimentos grevistas em Porto Alegre e Campinas.....	71
<b>Figura 8</b> – Manchete com ilustração sobre a Revolução Social na Alemanha.....	72
<b>Figura 9</b> – Convite para as festividades promovidas pelo <i>A Plebe</i> .....	75
<b>Figura 10</b> – Balancete – <i>A Plebe</i> .....	76
<b>Figura 11</b> – Balancete do Festival Realizado em 12 de Maio de 1922.....	77
<b>Figura 12</b> – Anúncio de boicote pelos trabalhadores.....	80
<b>Figura 13</b> – Enunciado sobre paralisação contra a Companhia Antartica Paulista.....	81
<b>Figura 14</b> – Charge da ação policial sobre o movimento grevista.....	91
<b>Figura 15</b> – Anúncio <i>A Plebe</i> .....	97
<b>Figura 16</b> – Anúncio Escola Moderna n. 1.....	100
<b>Figura 17</b> – Manchete <i>A Plebe</i> – 1917.....	102
<b>Figura 18</b> – Manchete <i>A Plebe</i> – 1917.....	105
<b>Figura 19</b> – Charge sobre a vida em sociedade.....	107
<b>Figura 20</b> – Convite para reunião do <i>A Plebe</i> .....	109
<b>Figura 21</b> – Anúncio das festividades do 1º de Maio.....	111
<b>Figura 22</b> – Derradeiras Machadadas.....	112
<b>Figura 23</b> – Para que “ <i>A Plebe</i> ” viva e se desenvolva.....	116
<b>Figura 24</b> – Aphorismo e Anotações.....	117
<b>Figura 25</b> – Declamações contra a instituição clerical.....	118

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Crescimento operário na cidade de São Paulo.....	22
<b>Tabela 2</b> – Crescimento da população de São Paulo e as taxas de alfabetização e analfabetismo.....	99

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1 — O FORJAR DE UMA CLASSE SOCIAL</b> .....	20
1.1 – Abolição e a República do Brasil.....	24
1.2 – Imigração: a arte do excluir.....	33
1.3 – Industrialização: a formação de São Paulo.....	39
1.4 – Operariado: excluídos e lembrados.....	44
<b>CAPÍTULO 2 — HISTÓRIA E IMPRENSA: O SURGIMENTO DE <i>A PLEBE</i></b> .....	50
2.1 – Anarquia e notícia: o nascer do <i>A Plebe</i> .....	57
<b>CAPÍTULO 3 — UMA ANÁLISE DO PERIÓDICO <i>A PLEBE</i> NA LUTA DE CLASSES</b> .....	82
3.1 – 1917-1920: Nasce um movimento.....	88
3.2 – 1921-1924: Anarquismo e união da classe operária.....	95
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	119
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	123

## INTRODUÇÃO

Ao historiador é atribuído pela sociedade o papel de contar os acontecimentos do passado, assim como analisa em seu livro Tani Regina de Luca<sup>1</sup>, porém o passado sempre estará aberto a diferentes interpretações. As novas preocupações do presente transferem para aquele que escreve a história a inquietação pela busca de novas respostas.

Analisando a construção do passado acerca da formação da classe operária, é possível encontrar pesquisas bem consolidadas realizadas por pesquisadores, historiadores, sociólogos, mas o presente necessita de novas respostas que abordem o problema da identidade de muitos grupos sociais, que em diferentes momentos da construção da narrativa histórica foram excluídos deste processo.

A busca por meios que proporcionaram a construção da sociedade torna-se a peça-chave para o entendimento do molde social, e suas interações conflituosas e de interesse, identificando assim os grupos sociais que estão sendo galgados, de forma alienada e exclusiva.

Nesse sentido, a atualidade de desunião, individualidade, principalmente naquilo que em diferentes momentos os brasileiros demonstraram para a sociedade, requer um resgate histórico que demonstre o princípio de união e consciência de classe, podendo alterar a realidade vivida por muitos em diferentes situações e camadas da sociedade. O passado, muitas vezes, demonstra e narra indiretamente a realidade do presente.

Cláudio Henrique de Moraes Batalha<sup>2</sup>, ao analisar o processo de relações sociais dentro dos movimentos sociais, identifica que os próprios pilares ideológicos que o capitalismo proporciona acabam, indiretamente, por constituir novos e diferentes movimentos que, por vezes, proporcionam o cenário ideal para a rebeldia contra o próprio sistema, dentre eles o movimento operário, que pode utilizar a organização social estabelecida para se forjar e fortalecer.

Assim, os estudos sobre história do trabalho não mais se concentram apenas no pensamento sobre a classe social, ou até mesmo na luta de classes, mas sim buscam integrar aqueles que permaneceram por longos períodos excluídos dos mais diversos estudos sobre a temática, pois a questão social levantada dentro da luta operária se torna mais complexa e esclarecedora, quando há o olhar para questões que rodeiam a temática central, como, por exemplo, a questão étnica, de gênero, dentre outros.

---

<sup>1</sup> LUCA, Tania Regina de. *Práticas de pesquisa em história*. São Paulo: Contexto, 2022.

<sup>2</sup> BATALHA, Cláudio H. M. O Movimento Operário Brasileiro e a Inspiração Internacional (1870-1920). Manaus: **Canoa do Tempo**: Revista do programa de Pós-Graduação em História, n. 1, v. 5, 2012.

Justamente, o processo excludente dos diferentes grupos sociais e étnicos pode ser lido na passagem exposta do jornal *A Plebe*, que relata o momento de necessidade, aflito e de opressão que a sociedade vivia, necessitando de busca por respostas, soluções, visando retirar da realidade descrita aqueles que não tinham oportunidade, e que necessitavam conhecer a sua verdadeira função na sociedade. Assim cita:

“A Plebe, como facilmente se verifica, é uma continuação da A Lanterna. Melhor dizendo, é a própria A Lanterna que, atendendo às excepcionaes do momento gravíssimo, com nova feição hoje ressurgue para desenvolver a sua luta emancipadora em uma esfera de acção mais vasta. De mais amplos horizontes, com um integral programma de desassombrado combate a todos os elementos de opressão que sujeitam o povo deste paiz, como o de toda a terra, à odiosa sociedade vigente, alicerçada por toda a sorte de misérias e de violencias”.<sup>3</sup>

O autor da citação acima, o jovem Edgard Leuenroth, importante anarquista do começo do século XX, buscou durante todo o período em que esteve presente na vida operária, assim como na imprensa brasileira, dar voz à classe operária, relatando as dificuldades e os anseios que buscava na inserção social, que mantivera vivo no seio das respectivas lutas de classe que se impunham na cidade de São Paulo.

Diversos movimentos grevistas se caracterizam na cidade de São Paulo, no respectivo período, chamando a atenção para o período destacado na construção da presente dissertação, 1917, o grande movimento grevista ocasionado na cidade, alterando tanto a vida urbana da capital, assim como os próprios pilares que sustentavam a antiga oligarquia<sup>4</sup> social e os novos industriais.

A recorrência para a disseminação da luta social, através dos periódicos, tornou-se um elo importante entre os líderes sindicais e os operários, vale ressaltar, neste momento, que os periódicos eram o principal meio de comunicação existente, ainda que as emissoras de rádios<sup>5</sup> se destinassem e se mantivessem como produto principal, porém quando falamos de transmissão de informação, os jornais acabavam por conquistar um grande grupo social pela sua facilidade de aquisição, além de seu menor custo.

---

<sup>3</sup> A PLEBE – nº 01 – Ano 1917

<sup>4</sup> Regime político em que o poder é comandado por um número restrito de pessoas que pertencem a um mesmo partido, classe ou família. Preponderância de um pequeno grupo ou facção no exercício do poder, especialmente para governar conforme seus interesses. <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=oligarquia> – Acesso em 14/10/2022

<sup>5</sup> Como explica Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, em sua obra *História da Imprensa no Brasil*, o jornal e a história do Brasil sempre estiveram juntos, andando lado a lado, desde os primórdios até a constituição da República. A imprensa jornalística viu um Brasil nascer, crescer e se desenvolver, criando grande laço com a sociedade, tornando-se parte do seu dia a dia.

No âmbito geral, este estudo tem por objetivo promover e ampliar a discussão sobre o surgimento, formação, estruturação e consolidação de um dos periódicos operários de maior importância e circulação do início do século XX, na cidade de São Paulo, com bases anarquistas, que se propôs a ensinar e conscientizar a classe operária.

Na presente pesquisa, o recorte temporal busca viabilizar a análise da fonte jornalística, em termos mais específicos de 1917 até 1924, promover o conhecimento a respeito do surgimento do periódico *A Plebe*, em meio às problemáticas grevistas existentes na cidade de São Paulo.

*A Plebe* foi escolhido por ser um dos jornais com maior relevância no contexto de luta social da época, além da sua ideologia anarquista que acabou por se ramificar na classe operária, seus redatores e editores também acabaram por ganhar grande ênfase nas lutas sociais, sendo referenciados em inúmeras obras.

Até a primeira metade da década de 1920, o jornal acaba por mergulhar em um mundo de prisões, sabotagens e, principalmente, perseguição por parte de órgãos governamentais. Além disso, a década de 1920 acaba por transformar a cidade de São Paulo com o movimento da Semana de Arte Moderna de 1922.

Assim, busco trazer voz para os operários, importante classe social, silenciados em diferentes aspectos durante todo o processo de construção da sociedade paulistana, na qual se tornam alvos das classes superiores, sendo, de certo modo, subjugados, alienados e silenciados, não havendo espaço para o ecoar de suas vozes.

O que me direciona então são as palavras, vozes, frases e dizeres que foram expostos nas páginas de *A Plebe*, na tentativa de estabelecer o diálogo e dar voz para aqueles que não a tinham, e assim tornam esse operariado protagonista da “revolução” social.

A temática sobre a construção da classe operária<sup>6</sup>, dentro e fora do Brasil, se apresenta através da escrita de diferentes autores, tornando-se, assim, assunto de extrema importância para o entendimento da constituição das sociedades modernas, principalmente no decorrer do processo da Primeira Revolução Industrial e suas consequências nos posteriores séculos.

A sociedade paulistana se estabeleceu ao longo de séculos com base em preceitos que acabaram servindo de modelo para outras sociedades. Com a globalização, esses preceitos

---

<sup>6</sup> Funcionário de fábrica ou indústria, principalmente o que exerce, mediante salário, ocupação, manual ou mecânica; industriário. Segundo ainda Eric Hobsbawm, ao escrever sua obra, *Mundos do trabalho*, conecta o surgimento e construção da presente classe social ao processo histórico que se inflama com a industrialização em seus primórdios (Primeira Revolução Industrial), e passa pelos presentes fatos históricos que modificam governos e sociedades ao longo dos posteriores séculos, havendo adequação da luta, assim como sua própria constituição, aos cenários no qual são empregados.

foram levados às terras brasileiras e se tornaram importantes na construção social no final do século XIX e início do século XX.

Uma mistura de conflitos sociais históricos, como a questão da escravidão, junto com o início da industrialização brasileira, resultou em uma sociedade baseada em pilares de exploração. A grande massa trabalhadora, ou operariado, ficou subjugada ao governo de um pequeno grupo social, a oligarquia.

Pode-se perceber assim que as questões étnicas, bem como as desigualdades sociais, tornam-se uma recorrência histórica na sociedade brasileira, transformando-se ao longo de todo o processo, seja ele imperial, republicano, urbanístico ou rural.

Busco analisar o comportamento da classe operária perante a proposta do periódico, assim como a estrutura social/governamental, que acaba por se impor e utilizar seus meios para o impedimento da criação da consciência de classe desejada pelo *A Plebe*.

Pensando nas políticas que florescem no começo do século XX<sup>7</sup>, tanto na cidade de São Paulo como no próprio contexto mundial, constrói-se um grande fantasma comunista, que se insere nas respectivas sociedades, principalmente, no ocidente capitalista.

A partir desse imaginário é que se constitui o caminho longo e árduo em que *A Plebe* terá que percorrer, desconstruir e reconstruir no social político da classe operária da cidade de São Paulo; torna-se, de certo modo, nos primeiros anos, a principal barreira para a ligação do jornal com a referida classe. O comunismo, assim como o anarquismo, foi representado nos países capitalistas como ideologias que arruinariam a sociedade: fome, ditadura, perseguição e morte lhes são atribuídas.

A fome, a miséria, os conflitos, dentre tantos outros motivos, levaram uma grande onda migratória para as terras do “Novo Mundo”, ou como chamamos hoje em dia, para a América. No Brasil, este processo se intensifica principalmente durante o século XX, na era dourada do café e, posteriormente, na industrialização.

Aqui utilizo E.P. Thompson, em seu livro *A Formação da Classe Operária Inglesa*<sup>8</sup>, no qual se torna evidente o processo de alienação, assim como excludente, na sociedade do século XVIII, que está sendo analisado pelo autor.

---

<sup>7</sup> No início do século XX, o Brasil está vivendo a implementação da República, ao mesmo tempo em que grupos oligárquicos acabam tomando posse da sua regência, criando assim uma base sólida em que militares e latifundiários dividem o poder do país, surgindo, dentre tantos períodos, a “República das Espadas”, “República do Café com Leite”.

<sup>8</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa, vol. 1: a árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2019. O respectivo livro se constitui com outros dois volumes, v. 2: *A maldição de Adão*, e v. 3: *A força dos trabalhadores*, me refiro aqui ao volume 1 especialmente neste capítulo, em que o autor descreve princípios e questões que levaram à formação da classe operária inglesa.

O desafio desta pesquisa se baseia na indagação sobre a construção do imaginário social em torno das ideologias revolucionárias, como o anarquismo<sup>9</sup> e como essas ideias são aceitas, recebidas e propagadas pela sociedade. Estes pontos são frequentemente resistentes às informações apresentadas nos meios de comunicação e constituem um dos questionamentos mais relevantes da pesquisa.

Assim, a resistência social da própria classe operária torna-se o segundo pilar de questionamento, em respectivos aspectos, sobre o verdadeiro aceite do operariado em receber e ser uma classe social, distante das que se caracterizam como suas dominantes. Na construção da problemática social, política, o terceiro e último questionamento se levanta no pretexto de analisar os meios pelos quais o periódico *A Plebe* se apoia para construir sua relação inexistente com seu principal alvo, a classe operária, as transformações, assim como os meios traçados pelo referenciado, para conseguir conquistar e trazer esse operário para a luta social.

A metodologia da presente pesquisa visa trabalhar com o referencial teórico imposto pelo anarcossindicalismo através das páginas do periódico *A Plebe* (1917-1924); o recorte temporal se destaca, pois representa o nascer do jornal em meio a movimentos tanto brasileiros (Greves Gerais) como mundiais (Revolução Russa), até 1924, passando a sofrer boicotes diretamente incitados por órgãos de composição do governo estadual.

Desse modo, torna-se necessária a obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala*<sup>10</sup>, assim como a obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, no âmbito de entendimento sobre a construção/concepção da sociedade brasileira e suas desigualdades enraizadas no seio social.

No decorrer do período, podemos perceber as diferentes ideias, vindas de diferentes pessoas e países distintos, que iriam compor o corpo editorial do periódico. Da mesma forma, ao mesmo tempo, pode ser percebida a introdução na sociedade, assim como a ação do Estado sobre a publicação e a distribuição do jornal.

---

<sup>9</sup> “O termo Anarquismo, ao qual freqüentemente é associado o de "anarquia", tem uma origem precisa do grego anarcia, sem Governo: através deste vocábulo se indicou sempre uma sociedade, livre de todo o domínio político autoritário, na qual o homem se afirmaria apenas através da própria ação exercida livremente num contexto sócio-político em que todos deverão ser livres. Anarquismo significou, portanto, a libertação de todo o poder superior, fosse ele de ordem ideológica (religião, doutrinas, políticas, etc.), fosse de ordem política (estrutura administrativa hierarquizada), de ordem econômica (propriedade dos meios de produção), de ordem social (integração numa classe ou num grupo determinado), ou até de ordem jurídica (a lei). A estes motivos se junta o impulso geral para a liberdade. Daí provém o rótulo de libertarismo, atribuído ao movimento, e de libertário, empregado para designar o que adere ao libertarismo.” – Dicionário Político, 1998. p. 23

<sup>10</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

É relevante discutir os textos que apresentam críticas às esferas de poder da elite local, sob a dominação da classe operária, colocando ainda em questão os meios utilizados pelo periódico para se estabelecer no seio da classe operária.

A pesquisa será construída sobre o jornal *A Plebe*, entre o período de 1917-1924, período correspondente a um grande desenvolvimento da cidade São Paulo, principalmente através da imigração, que muda os conceitos de se pensar em luta de classes, especialmente com os pensamentos anarquistas dos imigrantes italianos. Os imigrantes proporcionam a introdução e o fortalecimento dos movimentos já existentes na sociedade paulistana, quando a temática se direciona à luta social por direitos.

Odair da Cruz Paiva, em seu livro *Hospedaria de imigrantes de São Paulo*<sup>11</sup>, constrói o retrato do cenário com o qual o imigrante, ao chegar ao estado de São Paulo, assim como na cidade de São Paulo, deparava-se em relação às questões sociais ou estruturais. A partir dessa percepção nasce o desejo por mudanças.

Na perspectiva de insurreição do periódico fomentado por Edgard Leuenroth, busca-se enaltecer os movimentos grevistas do fim da década de 1910, na cidade de São Paulo, revelando os parâmetros ideológicos no interior e exterior do país, no mesmo recorte temporal.

E. P. Thompson, em seu livro *A formação da classe operária inglesa*, constrói a formação do proletariado inglês, dando ênfase ao entendimento da condução introdutória do operário no sistema fabril e, principalmente, às mudanças em sua vida social e familiar.

A formação, desenvolvimento e consolidação desta classe trabalhadora, em todo o mundo, é uma questão que gera grandes questionamentos a respeito desse grupo social, diversos autores discorreram sobre essa questão. São estudos como este que promovem certo entendimento sobre o que é ser um operário.

Integrar o operariado vai além de exercer funções nos meios fabris, transforma-se em uma identificação social, pessoal, como retrata em sua obra Eric Hobsbawm, *Mundos do Trabalho*<sup>12</sup>. A classe operária torna-se um dos pilares fundamentais na construção/constituição da cidade de São Paulo, contribuindo direta e indiretamente, transformando e formando a cultura local.

A fonte selecionada para a construção da pesquisa, conforme mencionado, é *A Plebe*, periódico impresso que circulou nas praças da cidade de São Paulo, assim como nos meios fabris, dentre os anos de 1917-1951, sendo seu editor-chefe Edgar Leuenroth, jovem

<sup>11</sup> PAIVA, Odair da Cruz. *Arquivos da imigração no contexto da hospedaria de imigrantes de São Paulo*. Marília: **Revista Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 2, 2009.

<sup>12</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

paulistano que promove, através das páginas do periódico, os pilares ideológicos anarquistas, no decorrer do sindicalismo que se constituía na cidade.

*A Lanterna*, jornal do início do século XX, no qual Edgard Leuenroth compôs como colaborador, serviu de base para a composição do *A Plebe*, no qual mantiveram-se os pilares anticlericais, assim como dava voz àqueles que não tinham espaço dentro da sociedade.

Como apresentado anteriormente, o jornal é uma peça fundamental para o entendimento do pensamento ideológico e, principalmente, dos princípios que o grupo anarquista transmite para a classe operária: a pretensão de desenvolver a consciência de classe. Isto faz com que seja necessário o levantamento bibliográfico acerca dos temas relevantes dentro do movimento anarquista, partindo da primazia da hermenêutica, que traz consigo a possibilidade de trabalhar com a interpretação textual que considera todo o horizonte histórico que os textos podem carregar consigo.

Em suas páginas, o periódico consegue transmitir a formação, o desenvolvimento, a consolidação e a participação operária nos movimentos que eram promovidos no período, assim como participava do dia a dia deste respectivo operário, construindo um horizonte no qual acaba por demonstrar as imposições imperceptíveis das classes mais altas que estão na governança.

No primeiro capítulo desta dissertação, intitulado "O forjar de uma classe social", busco compreender não apenas a classe operária brasileira, mas a própria sociedade brasileira, desde seus primórdios coloniais até o período específico que será abordado. Para isso, utilizo diferentes perspectivas e paradigmas para entender o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil.

O segundo capítulo é dedicado a uma análise complexa da imprensa operária na cidade de São Paulo, intitulado "História e Imprensa: o surgimento de *A PLEBE*". Neste capítulo, abordo a organização dos periódicos voltados para a luta social, o engajamento social alcançado por eles e a busca pela criação de uma consciência de classe. Entre os vários periódicos da época, como *O Estado de São Paulo*, *O Commercio*, *A Lanterna*, entre outros, destaco a importância do jornal *A Plebe* na defesa do operariado, engajando-se em greves operárias, movimentos paralelos e ensinando a consciência de classe a um grupo social abandonado pelos políticos e pela elite.

No terceiro capítulo, intitulado "Uma análise do periódico *A PLEBE* na luta de classes", faço uma análise mais profunda do jornal e dos meios pelos quais ele traça a luta de classes na sociedade paulistana, demonstrando suas características e os meios utilizados pelo periódico para inserir uma consciência social e de classes na grande massa operária da cidade de São Paulo.

Em conclusão, esta pesquisa busca entender a formação da classe operária brasileira e sua relação com a imprensa operária em São Paulo, bem como analisar as estratégias utilizadas pelo jornal *A Plebe* para conscientizar a classe trabalhadora a lutar pelos seus direitos.

## CAPÍTULO 1 – O FORJAR DE UMA CLASSE SOCIAL

A luta de classes, processo não característico somente das sociedades modernas, se transformou ao longo dos séculos, sendo presente em convívios sociais desde a Antiguidade, podendo ser exemplificado com as relações impostas pela vassalagem dentro da Idade Média, na qual a construção da relação entre Senhor Feudal e Vassalo, ao longo do período, pode resultar em um rompimento entre as partes para o surgimento da classe burguesa.

A classe burguesa cresceu e se fortaleceu a partir da Primeira Revolução Industrial inglesa, consigo surgiu instantaneamente a classe operária, e os conflitos camponeses antes travados entre senhores e vassalos se transformaram na grande luta de classes entre burgueses e operariado, que se fez presente e ainda se faz. O meio urbano se apresentou como cenário ideal, com duas classes totalmente distintas em um ambiente totalmente desigual, proporcionando alienações, questionamentos e insatisfações.

A própria rede de formação do operariado, em diferentes momentos historiográficos, encontrou-se em definições ramificadas, das quais acabam por caracterizar questões pertinentes que não se declaram difíceis de se obter concretas respostas, mas sim justamente a eloquência e sua inconstância constroem seu charme e sua grandeza.

As classes sociais<sup>13</sup> desfavorecidas não se encontram presas a estereótipos, culturas pré-formadas ou opiniões, ela se faz de dentro para fora, ela mostra suas raízes, constrói tijolo por tijolo, desconstrói e, se for preciso, reconstrói-se, enquanto busca seu lugar na sociedade que compõem.

Da forma como descreve Eric Hobsbawm, “[...] à história das classes pobres ou inferiores, e mais especificamente à história de seus movimentos [...]. O termo poderia até ser mais especializado, referindo-se, essencialmente, à história do trabalho e das ideias e organizações socialistas.”<sup>14</sup>. Os movimentos sociais estão entrelaçados com a própria história da constituição das classes inferiores, como, por exemplo, a classe operária que compõe a grande massa populacional, auxiliando e promovendo discussões dentro do agrupamento social em questão, proporcionando o início de uma estrutura social, que por longo período iria se estruturar.

---

<sup>13</sup> Classe Social: “Tornado claro, contudo, que a aplicação do conceito de Classe se circunscreve ao âmbito restrito das desigualdades sociais, só se atingiu com isso uma primeira delimitação do conceito, pois nem todas as desigualdades sociais dão lugar à formação de Classes. [...] Portanto, em sentido estrito, só se pode falar de Classes sociais depois das revoluções democrático- burguesas do século XIX e do advento da sociedade capitalista.” (Dicionário de Política, 1998. p. 170-171)

<sup>14</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 106-107

Hobsbawm assim caracteriza as classes sociais: “*As classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, ou de terem adquirido sua feição definitiva. Elas continuam a mudar.*”<sup>15</sup>, demonstrando que até mesmo a classe operária não está definida, “[...] *interesses comuns dos trabalhadores como classe*”<sup>16</sup>, seguindo Hobsbawm, que se propõe a explicar a formação da classe operária britânica, percebe-se que há a falta de unificação, de conscientização dentro do operariado, que acaba por ter consequências diretas em um futuro próximo. Entretanto, esse retrato acaba por, de forma indireta, relatar os acontecimentos que a própria sociedade paulistana vivia, ou melhor dizendo, a classe operária, a partir da chegada do século XX, com todas as suas transformações sociais e políticas.

O processo de definição de uma classe em uma sociedade é complexo e pode envolver diferentes fatores, como tradições, cultos, crenças e cultura compartilhados pelos seus membros. Desde os primórdios da formação das Pólis gregas, a identificação de grupos sociais baseava-se em características em comum, que permitiam diferenciá-los de outros grupos e, assim, estabelecer fronteiras sociais.

A semelhança por certo atrapalhou justamente a construção da classe operária na capital, principalmente, quando percebemos a construção de bairros na própria capital, que se transformam em redutos de um grande grupo que tem em comum a mesma nacionalidade, ou etnia, buscando, assim, “se fechar” para outras culturas. Isso acaba por impedir, enquanto classe em seus primórdios, a grande conscientização, a identificação nacional e a cultura.

Surge a partir daí a questão: se somos identificados por uma mesma cultura, em que se baseia, então, a presente diferenciação social? Florestan Fernandes analisa a sociedade como uma grande “*ordem social competitiva*”<sup>17</sup>, pela qual diferentes grupos sociais acabam por disputar o controle dos meios que compõem uma sociedade, dentre eles podem ser citados desde os meios fabris (econômicos) até a política estatal, que se transforma então no grande ser controlador social.

A hierarquização social busca identificação, semelhança e proteção de interesses, e aqueles que não se encaixam nos parâmetros pré-determinados são intitulados, de forma indireta, como excluídos da sociedade. A referida exclusão acaba por forjar os grandes grupos sociais, cuja pesquisa demonstra maior interesse, sendo esses denominados ao longo de todo o processo historiográfico como “marginalizados”, “operários”, “pobres”, dentre tantas outras nomenclaturas que abrangem esses excluídos.

---

<sup>15</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 327

<sup>16</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. Op. Cit. p. 347

<sup>17</sup> FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008. p. 33

Os excluídos são grupos minoritários? Não, muito pelo contrário, encontram-se como maioria das sociedades mundo afora ao longo da história, em maior número e presença, são geradores e formadores de tradições e culturas. Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling relatam que “[...] em 1929, 13.336 novos estabelecimentos absorviam um total de 275.512 operários”<sup>18</sup>, exemplificando o grande crescimento operário que ocorria na capital paulista, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Crescimento operário na cidade de São Paulo.

Cidade	Ano (séc. XIX-XX)	Total populacional
São Paulo	1890	64.934
São Paulo	1900	239.820
São Paulo	1905	300.000
São Paulo	1910	375.000
São Paulo	1915	472.000
São Paulo	1919	526.000
São Paulo	1920	579.033
São Paulo	1922	637.000

Fonte: IBGE

O crescimento populacional da cidade de São Paulo, a partir do fim do século XIX, demonstra o grande fluxo que a cidade estava recebendo de pessoas vindas de diferentes realidades e que buscavam, nas fábricas que surgiam na cidade, uma oportunidade para “sobreviver”; a palavra sobrevivência significa muito mais do que apenas lutar pela vida, quando olhamos para a sociedade urbana em questão, sobreviver era dia após dia, enfrentando as piores realidades sociais possíveis e buscando seu lugar dentro do ciclo social.

A partir da análise dos dados, pode se perceber que, conforme os anos foram passando,

<sup>18</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 335

a industrialização se afirmando e se fixando na cidade, seu número de habitantes cresce, assim como as desigualdades sociais, que proporcionaram a realidade debatida e questionada pelo jornal *A Plebe*, assim como tantos outros.

O etnocentrismo talvez seja o grande culpado? Os grupos mais favorecidos e poderosos? A resposta pode estar mais breve do que se aparenta, a desunião das classes menos favorecidas, assim como o próprio operariado, ponto central do presente capítulo, abre certas vantagens para que outros precedentes se tornem pilares fortes e presentes na dominação e se transfigurem para não haver o fortalecimento/desenvolvimento do operariado e as classes desfavorecidas. Assim é descrito por Hobsbawm:

Os problemas técnicos, sociais e políticos da cidade surgem essencialmente das interações de massas de seres humanos vivendo em estreita proximidade; e até mesmo as ideias sobre a cidade (na medida em que esta não seja um mero palco para a exibição do poder e da glória de algum monarca) são as ideias nas quais os homens – a partir do Livro de Apocalipse – tentaram expressar suas aspirações em torno das comunidades humanas. Além disso, nos últimos séculos a cidade, mais que qualquer outra instituição, aumentou e aguçou os problemas da mudança social rápida.<sup>19</sup>

A vivência do homem urbano, moderno, em sociedade, trouxe diferentes pautas para o seio social, principalmente a partir do momento que este homem convive com diferentes realidades em um pequeno espaço territorial, no qual as mudanças proporcionadas foram apresentadas, ou impostas, em um curto período, agregando ainda mais outras inúmeras questões aos problemas sociais já vigentes.

De certa forma, o homem urbano passou a interagir com um grande grupo populacional, convivendo com diferentes etnias, culturas, questões socioeconômicas, dentre outros fatores, que passaram a se agravar conforme os interesses desses grupos começaram a se apresentar.

Thompson relata que “[...] a sociedade por cinco noites seguidas debateu a questão: “Nós, que somos artesãos lojistas e artífices mecânicos, temos algum direito a obter uma reforma parlamentar?”[...]”.<sup>20</sup> O relato descrito remete-nos à verdadeira realidade de incógnitas vividas pelo operariado inglês, assim como, de forma concreta, a exemplificação se apresenta viável quando estudamos a sociedade paulistana do começo do século XX, seu desenvolvimento e, principalmente, a afirmação da classe operária como pertencente ao meio social urbano no qual habita e participa ativamente, a ausência de consciência e identificação tornam-se a problemática da luta social. Isso constitui a grande pergunta: "Quem somos?".

<sup>19</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 124

<sup>20</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2019. p. 18

## 1.1. Abolição e a República do Brasil

Schwarcz relata o ponto central do entendimento ao redor de uma sociedade na qual se procura a não unificação, a não integração social, com a prerrogativa de manter as hierarquias e mazelas impostas no seio social ao longo do tempo, mas, sim, pilares excludentes são adicionados e arrojados no seio social, para que se fortaleça ainda mais as desigualdades na cidade de São Paulo.

Essa “visão mestiça” e singular do país não ficava restrita, porém, aos circuitos internos de debate. Estava presente na imagem que externamente se veiculava e em especial na interpretação dos vários naturalistas que ao longo do século XIX por aqui [...].

Nesse como em outros casos, a mestiçagem existente no Brasil não só era descrita como adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação.<sup>21</sup>

Schwarcz ainda descreve como se constituiu a visão daqueles que estão de fora, em relação à visão sobre a sociedade brasileira: “*O país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém, em transição.*”<sup>22</sup> Entretanto a descrição da “miscigenação” acaba por não ocorrer por completo, dentre todas as classes, o que acaba por vezes se restringindo a grupos sociais específicos.

A formação miscigenada e interativa entre pessoas de diferentes etnias no seio da classe operária teve início no Brasil no século XIX, principalmente nas fazendas de São Paulo, onde foram estabelecidas políticas de abastecimento de mão de obra. Isso promoveu um grande avanço nas imigrações euroasiáticas para o país, criando uma mistura de trabalhadores livres e trabalhadores escravizados.

Com o fim da escravidão, essa formação miscigenada e interativa também se expandiu para os meios fabris da cidade de São Paulo, onde a mão de obra empregada era diferente daquela utilizada nas fazendas. Essa transformação na constituição trabalhista brasileira permitiu a participação de uma força de trabalho diversificada nas indústrias da cidade, que era composta por trabalhadores de diferentes etnias<sup>23</sup>.

A presença de imigrantes europeus, asiáticos e de afrodescendentes nas indústrias de São Paulo enriqueceu a cultura e a experiência dos trabalhadores, criando um ambiente de troca e colaboração que fundamentaria a luta do movimento operário.

<sup>21</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 100-101

<sup>22</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. Op. Cit. p. 100

<sup>23</sup> Importante ressaltar que muitos trabalhadores escravizados decidiram por permanecer nos redutos dos latifúndios, assim como não houve a miscigenação branca.

Contudo, é preciso reconhecer que a utilização da mão de obra escravizada foi uma prática histórica que perdurou por muitos anos em diversas sociedades. Mesmo após a sua abolição e a garantia da liberdade dos trabalhadores, muitos deles optaram por continuar fixos nas terras em que já estavam situados, como é o caso das fazendas.

Por outro lado, como descreve Schwarcz e Starling, “*O que representava, sim, uma novidade era o nomadismo experimentado por essas populações, que agora evitavam estabelecer-se em endereço fixo*”<sup>24</sup>, um grupo de libertos, de diferentes localidades, acabou por se juntar com outros grupos desfavorecidos no interior do país e, assim, promovendo constantes mudanças, preferindo não se fixar em seus antigos postos de trabalho.

No entanto, é possível observar que, mesmo antes do processo abolicionista, durante o progresso republicano, já havia a utilização de trabalhadores livres em algumas regiões, embora a estruturação desses trabalhadores ainda fosse desigual entre brancos e pretos em certos locais. Conforme aponta Lidiany Cristina de Oliveira, havia um receio entre os cafeicultores em relação à abolição da escravatura nos últimos anos, o que gerava dificuldades nas negociações entre fazendeiros e ex-escravos para estabelecer novas formas de trabalho nas fazendas<sup>25</sup>.

É inegável o amedrontamento dos grandes cafeicultores sobre a mão de obra, enquanto crescia a cada dia as exportações brasileiras, devido ao grande mercado que se configurava no estrangeiro. Mão de obra no Brasil, assim como, principalmente, no estado de São Paulo, por ser o grande produtor de café, passa a ser concorrida, e o abastecimento/reposição desses trabalhadores é visto com urgência.

É importante ressaltar que a transição da mão de obra escravizada para a livre não foi um processo pacífico e igualitário em todas as regiões do país. Como mencionado anteriormente, em algumas localidades, a estruturação encontrava-se de forma desigual entre trabalhadores brancos e pretos. A Proclamação da República do Brasil, em 1889, também não foi capaz de sanar todas as desigualdades e conflitos existentes na sociedade brasileira.

A construção social brasileira é caracterizada, sobretudo, pela preservação das raízes europeias como um princípio fundamental. Nesse sentido, a análise de Gilberto Freyre destaca que a formação social brasileira é marcada pela preservação dos pilares familiares, católicos e europeus, o que suscita questionamentos acerca da verdadeira face construtiva da sociedade

---

<sup>24</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Mugel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 344

<sup>25</sup> DE OLIVEIRA, Lidiany Cristina. *As teorias raciais e o negro do pós-abolição às primeiras décadas do século XX*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 23

brasileira, ou, ainda, do prolongamento da sociedade portuguesa em terras tropicais.

Assim como caracteriza Freyre:

A nossa verdadeira formação social se processa de 1532 em diante, tendo a família rural ou semirural por unidade, quer através de gente casada vinda do reino, quer das famílias aqui constituídas pela união de colonos com mulheres caboclas ou com moças órfãs ou mesmo à toa, mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros.

Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo. [...] <sup>26</sup>

“*É verdade que muitos dos colonos que aqui se tornaram grandes proprietários rurais não tinham pela terra nenhum amor nem gosto pela sua cultura*”<sup>27</sup>, conforme Freyre busca explicar a falta de criação identitária, por parte daqueles que aqui desembarcaram no começo do processo colonial. De certa forma, a falta de interesse pela terra, assim como os únicos interesses econômicos que se tornam vigentes, passa a caracterizar a sociedade brasileira, “*o colher os frutos sem deixar raízes*”<sup>28</sup>, além do processo desigual nas interações sociais. Essa desigualdade pode ser percebida na escrita de Freyre, ao relatar o convívio com as mulheres escravizadas:

Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico [...] <sup>29</sup>

Esse interesse pelo desenvolvimento social do Brasil e suas respectivas cidades só se torna visível a partir do século XIX<sup>30</sup>, quando é possível a percepção de um grande crescimento das cidades brasileiras, o desembarque dos primeiros imigrantes, adjacente à base industrial que se tornara vigente e obteve seu auge no século XX.

Por vezes abdicamos das raízes sociais e culturais do país para buscarmos inspirações e exemplos fora de nossos limites territoriais. Exaltando tradições, culturas e formas de viver importados de outras regiões como da Europa, justamente aqueles que trouxeram o sistema colonial escravagista, adotamos todos os seus preceitos, assim como seus pensamentos e modos

<sup>26</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006. p. 85

<sup>27</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Op. Cit. p. 85

<sup>28</sup> Frase para explicar o interesse de grande parte da sociedade agrária que formou o Brasil, que de certo modo só se interessava pelos frutos que se colhiam da terra, com único interesse econômico, sem o anseio pelo desenvolvimento social, principalmente das cidades.

<sup>29</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006. p. 367

<sup>30</sup> A partir do século XIX, o Brasil, dentro dos seus principais centros industriais, passou a presenciar e conviver com movimentos grevistas, mesmo que ainda de certa forma desorganizado, e carente de ideologia, as paralisações e reivindicações podem ser vistas como o primórdio de um movimento que passaria a ganhar corpo, direcionamento e ideologia a partir do século XX.

de convivência. Sérgio Buarque de Holanda explica que,

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos. [...] <sup>31</sup>

“*Ainda, a despeito de não dominar o território em sua inteireza, sabia-se que a oferta de terra era ampla, o que poderia estimular o afluxo de capitais ociosos da metrópole*”<sup>32</sup>, como descrevem Schwarcz e Starling, as terras brasileiras acabaram por se tornar um grande reduto sedutor de capital, tanto para aqueles que as recebiam, como propriamente dito a Coroa de Portugal, para a grande produção açucareira.

O que é o Brasil? Quem é a sociedade brasileira? Qual é a nossa verdadeira cultura? O que é nosso? São perguntas pertinentes para grande parte da nação que está vivendo todo esse processo colonial e construtivo, encontrando-se sem respostas. A resposta está no sistema escravagista, nas oligarquias políticas, na hierarquização social e em todo o processo que proporcionou a tentativa de esconder quem somos. Explica Darcy Ribeiro:

A sociedade e a cultura brasileira são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado geneticamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente.<sup>33</sup>

O século XIX representou um período fundamental para o entendimento do processo urbano no Brasil, em especial na cidade de São Paulo. A partir das transformações sociais, econômicas e urbanas, o crescimento dos grandes centros urbanos passou a atrair os grupos marginalizados que se encontravam excluídos dos processos econômicos. Para estes grupos, os centros urbanos representavam a esperança de um recomeço, enquanto para os grupos dominantes, como os poderosos Barões do Café, as cidades ofereciam oportunidades de construir uma "Europa dos trópicos". De acordo com Oliveira, os grandes centros urbanos deixaram claro o oportunismo presente na construção de uma sociedade que preservava suas raízes europeias, evidenciando uma continuidade da dominação colonial portuguesa em terras brasileiras. Na medida em que se procurava por uma identidade brasileira mediante a existência

<sup>31</sup> DE HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 502

<sup>32</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Mugel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 53

<sup>33</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015. p. 17

de um país de etnias miscigenadas ou “misturadas”, os modelos étnicos encontrariam um bom terreno para se desenvolver, ao mesmo tempo em que grande parte dessa busca pela identidade aproximava-se cada vez mais dos modelos europeus de civilização.<sup>34</sup>

O eixo sudeste, com as grandes fazendas de café e a própria capital do Brasil, tornou-se o centro econômico, urbano e político, com suas respectivas cidades São Paulo e Rio de Janeiro, a transição entre os campos econômicos e políticos foi então facilitada, do mesmo modo que a própria transição entre o interior do estado de São Paulo e sua capital usufruiu deste avanço econômico, que de certo modo promoveu o desenvolver da infraestrutura.

Essa ligação não terrena, mas por influência, como hoje conhecemos por eixo Rio-São Paulo, permitiu que houvesse um controle maior das ações governamentais sobre a regência, ou pressão dos grandes latifundiários paulistas, que assim puderam usufruir de muitas facilidades para que não houvesse o controle econômico por parte de outro bem produzido, assim como a dependência do Estado Nacional. Todo esse processo ainda fora acompanhado pelo intenso desenvolver da sociedade paulistana, como brasileira, principalmente sobre os acontecimentos<sup>35</sup> do fim do século XIX, como, por exemplo, o advento da República e a própria abolição da escravatura.

O êxodo<sup>36</sup> que se promove com o fim da escravatura nas fazendas do estado de São Paulo e no Brasil, com o atraente cenário político republicano e seus pilares urbanos, as indústrias, fez com que uma grande massa populacional se deslocasse para os centros urbanos, assim como para alguns centros do antigo latifúndio, que ainda se encontravam vigentes no principal eixo da economia do Brasil.

O presente processo acaba por não se restringir a uma só camada social, ou grupo étnico, uma grande imigração e migração ocorreu para a cidade de São Paulo, que no presente momento historiográfico acabara por apresentar bases desenvolvimentistas, que por consequência gerou inúmeros empregos, dentro e fora das fábricas da cidade. De certo modo, neste ponto, São Paulo pôde alinhar dois afluentes econômicos que se encontravam em caminhos diferentes, o café e a indústria, e fazê-los se desenvolverem juntamente, por consequência gerando meios para a cidade alcançar ainda mais pontos desenvolvimentistas.

A população euroasiática e a população escravizada no Brasil se encontraram em uma

---

<sup>34</sup> OLIVEIRA, Lidiany Cristina de. *As teorias raciais e o negro do pós-abolição às primeiras décadas do século xx*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 13

<sup>35</sup> Proclamação da República (1889); Abolição da escravatura (1888); Dentre outros acontecimentos.

<sup>36</sup> Deixo explícito aqui que o presente processo explanado não ocorreu de forma unificada e continua em todo o território nacional, no qual alguns ex-escravizados permaneceram no interior e até mesmo nas fazendas em que já habitavam anteriormente como escravizados.

cidade ainda em construção, no meio de um processo totalmente moderno e distinto que se buscava na política brasileira, a imagem vendida de São Paulo como cidade urbana, industrial e futurística<sup>37</sup>. Nesse sentido, há uma problemática na qual os dois grupos se encontram de forma não homogênea na capital em meio a todo o processo aqui já citado.

*“[...] aqui o povo não existe para si e sim para outros. Ontem, era uma força de trabalho escrava de uma empresa agromercantil exportadora. Hoje, é uma oferta de mão de obra que aspira a trabalhar [...]”*<sup>38</sup>, assim Ribeiro caracteriza esse traslado que fora feito por trabalhadores, principalmente por ex-escravizados, de certo modo uma continuidade de uma pequena parte da realidade vivida anteriormente, deixando o campo para constituir e trabalhar em uma cidade com altas jornadas de trabalho.

A representatividade criada por Ribeiro é vista como necessária por aqueles que detêm e são donos dos meios de produção na capital e, por outro lado, na visão daquele que oferece a sua mão de obra caracteriza-se como sobrevivência, e essa se torna a palavra que melhor define todo esse processo de chegada e assentamento na capital, para essas pessoas restava *“[...] sobreviver e procriar, reproduzindo seus modestos modos de existência.”*<sup>39</sup>

*“Entretanto, é preciso salientar que a comunidade negra não era um grupo homogêneo. O mesmo é válido para os imigrantes, pertencentes a diferentes nacionalidades e tradições culturais.”*<sup>40</sup> A falta de consciência social, assim como a união entre os distintos povos étnicos que estão chegando na capital, no processo de pós-abolição, faz com que se torne mais difícil essa chegada e consolidação. Além da própria dominação, a disputa dentro da presente classe também acaba por dificultar seu desenvolver, devido à grande diferença que há entre os migrantes italianos, ingleses, japoneses, espanhóis e ex-escravizados, que apresentam culturas muito distintas, visões políticas/sociais opostas, que acabam em seus anos iniciais de convivência criando uma grande barreira para o desenvolver da classe.

É importante ressaltar que muitos desses escravizados recém-libertos, ao chegarem aos grandes centros urbanos, viram-se em condições precárias, sem emprego, sem moradia e sem meios de subsistência. Além disso, a grande maioria não possuía qualquer tipo de instrução, o que os tornava ainda mais vulneráveis em uma sociedade que valorizava a educação e a

---

<sup>37</sup> O Brasil, assim como a própria cidade de São Paulo, fora construído no imaginário como o futuro para muitas famílias, e pessoas que se encontravam em diferentes partes do Planeta, em situações ruins, visavam então o cenário de prosperidade o qual fora criado dentro e fora do Brasil, como uma oportunidade de recomeçar ou construir uma vida totalmente distinta.

<sup>38</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015. p. 188

<sup>39</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015. p. 188

<sup>40</sup> SANTOS, Fernando de Oliveira dos. *Pós-abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891-1930)*. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2020. p. 51

qualificação profissional.

Com isso, muitos desses indivíduos acabaram sendo empurrados para as periferias das cidades, onde foram obrigados a viver em condições insalubres e degradantes. Além disso, a não aceitação por parte da sociedade branca, que os via como inferiores, fez com que esses indivíduos se tornassem alvos constantes de preconceito, discriminação e violência.

Assim, podemos perceber que a abolição da escravatura, por si só, não foi capaz de proporcionar a esses indivíduos a verdadeira libertação. Ainda havia muitos obstáculos a serem superados, tanto por parte da sociedade, quanto por parte do próprio Estado, que não ofereceu o suporte necessário para a integração desses indivíduos na sociedade.

O processo abolicionista no fim do século XIX trouxe algumas consequências diretas para os grandes centros<sup>41</sup>, tomando a forma mais árdua para a vida desses novos agentes sociais urbanos, promovendo a questão empregatícia entre os recém-libertos e os imigrantes europeus, que, de certa forma, o segundo grupo acaba por ganhar privilégios na sociedade em evidência.

Desde o início do processo migratório para o Brasil, encontra-se exposto o desejo dos governantes de executar o “branqueamento” da sociedade, através da miscigenação social, entre pretos libertos e europeus que desembarcavam no porto de Santos. Isso faz com que grande parte dos trabalhos disponibilizados na cidade “obtivessem”, além da obrigatoriedade de desenvolver a cidade economicamente, a missão de clarear a própria sociedade.

Como descreve Oliveira,

Nesse contexto, esse e outros depoimentos refletiam a mentalidade e as pretensões dos setores dirigentes e do governo paulistano, de modificar não só a composição étnica da urbe, mas sobretudo, em nome do progresso, implantar os padrões culturais europeus por meio dos adventícios. Por isso, a parcela nacional despossuída, com seus modos de vida, tradições, crenças e hábitos de trabalho, estaria em desacordo com o modelo de civilização desejado. Nos documentos oficiais, que buscavam justificar a imigração, idealizava-se o trabalhador europeu, representado como inteligente, apto ao trabalho regular, disciplinado, produtivo.<sup>42</sup>

*“[...] Entretanto, alguns estudos sugerem que pouco tempo após a abolição, muitos ex-escravizados voltariam para as fazendas, pois estavam sem emprego, num momento econômico do país em que ainda havia poucas alternativas além do trabalho no campo”<sup>43</sup>*, conforme relata Oliveira, uma vez que a falta de estruturação da cidade de São Paulo e o prolongamento dos pensamentos escravistas vigentes na sociedade paulistana proporcionaram,

<sup>41</sup> É necessário expor que já havia essas relações empregatícias dentro dos centros urbanos, entre os dois grupos em questão, antes do processo abolicionista.

<sup>42</sup> SANTOS, Fernando de Oliveira dos. *Pós-abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891-1930)*. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2020. p. 52

<sup>43</sup> OLIVEIRA, Lidiany Cristina de. *As teorias raciais e o negro do pós-abolição às primeiras décadas do século xx*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 24

em certo número, êxodos contrários, o deslocamento urbano-rural, no qual o recém-liberto se vê obrigado a retornar para as fazendas, quando não já eram enviados diretamente para esses centros rurais.

Como Heloisa de Faria Cruz descreve, uma sociedade em que sua hierarquização pode ser diagnosticada até mesmo quando há a observação da própria constituição de seus bairros, como a própria define, “[...] a hierarquização dos espaços urbanos [...]”<sup>44</sup>, que acaba por se promover certa semelhança com a hierarquização social, que buscou de certo modo a preservação cultural, social, étnica, perante essa grande massa populacional que acabará de chegar à cidade de São Paulo.

“A população negra não ficou inerte, foram várias as ações dos homens pretos residentes na capital paulista na luta contra a opressão e pela sua inserção social num projeto de sociedade onde eles estavam ausentes.”<sup>45</sup> Nessa perspectiva, Carlos Eduardo Dias Machado acaba por demonstrar justamente esse processo de hierarquização a direcionar sua visão para o retrato de uma sociedade que constitui um projeto de construção social sem a inserção de todos os grupos sociais. Neste caso, o autor trata de exemplificar o caso da população preta de São Paulo.

De forma não muito distinta, a classe imigrante também se encontra dentro da capital paulistana como parte do seio social que busca na cidade, além de um novo lar, constituir/desenvolver os meios particular e social. Claro que não se pode negar que a classe preta da sociedade sofreu muito mais oposição do que os imigrantes. Entretanto, quando olhamos a questão do posicionamento social, pode-se perceber, então, que há de certa forma uma grande unificação nas dificuldades enfrentadas por ambos.

Assim como o próprio Ribeiro define, “[...] o papel do imigrante foi muito importante como formador de certos conglomerados regionais [...]”, da mesma forma que tal fato fora percebido na constituição dos bairros da cidade de São Paulo, que acabaram por reproduzir suas características, mesmo que por vezes indiretamente, através da união entre grupos étnicos de mesma nacionalidade. Isso auxilia na adaptação não somente à cidade, mas também às diferenças culturais, linguísticas e sociais que foram apresentadas a esses imigrantes.

Em certo ponto o sucesso da utilização da mão de obra imigrante nas fazendas de café do interior do estado acabou por refletir dentro das fábricas também, não que não fora utilizada

---

<sup>44</sup> CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013. p. 75

<sup>45</sup> MACHADO, Carlos Eduardo Dias. *População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. p. 140

mão de obra dos ex-escravizados nas fábricas da cidade. Porém, não se pode relacionar a utilização dessa mão de obra imigrante com questões fabris europeias, já que boa parte daqueles que desembarcaram no Porto de Santos, com direção à capital, vinham de áreas rurais do continente europeu.

A contextualização do processo de “branqueamento” da sociedade, ministrada pelos governos da Primeira República, no começo do século XX, deu força a esse processo excludente e reiterou o poder dos homens brancos na sociedade, como contextualiza Machado: *“Este investimento na política de embranquecimento da população paulistana era resultado direto da crença da inferioridade da população negra. [...]”*<sup>46</sup>

Assim, “intitulou-se” de mão de obra necessária e mais eficaz esses imigrantes em solo brasileiro. Porém, não qualificada, como ressalva Machado, *“[...] já que os imigrantes não dispunham de qualquer treinamento prévio que os tornassem melhor qualificados para o trabalho nas indústrias de São Paulo”*<sup>47</sup>, porém eram vistos pela sociedade e por aqueles que a governavam como a solução para o progresso.

O imigrante era visto como progresso. Colocou-se esperança em conjuntura com a necessidade da mão de obra imigrante, acreditando que o caminho para o desenvolver da sociedade estava justamente nessa inserção/interação social, entre os locais e os novos habitantes.

*“O crescimento do número de migrantes, de todo o Brasil, e de imigrantes europeus e asiáticos também contribuiu para o crescimento urbano desordenado”*<sup>48</sup>, afirma Machado, apontando principalmente princípios de futuros conflitos que demarcam a disputa interna na cidade pelo controle social, econômico e político. A configuração de diferentes etnias dentro da cidade acabou por resultar em ambiguidade, ao ponto de desenvolver o mercado de trabalho e econômico e, por outro lado, a difícil tarefa de convivência social.

Torna-se necessário o entendimento destes dois processos imigratórios/migratórios para a compreensão da construção social de São Paulo, visto que dois grandes grupos sociais de etnias e culturas diferentes estão se chocando em uma sociedade já totalmente hierarquizada, de modo que a busca pelo futuro e melhoria de vida encontra-se na esperança de cada cidadão de ambos os lados.

---

<sup>46</sup> MACHADO, Carlos Eduardo Dias. *População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. p. 36

<sup>47</sup> MACHADO, Carlos Eduardo Dias. *População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930*. Op. Cit. p. 36

<sup>48</sup> MACHADO, Carlos Eduardo Dias, 2009. p. 64

## 1.2. Imigração a arte do excluir

Fernandes realça, em seu pensamento, a grande importância que se atribuiu aos imigrantes dentro da sociedade brasileira (abro parênteses para utilizar a exemplificação do autor, promovendo, então, a análise sobre a sociedade paulistana) ao longo de todo o processo migratório, colocado como peça-chave para a modernização da sociedade que se encontrava ainda com resquícios de um Brasil imperial e escravista. Desse modo, Fernandes descreve que a vinda dessas pessoas ajudou a promover processos sociais, assim como industriais, introduzindo São Paulo no desenvolvimento do século XX.

As correntes humanas vinculadas à imigração atuaram como fatores de ampliação e de aprofundamento da rede de influências diretas e ativas da moderna civilização ocidental no Brasil. Os imigrantes alemães e italianos, especialmente, transplantaram consigo novas técnicas econômicas e sociais, que lograram amplo sucesso no meio brasileiro.<sup>49</sup>

Quanto ao aspecto da chegada e da contribuição dos imigrantes que aqui desembarcaram, pensa Ribeiro, que mesmo se consolidando em diferentes localidades, eles acabaram por não modificar a cultura brasileira e nem mesmo retirá-la de seu posto, diferentemente do que veio a se propagar em países vizinhos do Brasil, como o próprio autor exemplifica. Para o autor, os respectivos “novos” brasileiros contribuíram para a formação de uma cultura que, em certo momento, fora identificada sem identidade com o solo que abrangia. Como reflete,

Apesar de numericamente pouco ponderável, o papel do imigrante foi muito importante como formador de certos conglomerados regionais nas áreas sulinas em que mais se concentrou, criando paisagens caracteristicamente europeias e populações dominadoramente brancas. Conquanto relevante na constituição racial e cultural dessas áreas, não teve maior relevância na fixação das características da população brasileira e da sua cultura. Quando começou a chegar em maiores contingentes, a população nacional já era tão maciça numericamente e tão definida do ponto de vista étnico, que pôde iniciar a absorção cultural e racial do imigrante sem grandes alterações no conjunto. [...] <sup>50</sup>

É importante ressaltar que muitos dos imigrantes que vieram para o Brasil eram provenientes de regiões agrárias e não possuíam a experiência e habilidades profissionais que se costuma atribuir aos imigrantes europeus. Essa constatação abre duas vertentes cruciais para a compreensão desse processo migratório: a busca pelo branqueamento da sociedade e a procura por experiência de vida em uma nova terra.

Oliveira reflete o êxito dos novos cidadãos “brasileiros”, não fora uma sorte do acaso, mas sim as suas experiências anteriores em solo europeu, em seus respectivos países natais, que

<sup>49</sup> FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008. p. 171

<sup>50</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015. p. 182

fizeram com que a jornada de trabalho no campo do estado de São Paulo soasse como algo muito familiar. De outro lado, as expectativas que foram atribuídas por esses, as relações que seriam construídas acabaram por não vingar, e assim, de certo modo, acabaram por frustrar grande parte daqueles que aqui chegaram.

As condições de trabalho impostas aos novos imigrantes, muitas vezes, assemelhavam-se às impostas aos escravizados africanos que chegaram ao Brasil para trabalhar nas fazendas e contribuir para o desenvolvimento da economia agrária do país. Isso levou a dois processos importantes: o primeiro foi a revolta e reclamação desses novos trabalhadores; e o segundo relacionado à migração para o interior do estado, em que muitos dos novos colonos deixaram suas localidades de origem e se aventuraram nas ruas da capital. Além disso, não podemos esquecer aqueles que chegaram diretamente na capital e se estabeleceram por lá.

Como descreve Oliveira:

Os estudos que evidenciam as duras condições de trabalho para os imigrantes nas primeiras experiências nas fazendas de café da região paulista ressaltam que essas experiências, contrariando expectativas, não foram bem-sucedidas. As relações de fazendeiros com imigrantes estavam muito próximas do tratamento destinado aos escravos, levando inclusive o governo italiano, após receber inúmeras denúncias de maus tratos nas fazendas, a proibir a imigração para o Brasil, ao passo que muitos imigrantes, após não se adaptarem à dura disciplina das fazendas, acabavam por migrar para a cidade de São Paulo e se estabelecer em bairros industriais situados próximos às linhas de estradas de ferro.<sup>51</sup>

Muitas famílias que desembarcaram no porto de Santos já adentravam no Brasil com uma certa dívida com seus futuros “donos”, o custeio da viagem bateria na porta em pouco tempo e, assim, além de estar preso ao país, o imigrante estava preso por relações que se assemelhavam muito aos processos escravistas das sociedades antigas<sup>52</sup>, em que dívidas eram pagas por trabalhos nas terras. A curiosidade deste fato de traslado/desembarque está na concentração populacional nas embarcações, e à “costura” de laços familiares não existentes anteriormente.

Muitos imigrantes que embarcavam nos portos da Itália, Espanha, dentre outros países, vinham de diferentes localidades, além de famílias completas, partes das famílias, ou até mesmo pessoas solitárias, que buscavam construir suas vidas em terras equatoriais e, por vezes, pode-se observar, como Oliveira descreve, o processo de “adoção” dentro das embarcações, para que pudesse levar essas pessoas que estavam sozinhas para as fazendas de destino. Tal fato não se configura como um padrão nas embarcações ou até mesmo nos desembarques em Santos.

---

<sup>51</sup> OLIVEIRA, Lidiany Cristina de. *As teorias raciais e o negro do pós-abolição às primeiras décadas do século xx*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 28

<sup>52</sup> Sociedades como Romana e Asteca promoviam trabalhos forçados para a quitação de débitos tanto com o Estado como com pessoas particulares.

Dessa forma, podem ser identificados os primórdios de dois processos, o primeiro de união da classe e o segundo em relação à busca de preservação e concentração étnico/cultural de um mesmo grupo em uma única localidade, que abre parênteses aos grupos que até mesmo irão originar vilarejos<sup>53</sup> compostos por grande maioria de pessoas de mesma nacionalidade ou etnia. Esse processo será identificado anos depois dentro da capital paulista, descrito por Odair da Cruz Paiva:

Por outro lado, o momento do registro cristalizava outras histórias. Um fato comum no contexto migratório era o arranjo de famílias nos portos de embarque ou mesmo durante a viagem. Dada a preferência pelo trabalho da força familiar, muitos casamentos eram acordados entre os imigrantes. Talvez, situações mais comuns fossem a agregação de indivíduos – que viajavam sozinhos – em núcleos familiares menores. Após a inserção desses trabalhadores em seus locais de destino, esses acordos eram desfeitos e cada qual seguia seu caminho na nova terra.<sup>54</sup>

O surto imigratório no qual Fernandes se apoia para explanar seu pensamento sobre processos históricos se enquadra de forma perfeita na cidade de São Paulo e os acontecimentos que se vive durante o começo do século XX, no qual a cidade recebe então diversos aventureiros ou futurísticos, pensativos e oportunistas, buscando retirar tudo que há nas novas terras: “[...] *E, se as origens eram muitas, em comum havia o desejo de “fazer a América”.*”<sup>55</sup>

Segundo Fernandes, o processo se intensifica principalmente nas regiões onde a grande exploração agrícola era maior, como podemos aqui destacar o interior do estado de São Paulo e suas grandes lavouras de café, que na visão do imigrante simbolizava inúmeras oportunidades, fossem elas trabalhistas ou, como o próprio autor relata, chances para enriquecer.

O processo citado só não contava com uma forte oligarquia latifundiária que comandava diversos meios econômicos e políticos do país e, assim, realocando esses novos trabalhadores sobre uma repressão muito forte, na qual acabara por se tornar até mesmo epicentros de relatos que transmitiam aos governos de seus países de origem as condições de trabalho e violência a que eram impostos. Conforme identifica Arthur Daltin Carrega,

Neste caso a escravidão iria apenas “mudar de cor”, seja amarela, no caso dos chineses, ou mesmo branca, quando submetida aos contratos de trabalho nos latifúndios. O código de leis também não sofreria grandes mudanças, conservando os antigos valores e costumes e deixando de incentivar o trabalho livre e a liberdade individual.<sup>56</sup>

<sup>53</sup> Como pode ser observado no relato descrito por Fernando Morais, em seu livro *Corações Sujos*, no qual o autor descreve a colônia japonesa no interior do estado de São Paulo e as ações de seus integrantes, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

<sup>54</sup> PAIVA, Odair da Cruz. *Arquivos da imigração no contexto da hospedaria de imigrantes de São Paulo*. Marília: Revista Patrimônio e Memória, v. 5, n. 2, 2009. p. 94

<sup>55</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Mugel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 323

<sup>56</sup> CARREGA, Arthur Daltin. *Imigrantes para a pequena propriedade*: O boletim e as ideias da Sociedade Central de Imigração (1883-1891). Assis: Universidade Estadual Paulista, 2017. p. 190

O processo imigratório se dividiu entre o Estado e o latifúndio, em que o Estado brasileiro passou a financiar de certa forma a vinda desses imigrantes para o país, com diferentes perspectivas. Por outro lado, os latifundiários tinham a responsabilidade de criar possibilidades que incentivavam a ida e a permanência deles. Assim, utilizou-se de certa forma a geografia a favor desses latifundiários, constituindo-se dentro das fazendas "pequenas cidades". Neste período histórico, muitas fazendas, sítios, dentre outros, encontravam-se nos extremos do interior do estado de São Paulo, ou seja, em distâncias consideráveis dos centros urbanos mais próximos, afastados dos grandes centros e dos pequenos vilarejos que foram se formando ao longo do século XX.

Ao chegar em solo brasileiro, o imigrante encontrou-se em uma dependência múltipla, através da dívida com o Estado por sua viagem e a proibição de cultivo na terra por parte de seu “dono”, além da necessidade/obrigação de consumir produtos básicos, das breves mercearias<sup>57</sup>, construídas pelos latifundiários no centro de suas terras. Promove-se, assim, a alta dependência, podendo ser determinada como quase infinita ao imigrante. Giani Vendramel de Oliveira assim descreve:

Uma forma utilizada pelos fazendeiros para submeter os imigrantes ao seu poder era fazer esses indivíduos ficarem presos a eles por dívidas. Nos primeiros anos de imigração era o fazendeiro quem arcava com os gastos iniciais de transporte dos imigrantes, hospedagem, alimentação, e posteriormente essas despesas eram repassadas para o imigrante, assim, quando chegavam à fazenda já estavam devendo aos fazendeiros uma grande quantia de dinheiro. Por volta de 1880, os fazendeiros de São Paulo conseguiram que a imigração fosse subvencionada pelo governo, ou seja, o Estado que arcaria com todas as despesas pela vinda dos trabalhadores. Essa medida aliviou a dívida do imigrante, mas não a liquidou totalmente.

A remuneração dos imigrantes muitas vezes era feita em vales, que eram trocados por alimentos nos armazéns das próprias fazendas, no entanto, os preços dos produtos vendidos nestes estabelecimentos eram abusivos, fazendo com que os imigrantes contraíssem novas dívidas. Muitos fazendeiros proibiam os imigrantes de cultivarem mantimentos para sua subsistência entre as riscas de café, o que levava estes indivíduos a terem que comprar mantimentos no armazém das fazendas, pelo preço que lhes eram impostos.

Assim, muitos trabalhadores ficavam presos as fazendas devido às dívidas que contraíam com o fazendeiro. [...] <sup>58</sup>

As fazendas paulistas acabaram por abrigar retrocessos de dominação, opressão, repressão e, principalmente, a instituição de dependência entre aqueles que se colocavam como dono das terras e aqueles que se disponibilizavam a “vender” sua mão de obra para o trabalho campesino. Ao analisar o processo apresentado acima, é possível perceber que o Estado acaba

<sup>57</sup> OLIVEIRA, Giani Vendramel de. *A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o processo imigratório no Estado de São Paulo (1928-1961)*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2010. p. 42

<sup>58</sup> OLIVEIRA, Giani Vendramel de. *A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o processo imigratório no Estado de São Paulo (1928-1961)*. Op. Cit. p. 41

por estabelecer um plano migratório nacional, que se desenvolve em diferentes aspectos. Como destacado por Vendramel, dentro do âmbito nacional, a imigração se torna uma ramificação de mão de obra, ocupação e etnia.

Conforme o autor,

No Brasil a imigração se desenvolveu a partir de diversos interesses. De um lado estavam os fazendeiros de café que necessitavam de mão de obra para o trabalho nas lavouras cafeeiras, por outro lado o governo tinha como objetivo criar colônias de povoamento no sul do país, que possuía baixa densidade populacional. A criação de núcleos coloniais nos estados sulinos se fez devido, além da necessidade de proteger as fronteiras do país, [...]

Por fim, vale destacar que uma questão muito importante vinha sendo debatida desde a Abolição, a questão racial, que acabou por incentivar ainda mais a vinda de imigrantes europeus. [...]<sup>59</sup>

Percorrendo alguns quilômetros rumo ao interior do estado de São Paulo, seguindo a sorocabana, chegamos à capital São Paulo, uma cidade do começo do século XX, a qual se encontra em construção, uma cidade com estradas de terra ainda e, principalmente, oferecendo uma esperança, um futuro incerto para aqueles que se dispunham a entrar no jogo da modernidade.

O grupo de imigrantes urbanos chegou à cidade de São Paulo por motivos distintos, de classes sociais diferentes. Podemos observar se dispendo no ciclo urbano operários, comerciantes, industriais, andarilhos, desde pessoas pobres até ricos, de grupos étnicos ramificados, porém todos tinham um único objetivo: constituir novas vidas e prosperar.

*“Em São Paulo, o estrangeiro continuaria como um forasteiro, apátrida e conseqüentemente poderia procurar melhores condições de vida migrando novamente”<sup>60</sup>*, ou seja, como pode se perceber através da explicação de Daltin, o processo imigratório em um segundo momento, o deslocamento do próprio imigrante dentre as regiões do estado de São Paulo até chegarmos na capital.

Entretanto, deste grande grupo social há casos distintos; por exemplo, os imigrantes que chegaram à cidade de São Paulo, desde aqueles que adentraram na capital com o objetivo de conquistar trabalho dentro das fábricas, aqueles que decidiram se arriscar em outras profissões e até mesmo imigrantes que aqui desembarcaram e revolucionaram sistemas como comércio e produção, tornando-se grandes empresários da cidade de São Paulo ao longo do século XX.

---

<sup>59</sup> OLIVEIRA, Giani Vendramel de. *A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o processo imigratório no Estado de São Paulo (1928-1961)*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2010. p. 39

<sup>60</sup> CARREGA, Arthur Daltin. *Imigrantes para a pequena propriedade*: O boletim e as ideias da Sociedade Central de Imigração (1883-1891). Assis: Universidade Estadual Paulista, 2017. p. 115

O Brasil e as terras paulistas tornaram-se uma continuação das vidas que muitos imigrantes levavam na Europa antes de embarcarem. Assim, a atração pelas terras tropicais aumentou, uma vez que imaginavam que não seria um mundo muito diferente daquele que conheciam no velho continente<sup>61</sup>. No entanto, era muito diferente do que encontraram quando desembarcaram do outro lado do Atlântico<sup>62</sup>. Assim como descreve Daltin:

Em grande parte da Europa assim, observa-se uma crescente miséria no campo e o conseqüente desenraizamento do ambiente rural bem como de seus costumes resultando na movimentação de pessoas em busca de melhores condições de vida nas cidades. Seja dentro do mesmo país ou continente ou para outras regiões do mundo, das quais as Américas foram o principal destino e possuíam ainda terras devolutas a serem ocupadas.

Cabe refletir aqui que a América poderia oferecer a essas pessoas a possibilidade de continuar trabalhando em ambientes rurais e ainda de adquirir um pequeno pedaço de terra como propriedade. Propriedade que pode ser vista como elemento de independência e igualdade político-jurídica que tem como referência a dupla revolução europeia de séculos anteriores.<sup>63</sup>

Apesar de todos os problemas que envolviam desde a partida deste imigrante, sua chegada e adaptação ocorreram em certos aspectos de forma totalmente distinta, assim como Schwarcz e Starling ressaltam em seu pensamento, de modo que muitos desses imigrantes que rumaram sentido Brasil viviam em zonas rurais, tendo o domínio de técnicas agrícolas que ajudaram na melhoria da produção brasileira e proporcionaram alteração no status<sup>64</sup> deste imigrante.

Por outro lado, houve também aqueles imigrantes que já viviam em cidades, facilitando assim sua adaptação na cidade urbanizada que se constituía São Paulo. A adaptação, no entanto, não foi um processo fácil. Segundo Schwarcz e Starling,

As dificuldades financeiras se apresentavam já na viagem. Vítimas de exploradores da miséria alheia, os imigrantes pagavam sobretaxas e preços altos pela passagem. Amontoados em navios de má categoria, descobriam logo na travessia oceânica as diferenças culturais, as quais se agudizavam no novo lar. Os imigrantes não só eram originários de regiões diversas de um mesmo país, como provinham de países rivais ou com hábitos muito diferentes, de modo que a convivência forçada gerava conflitos infundáveis: alemães do Norte brigavam com os do Sul; japoneses tinham atritos com italianos; poloneses com alemães, e o conjunto com os locais. As línguas eram várias, os dialetos também, e todos estranhavam a dieta à base de farinha, arroz e feijão e as casas enfileiradas, construídas com tijolos de barro e teto de palha. Assim, longe de constituírem grupo homogêneo, os recém-chegados recriavam nos trópicos seus costumes distintos. Alguns, vindos de regiões mais setentrionais da Itália, estavam adaptadas à vida nas cidades. [...]

<sup>61</sup> Terminologia utilizada para se referir ao Continente Europeu.

<sup>62</sup> Referência utilizada para caracteriza o processo migratório que se constitui da Europa para a América, no qual tinha-se por obrigação a travessia do Oceano Atlântico.

<sup>63</sup> CARREGA, Arthur Daltin. *Imigrantes para a pequena propriedade*: O boletim e as ideias da Sociedade Central de Imigração (1883-1891). Assis: Universidade Estadual Paulista, 2017. p. 34

<sup>64</sup> Condição ou circunstância de algo ou de alguém em determinado momento. -

<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=status> – Acesso em 15/10/2022

Apesar dos percalços, a maioria acabou se adaptando às terras brasileiras.<sup>65</sup>

O tema do trabalhador e da luta será abordado mais adiante, mas é muito presente na vida desse novo imigrante, ou seja, desse novo cidadão que acabou de entrar no jogo de incertezas que é a vida na cidade de São Paulo no início do século XX. Torna-se visível o processo em questão dentro da explicação dos autores Paulo César Gonçalves, Lélío Luiz de Oliveira e Pablo Oller Mont Serrath, que demonstram que, dentro ou fora das fábricas, esse novo trabalhador não passava despercebido aos olhos daqueles que queriam manter as velhas oligarquias da cidade.

Por fim, a cidade de São Paulo se apresenta a esses respectivos trabalhadores como um lugar próspero em alguns aspectos, perigoso em outros e, principalmente, um território de individualidades e jogos políticos, que acabam por transformar e reconfigurar o imaginário, além de dificultar em inúmeros pontos a prosperidade da cidade, assim como de seus cidadãos.

### 1.3. Industrialização: a formação de São Paulo

De acordo com Fernandes, o processo de industrialização ocidental envolve as bases sociais e afeta a vida de todos os indivíduos que compõem a sociedade, cada um de forma distinta. Esse processo se desdobra em diferentes ramificações, que vão desde a construção de fábricas até a cultura que se estabelece dentro desses ambientes. Isso acaba trazendo outras culturas e, principalmente, o seu desenvolvimento para a sociedade atual.

Fernandes assim descreve a constituição fabril:

Vista em relação às bases ecológicas, técnicas e sociais da vida humana no âmbito da moderna civilização ocidental, a industrialização representa um padrão natural de desenvolvimento. Isso significa: 1º) que ela não é apanágio de nenhuma nação em particular; 2º) que sua emergência, bem como a sua expansão dependem de mecanismos econômicos, culturais e societários suscetíveis de expressão e de florescimento em quaisquer sociedades de tipo capitalista; 3º) que a intensidade com que ela se manifesta é variável, em virtude do grau de diferenciação e de integração desses mecanismos, o qual é regulado pelas condições histórico-sociais de existência alcançadas em tais sociedades.<sup>66</sup>

O processo cafeeiro no Estado de São Paulo tornou-se de suma importância para o alongamento da própria fundação industrial na cidade de São Paulo. Vendramel analisa o café como capital necessário para o desenvolvimento do setor econômico da capital, disponibilizando recursos financeiros para que houvesse o investimento na indústria. O café,

<sup>65</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Mugel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 324

<sup>66</sup> FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008. p. 66-67

até a segunda metade do século XX, tanto no Estado de São Paulo como no próprio âmbito nacional, encarregou-se de desenvolver a economia brasileira e, assim, proporcionou a entrada de um grande montante de capital nos cofres públicos, como nos cofres particulares dos velhos conhecidos como “barões do café”<sup>67</sup>, esses que acabaram por tomar certos espaços dentro do processo industrial e investir seu capital na abertura daquilo que se tornaria a chave para o futuro na sociedade paulistana.

Entretanto, não se pode atribuir todas as glórias somente aos denominados “barões de café”, já que havia casos de aventureiros e comerciantes que imigraram para a cidade de São Paulo e puderam aqui desenvolver o sistema fabril, promovendo a abertura de novas fábricas e comércios, que acabaram por proporcionar aumento em número e sucesso das fábricas na capital.

Ainda no pensamento da autora, São Paulo não perde seus aspectos de dependência agrícola, pelo menos até a década de 1920, quando o processo industrial começa a ganhar força. Assim realça Vendramel:

Durante o período da cultura cafeeira em São Paulo, esta cidade exerceu o papel de centro comercial, industrial, financeiro e político-administrativo do Estado. Nesta zona, devido à má qualidade do solo e ao clima úmido o café não se desenvolveu com muita força, sendo sua principal atividade agrária a criação de aves, produção de verduras e laticínios. Por volta de 1920, a atividade econômica desta área passou a se focar no setor industrial.<sup>68</sup>

Vendramel ainda explica que o capital cafeeiro proporcionou a interligação regional, através das enormes ferrovias que se propuseram a “cortar” de ponta a ponta o estado de São Paulo, facilitando em inúmeros aspectos, como podemos citar dois: 1º) o traslado de pessoas e 2º) o traslado de mercadorias, especificamente o café, até o porto de Santos. O processo acarretou ainda o aumento nas exportações do café e o deslocamento dos novos imigrantes para as fazendas do interior do Estado.

As riquezas geradas pelo aumento das exportações e respectivamente de sua produção acabaram, em certo momento, reformulando as cidades, principalmente a capital, como descreve Vendramel:

A economia cafeeira possibilitou o melhoramento das vias de comunicação através da construção de diversas ferrovias, estimulou a industrialização, gerou riquezas não apenas para o Estado, mas para todo o Brasil e ainda abriu portas para a entrada de

---

<sup>67</sup> Homens proprietários de terras, principalmente no interior do Estado de São Paulo, que utilizaram suas terras para o plantio do café, assim aumentando a produção nacional, e destinando-o para a exportação, principalmente para mercados estadunidense e europeu.

<sup>68</sup> OLIVEIRA, Giani Vendramel de. *A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o processo imigratório no Estado de São Paulo (1928-1961)*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2010. p. 23

uma legião de imigrantes.<sup>69</sup>

O advento republicano no Brasil pode contar com grande aparato industrial, de certa forma muito ramificado. As pequenas manufaturas, como relata Batalha, obtiveram o papel fundamental no emprego desses novos trabalhadores urbanos, assim como promoveram considerável produção fora das fazendas cafeeiras paulista, ou seja, “[...] *tudo indica que as pequenas oficinas, pouco mecanizadas e empregando um número reduzido de operários, não só eram majoritárias, mas também eram responsáveis pela ocupação da maioria dos trabalhadores do setor manufatureiro.*”<sup>70</sup>

A cidade do começo do século XX torna-se a tradução da exploração e produção manufatureira do século anterior, mesmo ainda vivendo os tempos dourados do café, a época do luxo, as grandes fortunas dos grandes barões e aventureiros que aqui construíram seus impérios, como exemplos Francisco Matarazzo<sup>71</sup>, Giuseppe Martinelli<sup>72</sup>, dentre tantos outros.

Observam-se, na cidade, bairros que hoje em dia se configuram como imponentes, sendo ainda planejados e desbravados, antes grandes lotes de terras, que passam a ganhar intensos projetos urbanísticos, fato principalmente direcionado ao controle e promoção por empresas privadas, que se dispunham a promover todo o processo de transformar as respectivas áreas consideradas rurais em bairros dentro da capital; em troca somente do controle comercial, fez-se a cidade sob a ausência de um estado fortalecido e equiparado. Assim como exemplifica Ferreira:

A Cia City trouxe para a cidade o conceito de “bairro-jardim” que, na época, começava a ser implantado em Letchworth, primeira cidade-jardim da Inglaterra. [...] Antes de ser urbanizado. O único lugar iluminado do vale era uma bica d’água construída por volta de 1920. [...] As benfeitorias realizadas pela Cia City, incomuns para a época, atraíam uma quantidade significativa de investidores e moradores. [...]<sup>73</sup>

<sup>69</sup> OLIVEIRA, Giani Vendramel de. *A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o processo imigratório no Estado de São Paulo (1928-1961)*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2010. p. 20

<sup>70</sup> BATALHA, Cláudio H. M. **Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?** São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 12, n. 23/24, p. 111-124, 1992. p. 113

<sup>71</sup> Francisco Matarazzo nasceu na Itália no ano de 1854, vindo a falecer no ano de 1937 já no Brasil, migrou para as terras brasileira no ano de 1881, mais precisamente para a cidade de Sorocaba, importante centro comercial bovino da época. Considerado um dos pioneiros no setor industrial do Brasil, Matarazzo consolidou um império através das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo na cidade de São Paulo. Segundo o sítio eletrônico: <https://pioneiros.fea.usp.br/francisco-matarazzo/> - Acesso em 15/10/2022

<sup>72</sup> Giuseppe Martinelli nasceu na Itália no ano de 1870, vindo a falecer no ano de 1946 já no Brasil, migrou para as terras brasileira no ano de 1892, foi um grande empresário do ramo de navegação, alcançando seu auge na cidade de São Paulo, com diversos meios comerciais e, principalmente, com seu imponente Edifício Martinelli. Segundo o sítio eletrônico: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=4230.%C2%A0Acesso> – Acesso em 15/10/2022

<sup>73</sup> FERREIRA, João Fernando. *A construção do Pacaembu*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 70-71

Estamos falando de uma cidade que se transformou ao longo do século XX, de ruas, avenidas, bairros e centros em construção, “lutando” ao mesmo tempo com problemáticas pertinentes até aqui apresentadas, obtendo o processo desenfreado de urbanização, como pode ser observado através do relato que nos faz Ferreira. Entretanto, se torna inegável que o mesmo processo que acabou por construir mazelas sociais promoveu o grande projeto futurístico de São Paulo, que concedeu, de certo modo, o papel de um dos centros urbanos de maior importância do Brasil, acarretando uma intensa migração/imigração para todos os bairros da capital.

De acordo com Schwarcz e Starling,

A partir da década de 1870, São Paulo tornou-se palco privilegiado para transformações socioeconômicas, urbanísticas, físicas e demográficas. Pressionada pela prosperidade da lavoura cafeeira e pelas tensões derivadas do fim da escravidão no país, a antiga cidade se transformava na “metrópole do café”: um entreposto comercial e financeiro. Foi a época da criação do Instituto Butantã (que produziu soros à base de veneno de cobra), da inauguração da iluminação elétrica e dos transportes públicos orquestrados pela estrada de ferro. Novas vias foram abertas, prolongaram-se velhas estradas, ampliaram-se largos, e surgiram novos jardins públicos. Tantas alterações levariam a mudanças claras no comportamento da população local. Em São Paulo, a “boa sociedade” descobriu novos hábitos sociais nos bailes, no turfe, no trottoir e nas noitadas no teatro [...]. E em São Paulo o processo de urbanização implicou o “embelezamento” da cidade, mas igualmente a expulsão da pobreza. Se a infraestrutura da cidade foi alterada com a abertura de novos bairros e ruas elegantes como a avenida Paulista, casebres e favelas foram destruídos, com o objetivo de garantir o prolongamento e ampliação de ruas, largos e praças.<sup>74</sup>

De certo modo, a ocupação da cidade com o projeto de uma nação em construção e em desenvolvimento atraiu pessoas de todos os cantos e, assim, contribuiu não somente para o processo de ocupação, como também na disponibilidade de mão de obra, que fez com que houvesse, então, o grande crescimento industrial paulistano e juntamente todos os benefícios que atraiu para seus centros. Nesse sentido, pessoas como Matarazzo e Martinelli, aqui já citados, podem usufruir desse desenvolvimento em seus respectivos ramos, além de trazer para a cidade grande industrialização e modernização.

Em contrapartida, São Paulo proporcionou o aumento das desigualdades, o crescimento desigual, a ocupação que fez com que fossem construídos em regiões afastadas do grande centro os “bairros operários”<sup>75</sup>. Como caracteriza Fernandes,

A cidade de São Paulo [...] pois transformou-se, em menos de meio século, de uma cidade tradicional numa metrópole tentacular, o maior centro industrial da América Latina. O processo realizou-se com tal rapidez que ainda coexistem, lado a lado,

<sup>74</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Mugel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 327

<sup>75</sup> Bairros que foram destinados, ou ocupados, por trabalhadores das indústrias paulista, dentre os meios que se buscou a união de imigrantes da mesma etnia, na prerrogativa de conservar seus costumes, assim como manter a união de seus povos perante o desconhecido. Os presentes bairros acabaram por se formar em regiões periféricas, nas bordas da cidade.

sobrevivências da sociedade escravista e inovações da sociedade capitalista.<sup>76</sup>

A Sorocabana, o porto de Santos, assim como a própria urbanização da cidade de São Paulo, foram frutos dos lucros das exportações de café, o surto urbanístico/industrial não pode ser analisado de forma distinta da expansão das exportações do grão.

Fernandes também observa que

Ninguém ignora que o café foi o principal fator de desenvolvimento econômico e da prosperidade de São Paulo. Graças ao café, a vida econômica de São Paulo saiu do marasmo em que se mantinha durante o fim do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Ela integrou-se, rapidamente, no sistema econômico tropical, com profundas transformações no cenário natural e humano da região. O fenômeno ocorreu com tamanha rapidez, que mesmo os observadores mais argutos acabaram representando o café como um “fator” de povoamento, de enriquecimento e de progresso.<sup>77</sup>

Do mesmo modo, contextualizam Scharcz e Starling o desenvolver da economia da cidade de São Paulo, dentro do contexto da década de 1910, que coincidiu com o fim do conflito mundial da Primeira Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo, com a entrada da população imigrante e o desenvolvimento urbano que se acelerou após o fim da Primeira Guerra Mundial, tomou força um grupo de profissionais liberais, desvinculado da grande lavoura. Além do mais, o processo de “substituição de importações”, ocorrido durante o contexto da guerra, levaria à expansão do pequeno comércio e da pequena indústria, e com ele ao aumento do contingente de comerciantes, artesãos e indústrias de menor porte.<sup>78</sup>

As crises que afetaram o mercado internacional, principalmente a crise de 1929, o recesso da economia norte-americana, acabaram por afetar o nosso principal comprador de café e, nestas brechas deixadas, ergueu-se a forte indústria de São Paulo. Conforme Cardoso,

É verdade que o café criou condições para o desenvolvimento da industrialização. A contínua expansão de sua exportação, apesar dos períodos de crise e das manipulações financeiras necessárias para sustentar a política da valorização no período do século XX anterior à primeira grande guerra, possibilitou, certamente, o desafogo da balança cambial do país, em alguns anos, e o equilíbrio relativo em quase todos. Dessa forma garantiu as importações do Brasil: as que serviram para o consumo suntuário e as que permitiram a compra de implementos e matérias primas para a indústria. Da mesma maneira, as desvalorizações dos mil réis visando facilitar a exportação do café para o mercado internacional serviram, indiretamente, como barreiras protecionistas contra as importações e, assim, fomentaram a indústria incipiente.<sup>79</sup>

A depressão econômica no fim da década de 1920 proporcionou à cidade de São Paulo não somente características negativas, a conjuntura de diferentes fatores proporcionados, ou até

<sup>76</sup> FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Global, 2015. p. 262

<sup>77</sup> FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008. p. 249

<sup>78</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Mugel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 346

<sup>79</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *O café e a industrialização da cidade de São Paulo*. São Paulo: Revista de História, v. 20, n. 42, 1960. p. 472

mesmo embalados pela crise, gerou o avanço da modernização da cidade, expandindo-se ao seu redor e chegando, por fim, ao interior do estado em uma velocidade que talvez não tenha se observado em outros meios urbanos do país.

A cidade de São Paulo constituiu sua industrialização sobre três pilares: 1º) mão de obra em abundância, ocasionada por fatores imigratórios/migratórios; 2º) matéria-prima em grande reserva, abastecendo assim as necessidades que a industrialização expôs como necessária; e, por fim, 3º) rede energética, que se encontrou em certa abundância na região sudeste, principalmente pelo meio hidráulico, que gerava a energia necessária tanto para o abastecimento industrial como para a sua urbanização. Como expõe Wilson Suzigan,

Dois fatores foram decisivos para que São Paulo pudesse se projetar, a partir dos anos vinte e principalmente após a depressão econômica de 1929-33, como a maior concentração industrial do País: em primeiro lugar, o afluxo de imigrantes europeus, que demandou àquele estado, em boa parte fruto de uma hábil política de imigração e colonização, o qual Ira propiciou o aparecimento de uma variada classe empresarial, além de um número elevado, relativamente ao resto do País, de operários qualificados que iriam ocupar as mais importantes posições no sistema produtivo da indústria; em segundo lugar, o rápido crescimento do potencial energético, principalmente de origem hidráulica, assim como da rede de distribuição dessa energia pelo interior do estado.

Esses dois fatores, juntamente com a abundância de matérias-primas de produção local, vieram criar as economias externas necessárias ao surto de industrialização, que a partir dos anos trinta, projetariam definitivamente o estado paulista como o mais importante centro industrial do País.

Junte-se a isso as facilidades de transportes encontradas pela indústria e que lhe foram legadas pela economia cafeeira; um mercado local razoavelmente desenvolvido como resultado do adensamento populacional propiciado tanto pela imigração estrangeira como pelas migrações internas; finalmente, a disponibilidade de capitais que buscavam aplicação na indústria, e se terá caracterizado as condições suficientes para o início de um processo de industrialização que se prolongou até nossos dias.<sup>80</sup>

#### 1.4. Operariado: excluídos e lembrados

A constituição de grande parte das principais cidades dos países subdesenvolvidos, melhor caracterizando os grandes centros econômicos, acabou por sofrer parecidos processos que se compuseram por paradigmas desiguais, que acabaram por proporcionar, de certo modo, a exclusão de grupos menos favorecidos pelo próprio sistema econômico/social que abrange a sociedade em vigência.

Ao promover a comparação da constituição tanto das cidades como dos países em diferentes planos econômicos/sociais, assim caracteriza Hobsbawm:

Em certos sentidos, essa desigualdade interna é análoga à conhecida e crescente desigualdade entre a minoria de países ricos e desenvolvidos ou em desenvolvimento e o mundo pobre e atrasado. Em ambos os casos, o abismo está se alargando, e parece

<sup>80</sup> SUZIGAN, Wilson. *A industrialização de São Paulo: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Economia, v. 25, n. 2, 1971. p. 89-90

se alargar ainda mais. Em ambos os casos, o crescimento econômico mediante uma economia de mercado, ainda que impressionante, evidentemente não foi um mecanismo automaticamente eficaz para diminuir as desigualdades internas ou internacionais, embora tendesse a aumentar o setor industrializado do planeta, e pode se encontrar no processo de redistribuir riqueza e poder em seu interior [...]

Deixando agora a moralidade, a ética e a justiça social de lado, essa situação cria, ou intensifica, problemas sérios – econômicos e políticos. Uma vez que as desigualdades embutidas nesses desenvolvimentos históricos são desigualdades de poder, bem como de bem-estar, é possível desconsiderá-las no curto prazo. É o que, de fato, a maioria dos Estados e classes com poder se inclina a fazer hoje. Populações pobres e países pobres são fracos, desorganizados e tecnicamente incompetentes: relativamente mais fracos hoje do que no passado. Dentro de nossos países podemos deixá-los cozinhar em guetos, ou como uma subclasse infeliz. Podemos resguardar a vida e o meio ambiente de ricos atrás de fortificações eletrificadas protegidas por forças privadas – e públicas – de segurança. Podemos, para usar a frase de um ministro britânico sobre a Irlanda do Norte, tentar estabelecer “um nível aceitável de violência”. [...] <sup>81</sup>

Os arranjos das cidades do novo regime político do Brasil, a República, aqui exemplifico o cenário da cidade de São Paulo, acabaram por transfigurar a situação em que se encontrava com as prerrogativas de reconstruir certos pontos da sociedade e abandonar o passado escravagista, enquanto continuou dependente de meios econômicos que também asseguraram a antiga economia imperial.

Por outro lado, o grupo social que se destinava a compor profissões diversas enriquecia em número, abastecendo a cidade em grande quantidade, tanto de trabalhadores autônomos, como dos próprios operários, vivendo em mundos diferentes e enfrentando situações que se alastravam não somente pelo interior do país, mas também no seio da sociedade urbana.

Schwarcz e Starling afirmam que o crescimento populacional e a chegada de novas ideologias trouxeram novas situações que afetaram tanto os "novos" quanto os "velhos" cidadãos, promovendo diferentes questionamentos que resultaram em movimentos sociais em busca de melhorias.

[...] Se os novos arranjos visavam a um projeto político republicano e moderno, alternativo ao Império, não havia como esconder as marcas de uma sociedade de perfil basicamente agrário-exportador. Em vez da dicotomia fácil – monarquia ou república; barbárie ou progresso -, conviviam tempos distintos, inclusão e exclusão, avanço tecnológico e repressão política e social. Além do mais, se havia clara ampliação das oportunidades de trabalho, o setor que mais crescia era o dos ambulantes; dos pequenos negócios, dos vendedores de produtos alimentares, dos carpinteiros, sapateiros e carroceiros. Lado a lado, estavam mundos diferentes, mas inesperadamente próximos.

E não tardariam a surgir movimentos que revelavam outras faces da modernidade. Postas à margem, populações expulsas dos centros elegantes das cidades e deixadas ao largo da “civilização” – nos sombrios sertões ou nas longínquas florestas – começavam a tomar as manchetes dos jornais. Porém, os primeiros sinais de revolta partiram não do interior do país, mas de dentro das cidades. <sup>82</sup>

<sup>81</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 57-58

<sup>82</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Mugel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 328

A questão é: Quem são esses trabalhadores? Imigrantes, migrantes, operários, aventureiros, de todas as formas ou maneiras, pessoas buscaram na cidade de São Paulo a esperança de um futuro. Eram o auxílio indireto para a construção e desenvolvimento da cidade, em contrapartida, os mesmos que ajudaram, sofreram todo o processo de exclusão e, principalmente, repressão social, em um meio que a todo momento buscou a conservação de diversos pontos que caracterizava a sociedade paulistana desde seus primórdios.

O operariado paulistano se formou à sombra desses novos componentes sociais. Os novos cidadãos se estabeleceram em diversos setores de trabalho, mas o grupo que mais se destacou e formou uma importante parcela da sociedade foram os operários, ocupando e construindo grandes bairros nos extremos da cidade. Eles produziram, mesmo que de forma indireta, o capital que construiu São Paulo.

Eles trouxeram para São Paulo não somente força, suor e esperança, mas também conhecimento, ideologia e, principalmente, revoluções que, ao longo das primeiras décadas do século XX, proporcionaram grande mudança no contexto da vivência dentro da capital. Tal fato acabou por levantar questionamentos não exclusivamente destes grupos sociais, mas também dos meios jornalísticos, relevância essa da imprensa que abordarei mais à frente.

Os operários passaram a ocupar espaços da cidade, se uniram a estes primeiros trabalhadores braçais, os ex-escravizados, promovendo o fortalecimento da classe social e, principalmente, sua consolidação enquanto classe trabalhadora, podendo, assim, unir forças para lutar em um primeiro momento por transformações necessárias no seio social urbano. Entretanto, não deixaram de sofrer toda e qualquer repressão e alienação que fora atribuída ao grupo de trabalhadores escravizados.

De acordo com Ribeiro, a "deculturação" refere-se a todo e qualquer processo histórico no Brasil que buscou anular as culturas das diferentes classes sociais em diferentes épocas e contextos, direcionando-as a um horizonte já existente e consolidado que se baseava em uma cultura elitizada.

Este processo se enraizou e se constituiu no nascer da classe operária de São Paulo, justificando a nomenclatura dos operários "excluídos", não que foram esquecidos, como traz o significado literal da palavra, mas sim há um grande projeto em ação para que a verdadeira essência deles se torne mais um passado apagado. Não que foram proibidos de residir na cidade, mas se tornaram alvos de afastamentos pré-determinados, para aqueles, como já descrito anteriormente, bairros que se encontravam nas bordas, ou extremidades da cidade, aqueles que todo o grupo social dominante subjuguava como não habitável pelas condições, ou simplesmente por preceitos.

Os operários paulistas foram “excluídos” ao longo de quase todo o processo urbanístico e construtivo, não houve opções, a aderência à cultura daqueles que dominavam diversos ramos da sociedade teve que ser absorvida e, assim, abrem-se então portas para dois distintos processos: o de resistência, que será transmitido principalmente por meios das novas ideologias, além da união destes grupos sociais e a transformação, ou melhor dizendo, adaptação à cultura na qual fora inserido. A “desindianização”, “desafricanização” e “deseuropeização” fizeram com que, ao longo do processo construtivo, a sociedade brasileira obtivesse maior dificuldade no seu desenvolvimento, regredindo aos primórdios da vida social urbana. Assim como explica Ribeiro:

Outro processo dramático vivido por nossas populações urbanas é sua deculturação. Sua gravidade é quase equivalente à primeira grande deculturação que sofremos, no primeiro século, ao desindianizar os índios, desafricanizar os negros e deseuropeizar o europeu para nós fazermos. Isso resultou numa população de cultura arcaica, mas muito integrada, em que um saber operativo se transmitia de pais a filhos e em que todos viviam um calendário civil regido pela Igreja, dentro de padrões morais bem prescritos.<sup>83</sup>

A exclusão deste operariado se transfigurou muito além da proibição de residir em certos locais, ou até mesmo frequentar certas ocasiões; ela se configura em patamares na tentativa de transfiguração cultural, a grande alienação social, que se apresentou por parte principalmente daqueles que controlavam os meios fabris na cidade.

*“[...] o termo “costume” foi empregado para denotar boa parte do que hoje está implicado na palavra “cultura”. O costume era a “segunda natureza” do homem. Francis Bacon escreveu sobre o costume como a conduta inercial, habitual e induzida [...]”*<sup>84</sup>, assim descreve Thompson, ao dialogar com a reflexão cultural, revelando a conexão com a situação operária caracterizada ao longo do texto. A cultura ou o costume caracterizam-se como a identidade intrapessoal do ser, muito além de um hábito alimentar, ou vestimenta, e anular toda essa caracterização é anular o próprio ser. Esse processo de anulação se configura, nos anos posteriores, como a principal dificuldade na promoção da união destes novos trabalhadores urbanos, compondo a ramificação do grupo entre aqueles que acabaram por aderir às novas culturas e os que mantiveram a resistência cultural.

A lembrança daqueles que se encontravam excluídos por uma sociedade hierarquizada se manteve viva, especialmente a partir do final da segunda metade da década de 1910. Nesse período, a grande Greve Geral de 1917 promoveu uma combustão nos corações dos trabalhadores, bem como acendeu o sinal de alerta para uma sociedade industrial que se

<sup>83</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015. p. 155

<sup>84</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 14

acostumou com um modo de viver e socializar excludente.

Assim como Hobsbawm traduz em seu pensamento a questão operária inglesa, vê-se como inevitáveis os acontecimentos em decorrência do desenvolvimento da camada operária, no que se imagina promover certa consciência de classe, para que haja então a união de um grupo tão desunido. No simples ato de observar os dois grupos principais de uma sociedade urbana (industriais-operários) pode-se notar tamanha discrepância, pela qual se abre uma enorme fenda entre aquele que promove a cultura e aquele que a recebe.

*“[...] a classe e o problema da consciência de classe são inseparáveis. Uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias como tal.”*<sup>85</sup> É exatamente este ponto que Hobsbawm identifica como vulnerável para a existência e o desenvolver do operariado, tornando-se evidente na cidade de São Paulo com a transfiguração de diversas conjunturas no decorrer da unificação do operariado paulista, para que haja então o existir daqueles que a compõem. O operariado não será lembrando enquanto for uma pessoa, mas sim a partir do momento em que houver a unificação da classe em um pensamento coletivo e, por consequência, os movimentos sociais urbanos que transpõem todos os desejos de uma classe unida.

No começo do século XX, a sociedade paulistana apresentava duas características importantes que merecem análise: a primeira refere-se às diferenças existentes entre imigrantes de uma mesma pátria, especialmente os italianos, que trouxeram consigo conflitos internos, como os ocorridos entre sulistas e nortistas italianos. A segunda característica é o nacionalismo, que levava grupos de mesma nacionalidade a se unirem para manter laços socioculturais. Esses fatores dificultaram a construção da consciência de classe e da formação do operariado como classe social, que poderia atuar como barreira contra esquemas de manipulação.

Devido ao tempo disponibilizado ao trabalho, as questões pessoais e o que a sociedade proporciona, analisa Francisco Foot Hordman<sup>86</sup>, fica quase impossível imaginar/desejar que a classe explorada promova a construção de aparatos culturais, que desenvolvam a própria cultura como meio de resposta à grande alienação que é imposta.

A própria sociedade exerce esse poder de inibir qualquer tentativa de transformação cultural, haja vista que a alienação é o grande pilar de sustentação de todo um meio governamental/social imposto. Importante ressaltar que cultura não necessariamente se remete a meios construídos, como, por exemplo, obras, pinturas, dentre outros, afinal não há tempo e

---

<sup>85</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 36

<sup>86</sup> HORDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!**: memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

nem educação cultural para promover/despertar interesse desse grande grupo social para determinados fins.

Torna-se difícil pensar no começo do século XX, em São Paulo, no “modo de vida operário”, quando o próprio componente do grupo social não consegue reter essa concepção, de certo modo, a vida operária se resumia em copiar a vida daqueles que eram vistos como exemplo social.

A construção cultural, vestimenta, hábitos, pensamentos e expressões, torna-se escassa em uma sociedade que não disponibiliza tempo e nem princípios para a presente perspectiva; fazer nascer uma manifestação em um grupo explorado requer desejo, organização, ensino e união de todos. A cultura foi o divisor de águas, a partir do despertar cultural e da quebra das “correntes” de alheamento que prendiam o operariado, pôde-se então despertar o princípio cognitivo dentro da classe social.

## CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA E IMPRENSA: O SURGIMENTO DE *A PLEBE*

A constituição dos meios de comunicação foi uma das características da modernidade da sociedade humana, principalmente com o avanço da urbanização e o crescimento dos grandes centros, que trouxeram não só o crescimento territorial, como também diretamente houve a introdução de novas tecnologias e massificação de diversas culturas antes restritas a determinados grupos sociais, além da introdução de novos habitantes, de etnias e culturas distintas, que puderam assim compor e enriquecer as práticas locais. Como refletem Martins e De Luca,

Os impressos que por aqui circularam em duzentos anos não só testemunharam, registram e veiculam nossa história, mas não parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional. E os exemplos vêm da Colônia, passam pelo Império, persistem na Primeira República, seguem no Estado Novo e chegam até nossos dias.<sup>87</sup>

A imprensa na cidade de São Paulo se constituiu, ganhou corpo e se consolidou, dentre tantas características, como grande influenciadora de opiniões, assim como rebelde e revoltosa, em certos pontos, para questionar diversas atitudes nas quais se construía uma cidade totalmente desigual dentro e fora da redação.

Os meios de comunicação impressos tornaram-se espaços de diálogo nos quais se busca principalmente constituir uma certa consciência que deverá se basear em determinados pilares sociais. O diálogo, mesmo que por vezes indireto, concretiza-se como a chave do sucesso de alguns desses periódicos. O exercício do pensamento constitui-se como a arma da geração de grandes questionamentos, que resultaram na construção da futura consciência social.

Hardman compreende a imprensa operária como cultura de resistência pela qual materializaram-se novos meios de se pensar, assim como se pôde introduzir as ideologias libertárias, mantendo a integridade do grupo social e buscando o que pode ser traduzido pelo autor como “emancipação social”. Como o autor analisa:

Essa produção cultural, materializada na atividade da imprensa anarquista, representa o que chamarei de cultura de resistência, dado seu papel aglutinador buscando manter a integridade ideológica e vivencial do operariado emergente, contra o sistema político dominante e em prol da chamada "emancipação social". Se existiu uma "política libertária" (oposta à política institucional, vista em seu conjunto como burguesa), se consistiu basicamente nessas atividades: quero dizer que estão

<sup>87</sup> MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 8

imbricados de forma global o sentido cultural e o sentido político da prática anarquista.<sup>88</sup>

Ainda que pareçam estagnadas, hierarquizadas, as sociedades que passaram por essas profundas transformações acabaram por, mesmo indiretamente, absorver ramificações culturais distintas, em um processo que Fernandes analisa como “*As sociedades humanas sempre se encontraram em permanente transformação, por mais “estáveis” ou “estáticas” que elas pareçam ser.*”<sup>89</sup>.

O processo apresentado não se configura de forma distinta perante a sociedade paulistana que obteve a imprensa e viu-se desenvolver, expandir, ganhar grupos, antes não lembrados, modulou-se e deu voz, em um pequeno espaço curto de tempo, São Paulo se transformou pelas palavras e folhas de cada periódico que nascia na capital.

O alvo principal, para o entendimento de todo o desenvolvimento que ocorrerá de agora em diante, pode se definir em duas palavras: “constituir relações”, as relações sociais pelas quais cada jornal busca se agarrar e “construir” seu nome passa principalmente por identificar nos primórdios, no seio de cada grupo, suas necessidades e anseios, desenvolvendo, assim, todo um processo urbano. Os meios jornalísticos buscaram se posicionar de forma neutra, por vezes não, mas em todos os momentos buscaram desenvolver relações. Como citam Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto:

O jornal e a revista e outros veículos impressos não nasceram prontos. A própria configuração do que hoje entendemos como um jornal, ou uma revista, um gibi, uma revista semanal noticiosa, um jornal da imprensa sindical são elas mesmas produto da experimentação e da criação social e histórica. Nesse processo de configuração dos veículos, seus conteúdos e formas, as convenções sobre como deve ser feito e o que deve conter um determinado jornal ou revista são negociados social e culturalmente, num espaço de um diálogo conflituoso sobre o fazer imprensa a cada momento histórico.

Indique-se também que jornais e revistas tais como os conhecemos são artefatos da modernidade e, no processo de sua configuração enquanto materialidade, carregam para dentro de sua composição, dentro dos limites e possibilidades colocadas pela técnica da impressão, as linguagens e gêneros que foram aí inventadas.

Neste ponto interessa destacar que na configuração histórica assumida pela Imprensa, em diferentes conjunturas e com articulações históricas diversas, desde o século XIX, agindo como força ativa na constituição dos processos de hegemonia social. [...] <sup>90</sup>

Segundo Rodrigo Santos de Oliveira, a imprensa brasileira só nasce verdadeiramente em terras tropicais a partir do momento que a corte vem para o Brasil e, assim, transfigura-se todo um cenário não existente em condições modernas no contexto da época, criando a

<sup>88</sup> HORDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!**: memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 309

<sup>89</sup> FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008. p. 32

<sup>90</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria da Cunha. **Na oficina do historiador**: conversas sobre história e imprensa. São Paulo: Projeto História, n. 35, 2007. p. 259

Imprensa Régia do Brasil, o primeiro meio jornalístico constituído no Brasil. A partir deste momento, todo o cenário de informação e os meios pelos quais se fazia chegar até a sociedade fora transformado, passando a se fazer notícia em solo brasileiro. Observa Oliveira o “[...] surgimento tardio da imprensa no Brasil, com início apenas no século XIX, quando a corte portuguesa foge das tropas francesas e espanholas de Napoleão Bonaparte.”<sup>91</sup>

A realidade da sociedade brasileira ultrapassa toda e qualquer simplicidade que possa ser atribuída a partir dos movimentos que apoiavam, ou não, o regime instaurado, assim como ideologias que se espalhavam pelo Brasil puderam se manifestar de forma mais ampla e rápida. Além disso, podem se explicar diversas situações em que se encontrava o povo brasileiro, seja eles dentro ou fora dos grandes centros urbanos, principalmente no interior do país.

Faz-se valer casos como o próprio objeto de estudo, o periódico *A Plebe*, que pôde se aproveitar de todo o avanço que se instaurou nas redações, como maquinários<sup>92</sup> e, principalmente, as mudanças que se apresentaram na sociedade paulistana, abordagem que pretendo refletir e expandir posteriormente.

A Imprensa Régia, mesmo sendo interligada diretamente ao poder monárquico, abriu as portas para o que, séculos depois, apresentar-se-ia em diversas ramificações e conceitos, o 4º poder da República do Brasil<sup>93</sup>, fazendo nascer a voz do povo brasileiro. Mas que voz é essa? Onde está o povo? São questionamentos relevantes, e quando analisamos o pensamento de Fernandes, percebemos que, a quase todo momento, grandes camadas sociais permanecem fora do jogo social e político, abstendo-se e sofrendo repressões, sejam elas indiretas ou diretas.

Posteriormente à “proclamação” da imprensa régia, surgiram no cenário urbano brasileiro, assim como paulistano, os famosos pasquins<sup>94</sup>, que mesmo de forma simples, não tão abrangente, podem ser vistos como os primórdios de uma voz retirada da grande massa populacional paulista. Os pasquins, dentro e fora dos limites territoriais da cidade de São Paulo, expuseram situações enfrentadas pelo povo local, regional ou nacional, constituindo, de certa forma, os primeiros questionamentos aos grupos detentores<sup>95</sup> do controle da sociedade.

---

<sup>91</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). Rio Grande: **Revista Historiae**, v. 2, n. 3, 2011. p. 132

<sup>92</sup> Não que não houvesse ao mesmo tempo o desenvolver de outros meios escritos, como livros, revistas, dentre outros, mas a relevância pela qual se fez gerar o empoderamento dos jornais acaba por lhes dar um cargo e poder maior.

<sup>93</sup> Nomenclatura utilizada na atualidade principalmente por sociólogos e cientistas políticos, para retratar o poder de influência e mudança que a mídia obtém tanto sobre a sociedade como sobre o governo.

<sup>94</sup> Formato jornalístico no qual busca a transmissão do fato ou da visão que deseja, através de sátiras compostas por versos ou prosas. Esses ficaram muito famosos principalmente durante o século XIX, conhecidos principalmente por irem contra o governo, seja ele local, regional ou nacional, assim sofrendo certa perseguição.

<sup>95</sup> Não que não houvesse pasquins que fossem atribuídos aos grupos dominantes, mas, neste caso, me refiro aos primórdios da futura rede de comunicação que fora ligada às situações da classe trabalhadora.

Esses meios de comunicação, como aponta Oliveira, tornaram-se populares entre a sociedade urbana, mas o seu posicionamento contrário aos grupos detentores do poder na época gerou inimizades políticas para alguns desses periódicos.

O Brasil do século XIX se tornou um país de mudanças em seu regime e, principalmente, passou por inúmeras revoltas, rebeliões, dentre outros, que propuseram um cenário ideal para os pasquins, que conseguiram, dessa forma, constituir sua ideologia. Como cita Oliveira:

“Em um primeiro momento a imprensa no Brasil se configurou a partir da produção de “pasquins”. Estes, contudo, não apresentavam necessariamente uma relação orgânica com os grupos políticos dirigentes e muitas vezes até entravam em conflitos com os mesmos.”<sup>96</sup>

Oliveira ainda descreve que o cenário enquanto se apresentou favorável para a promoção de críticas e “julgamentos” por parte dos pasquins, fez-se prevalecer a força daqueles que regiam a capital paulista. Por se promover o questionamento, então surgiu a perseguição e repressão que muitos outros periódicos sofreram ao longo de sua constituição ao fim do século XIX e começo do século XX. Ao longo do século XX, esteve muito presente em inúmeras situações perseguições e, principalmente, boicotes a jornais contrários às ideologias e ao sistema vigente governamental, por vezes essa perseguição se configurou em fechamento de redações, por outras em prisões e chegando ao limite de extradição.

A utilização de pseudônimos se fez valer, e a necessidade de autopreservação perante meios sociais/governamentais se fez presente nos pasquins, assim como em muitas assinaturas de textos informativos em diferentes redações durante as primeiras décadas do século XX, da mesma forma que ao longo de todo o processo de constituição dessa importante mídia a tentativa de controle por parte de governos distintos se fez presente.

A liberdade de imprensa a todo momento era reivindicada por aqueles que escreviam os pasquins, com o significado de então poderem constituir e promulgar suas visões, por outro lado, não fora visto da mesma maneira e a presente liberdade acabara por ser refletida e interpretada pelo grupo contrário como uma grande ameaça, não somente aos meios políticos, como sociais, assim justificando, mesmo que de maneira rudimentar, os atos pelos quais propuseram ao meio informativo.

Como reflete Oliveira:

Ou seja, o pasquim de certa forma sempre esteve ligado à contestação política e social. E, desse modo, teve seu desenvolvimento em um período de extrema efervescência política. Não é por acaso que os pasquins sempre foram alvo de repressão e censura, ao mesmo tempo em que muitas vezes seus autores mantinham anonimato, com o

---

<sup>96</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). Rio Grande: **Revista Historiae**, v. 2, n. 3, 2011. p. 133

objetivo de autopreservação.<sup>97</sup>

“De 1870 a 1872, surgiram no país mais de vinte jornais republicanos,[...]”<sup>98</sup>. A exemplificação que Nelson Werneck Sodré utiliza para demonstrar o crescimento da imprensa com ideologia política republicana também serve para analisar e entender que o processo, ao longo do século XIX, fez com que houvesse um grande crescimento dos números de jornais espalhados não só pelo Brasil<sup>99</sup>, como principalmente na cidade de São Paulo, com crescimento populacional e industrial sempre em alta.

Em comparação aos números apresentados, mais de 10 anos depois, o número de jornais em circulação pelo território nacional é muito maior, como demonstra Oliveira: “Em 1887, a imprensa republicana já conta com setenta e quatro jornais espalhados por todo o país”<sup>100</sup>, demonstrando o grande desenvolvimento, principalmente com o crescimento dos grandes centros urbanos, como, por exemplo, a cidade de São Paulo.

Ao final do século XIX, pode-se então identificar dois grupos na imprensa brasileira, aqueles que foram denominados por Oliveira como “imprensa político-partidária” e, por outro lado, a “imprensa combativa”.

O primeiro grupo se propusera a vender notícias, algo muito semelhante ao que se encontra atualmente e, de outro lado, aqueles que se preocupavam em trazer para a sociedade, através deste meio, os que foram excluídos, ou como já citado no capítulo anterior, determinados como “marginalizados” pela sociedade urbana. Como salienta Oliveira:

À medida que os ânimos políticos se acalmam, surgem dois novos padrões de imprensa, que passam a dividir espaço com a imprensa político-partidária, e que diferem tanto desta quanto da antiga estrutura de pasquinagem. De um lado surgia, mesmo que de forma bastante efêmera, em princípio, uma imprensa organizada nos moldes empresariais e voltada à notícia enquanto produto; de outro, uma imprensa combativa e que buscava representar um setor ainda incipiente da sociedade brasileira, o operariado urbano.<sup>101</sup>

“[...] a imprensa artesanal estava sendo substituída pela imprensa industrial. A imprensa brasileira aproximava-se, pouco a pouco, dos padrões e das características peculiares a uma sociedade burguesa.”<sup>102</sup> Aos poucos, como identifica Sodré, os velhos pasquins, que de forma artesanal, de poucos meios tecnológicos, faziam-se presentes na

<sup>97</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). Rio Grande: **Revista Historiae**, v. 2, n. 3, 2011. p. 134

<sup>98</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 212

<sup>99</sup> Podemos então identificar 5 pontos pelos quais o Brasil do século XIX está relutando e ao mesmo tempo se transformando, recebendo e promovendo os presentes, são eles: 1º) Industrialização; 2º) Imigração; 3º) Urbanização; 4º) Mudanças políticas; 5º) Conflitos bélicos.

<sup>100</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *A relação entre a história e a imprensa*. Op. Cit. p. 138

<sup>101</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. 2011. p. 138

<sup>102</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 261

sociedade brasileira, começam a dar seus primeiros passos para o que podemos chamar de “industrialização da imprensa”.<sup>103</sup> Esse desenvolvimento passa também, principalmente, pelo surgimento dos grupos indiretos referenciados anteriormente, o que podemos determinar como divisão ideológica dentro do processo de construção midiática.

“*A mudança do regime não alterou o desenvolvimento da imprensa*”.<sup>104</sup> Ao contrário, a Proclamação da República trouxe mais inovações e liberdade do que fora visto durante todos os anos que a imprensa brasileira viveu sob a cautela do poder monárquico.

A liberdade adquirida pela imprensa operária paulistana se torna uma questão pertinente: até que ponto essa liberdade se fez presente? Principalmente, na relação leitor e meio impresso, os questionamentos sociais demonstrados pelos leitores tornam-se pautas defendidas pelos jornais no começo do século XX. Assim como citam Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca:

[...] o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria. Ou seja, o periodismo pretendia, também, marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade. [...]<sup>105</sup>

A imprensa nunca fora somente letras e tintas, transcritas em folhas de papel impresso, nunca se comportou como somente mais um meio informativo. Conforme Heloisa de Faria Cruz,

Em diversos momentos históricos, em relações sociais diferentes, a escrita e a leitura mediaram os vínculos dos habitantes das cidades. As tensões e articulações entre a cultura letrada, campo privilegiado de expressão das elites, e a oralidade constituem dimensão fundamental da formação das culturas urbanas e das relações de poder na cidade moderna.<sup>106</sup>

Enquanto as inovações tecnológicas chegavam ao setor de imprensa no Brasil, como, por exemplo, as máquinas que passaram principalmente a auxiliar todas as etapas de impressão dos periódicos, os jornais viviam ainda com o contraste da utilização de carroças para a sua distribuição.

“*As inovações técnicas na imprensa prosseguirão em 1895, já os jornais definindo-se com estrutura empresarial: aquelas inovações e esta estrutura estão intimamente ligadas. [...]*”

<sup>103</sup> Terminologia pela qual identifico que o próprio meio formador de notícias acabou por receber e usufruir de todo o processo industrial que sofrera, por exemplo a cidade de São Paulo, e assim modernizar suas redações, de modo que utilizou tal meio para assim conseguir promover maior propagação de suas páginas além das fronteiras hierarquizadas que se constituía na sociedade paulistana. Deste modo, se fez valer a transformação da imprensa artesanal em uma imprensa empresarial, que conseguiu se impor.

<sup>104</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Op. Cit. p. 251.

<sup>105</sup> MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 25.

<sup>106</sup> CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013. p. 30.

*Mas a distribuição continua sendo feita em carroças.*”<sup>107</sup> A República, segundo Sodré, não só trouxe novos meios de promover a governança, mas também grande parte da modernização na imprensa que se apresentava em outros países acabara por desembarcar nos portos do Brasil e pôde-se, então, constituir eixos que faltavam para a modernização deste importante meio de comunicação.

Para Sodré, ainda, somente a partir da introdução das inovações tecnológicas pode-se considerar que houve produção de jornais no Brasil, isto é, no modelo produtivo industrial que vai desde a coleta de informações, passando pelo processo de constituição da informação e impressão dos jornais, até chegar às mãos de cada leitor. De forma geral, o jornal, seja ele em amplitude nacional, seja local, como os da cidade de São Paulo, ganhou estrutura e pôde fazer-se e ser.

Pode-se identificar a constância ideológica nas páginas de cada periódico, deixando claro, em diferentes situações, ao grupo que se identifica como alvo, suas pretensões e pensamentos. A imprensa paulistana foi de grande importância, principalmente nas primeiras décadas do século XX, quando se propôs a quebrar hierarquias que estavam consolidadas no seio da sociedade e, por outro lado, preservou as respectivas hierarquias, mostrando duas faces distintas, em um único meio social; a partir deste momento, pode se observar então a grande separação entre os grupos de imprensa. Um jogo misto entre preservar e transformar se instaurou na cidade, e também a instauração da própria divisão ainda mais aprofundada das classes sociais e suas relações.

Em todos os momentos, os embates ideológicos e sociais se fizeram presentes entre os jornais que circulavam na cidade de São Paulo. Assim refletem Cruz e Peixoto:

Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.<sup>108</sup>

Formular pensamentos e opiniões é uma tarefa árdua, que exige em certo modo argumentos muitos sólidos. *“Os grandes jornais passam a ser vistos como “instituições”, crescem em prestígio e o seu papel social muitas vezes acaba formando a opinião pública.”*<sup>109</sup> Oliveira enfatiza os processos de escolarização massiva dentro da capital paulista que se tornaram um agente de extrema importância para a difusão dos meios jornalísticos, desta forma,

<sup>107</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 266

<sup>108</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. São Paulo: Projeto História, n. 35, 2007. p. 258

<sup>109</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). Rio Grande: *Revista Historiae*, v. 2, n. 3, 2011. p. 139

pode-se, então, ganhar um novo consumidor, além de expandir o alcance principalmente aos grupos que se encontravam marginalizados na sociedade.

A problemática envolvida na construção da informação reside justamente no ato mais simples e essencial: a leitura. Ao considerarmos o processo de escolarização na cidade de São Paulo no período em estudo, observamos uma grande defasagem, apresentando dois aspectos. Em primeiro lugar, houve um aumento no número de pessoas com habilidades de leitura. Em segundo lugar, houve uma defasagem que dificultou o acesso aos meios de comunicação por grupos menos favorecidos da sociedade.

Além do processo de escolarização, a comercialização dos meios jornalísticos promoveu, em alguns casos, a alteração da escrita em seus textos, assim como a construção de notícias, que substituiu a forma escrita culta de difícil acesso e entendimento por esses grupos, buscando, assim, o linguajar popular, de modo que facilitasse o entendimento dos leitores. Esses e outros pontos tornaram os periódicos mais atraentes aos leitores menos escolarizados, construindo uma ponte entre eles e os jornais.

Os dois processos apresentados anteriormente, tanto o crescimento da escolarização quanto o da comercialização, são identificados por Cruz como pontos-chave para o que se tornaria a imprensa comercial.

Nessa conjuntura, a difusão e a “popularização” da cultura letrada por meio de processos como a escolarização massiva, o desenvolvimento da linguagem comercial da propaganda e a formação de uma imprensa comercial colocam-se como questões importantes para a compreensão das novas redes de comunicação social na metrópole e das relações de poder aí emergentes.<sup>110</sup>

## 2.1. Anarquia e notícia: o nascer do *A plebe*

Segundo Sodré, no nascer do século XX, com o advento da República, os grupos sociais ganharam força, passaram a se organizar, mesmo que de forma simples, puderam colocar em pauta pontos que entendiam ser necessário haver transformações consistentes, de modo que atendessem suas necessidades sociais. “No início do século XX, o movimento reformista desencadeado nas últimas décadas da centúria anterior, passa por uma fase de pausa, mas os seus efeitos, e a continuação do processo histórico [...] traduzem-se em alterações significativas.”<sup>111</sup> No pensamento de Sodré, pode-se perceber, na cidade de São Paulo, pontos de mudanças significativas, a partir do momento em que se torna perceptível a

<sup>110</sup> CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013. p. 32

<sup>111</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 306

construção de relações sociais entre as classes menos favorecidas.

Há, então, a união e construção das relações sociais entre os grupos massivos da sociedade paulistana, havendo o entendimento de como essas relações acabam por desaguar no nascer de uma imprensa que se vinculou nas entranhas dos meios fabris da cidade de São Paulo.

Renée Barata Zicman atenta para o fato de que há, portanto, um filtro em cada redação, normatizando o trabalho jornalístico:

Por outro lado, devemos lembrar que na Imprensa a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar mas ao contrário denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio “filtro”.<sup>112</sup>

Esse é um ponto fundamental para entender a linguagem das notícias e o discurso presente em cada página de *A Plebe*, que não se diferencia de nenhum outro jornal que já circulara pela cidade de São Paulo. O jornal traçava pautas e objetivos que se entrelaçavam com os desejos e ideologia anarquista de seus editores. Isso é crucial para compreender a forma como a informação foi transmitida e como as notícias foram apresentadas ao público.

A partir do século XIX, São Paulo assistiu ao surgimento de diversos periódicos com direcionamento anarquista, nos quais se pregavam “lutas” e reformas sociais, com a prerrogativa de auxílio e melhoria da vivência do proletariado no contexto social, urbano e trabalhista, que se desenvolvia na cidade.

Sodré destaca *O Despertar*, *O Protesto*, *O Golpe*, *A Asgarda* e *Avanti*. Tornou-se cada vez mais recorrente as pessoas esbarrarem pelas ruas com a venda de jornais, que traziam consigo ideologias socialistas e anarquistas, pelas ruas da capital<sup>113</sup>:

Os primeiros jornais anarquistas apareceram, aqui, ainda no século XIX: O Despertar, de José Sarmento, O Protesto, O Golpe, A Asgarda, como pioneiros, os dois últimos dirigidos por Mota Assunção. [...] Já estava em circulação, em São Paulo, outra folha anarquista, o “órgão socialista e proletário” Avanti.<sup>114</sup>

Quando falamos de imprensa anarquista, na cidade de São Paulo, não podemos deixar de citar *A Plebe*, considerada por muitos estudiosos da área como um dos principais jornais anarquistas de sua época, devido à relevância de impacto na sociedade. De origem simples, o jornal ganhou corpo, relevância e se fez crescer nas ruas da capital, podendo assim constituir uma vasta rede de assinantes e leitores, que se propagaram não só pela cidade, como também

<sup>112</sup> ZICMAN, Renée Barata. *História através da imprensa* – algumas considerações metodológicas. São Paulo: Revista Projeto História, v. 4, 1985. p. 90

<sup>113</sup> Dos meios de comunicação citados, nem todos circularam pelas ruas da capital de São Paulo. Entretanto exemplifico para podermos obter o entendimento de como houve esse avanço entre o número de jornais que buscaram empregar as duas ideologias nas principais cidades do Brasil.

<sup>114</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Op. Cit. p. 310

pelo Brasil.

No entanto, a origem de *A Plebe* pode ser encontrada em outras páginas de um importante jornal que circulou pelas ruas da capital no início do século XX: *A Lanterna*. Este jornal pode ser considerado um precursor e base para o surgimento do futuro periódico anarcossindicalista. *A Lanterna* foi editada por Benjamin Mota, que mais tarde se tornou um grande colaborador de *A Plebe*. Da mesma forma, Edgard Leuenroth, fundador do jornal que surgiria posteriormente nas ruas da capital, também esteve envolvido no desenvolvimento de *A Lanterna*:

Conforme explicamos em nosso número anterior, A PLEBE é a continuação d' A LANTERNA, razão pela qual não há solução de continuidade entre a administração de um e outro jornal.

[...]

Devemos dizer que, embora A PLEBE não deixe de atacar o clericalismo como parte integrante da sociedade burguesa, A LANTERNA, continuará a aparecer eventualmente com o seu caracter anti-clerical [...]<sup>115</sup>

Em resumo, *A Lanterna* pode ser definida como um jornal anticlerical e de combate político que buscava, segundo Carlos Eduardo de Andrade, travar uma batalha contra as trevas da alienação e da repressão ideológica presentes na sociedade de diferentes formas. O periódico tinha a missão de trazer a luz do conhecimento para iluminar a sociedade e despertá-la do que podemos chamar de 'transe social' para a verdadeira realidade:

Por um lado, o nome do jornal remetia a um campo de embate entre forças sociais e políticas antagônicas, marcado pela divisão entre as trevas que seriam próprias à doutrina católica e as luzes portadas por aqueles que faziam uso do periódico na defesa da liberdade de pensamento. Por outro, este jogo de luzes e sombras próprio ao nome *A Lanterna* fazia uma alusão direta à atitude a ser tomada por seus entusiastas, pautada no uso das luzes que estes seriam portadores visando trazer a público tudo aquilo que se encontrava sob a escuridão própria à presença das instituições religiosas em solo brasileiro.<sup>116</sup>

Entre 1901 e 1904, foi publicado o primeiro jornal orquestrado por Benjamin Mota. A tiragem do jornal, o recém-nascido anarquista, era irregular e sua base era contra o catolicismo, o que provocou rejeição por parte de uma grande parcela da sociedade e também sofreu repressão pelo aparelho estatal. Esses fatores levaram a um curto tempo de existência do jornal, que não resistiu à forte repressão que sofreu.

Andrade explica que, mesmo após o fim de *A Lanterna*, a continuidade do jornal estava assegurada, e coube ao operário, tipógrafo, jornalista e militante anarcossindicalista Edgard

<sup>115</sup> *A Plebe*, n. 2, ano 1, 1917. p. 2

<sup>116</sup> ANDRADE, Carlos Eduardo Frankiw de. *Blásfemos e sonhadores: Ideologia, utopia e sociabilidades nas Campanhas anarquistas em A Lanterna (1909-1916)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. p. 21

Leuenroth as articulações para manter o periódico em funcionamento. Após cinco anos de silêncio, *A Lanterna* ressurgiu nas mãos de Leuenroth, que se tornou um dos articuladores do jornal<sup>117</sup> *A Plebe*.

Antonio Arnoni Prado ressalva que o grande “culpado” por todas as recorrências até aqui citadas está principalmente nas transformações sociais, rápidas e bruscas que a cidade de São Paulo sofreu em um curto período, passando a ter que conviver com distintas culturas, como aqui já fora citado anteriormente, no primeiro capítulo, ao prolongar o pensamento da construção social da cidade. Deste modo, explica Arnoni:

No que havia de ação cultural sustentada por esses periódicos, a ideia básica era comunicar uma preocupação militante de efeito integrador e positivo, mais de que intenção formadora ou mesmo de libertação intelectual dos excluídos pelo conhecimento ou o saber.<sup>118</sup>

Fernandes descreve as contínuas alternâncias dentro do construir social, que passa tanto pela individualidade do ser, como pela própria conjuntura coletiva. Entretanto, o processo de transformação como, por exemplo, a inclusão de novas ideologias e o jogo político-social são transformações e desenvolvimentos inevitáveis, que uma hora ou outra irá se apresentar à sociedade.

Mesmo essas transformações na cidade de São Paulo acontecendo em um respectivo curto período, a sociedade se posicionaria mais cedo ou mais tarde, e talvez tenha sido necessária essa mudança drástica, principalmente, quando pensamos que algumas situações da classe operária se encontravam em seus limites, e talvez houvesse prolongamento dessa situação, se os meios de comunicação aqui citados não se posicionassem a favor dos prejudicados.

Fernandes assim se posiciona sobre as transformações sociais:

O nosso ponto de vista geral leva-nos a encarar as atitudes e as motivações sociais em termos de suas vinculações com a estrutura, o funcionamento e as tendências de diferenciação do sistema social. Mesmo quando elas se manifestam através de condutas individuais e de processos de interação social de indivíduos, tais condutas e processos constituem parte da estrutura, são reguladas pela organização e variam de acordo com as tendências de diferenciação do sistema social.<sup>119</sup>

A mídia anarquista pode ser definida como entrelaçada pela "arte em situação", "escritor rebelde" e "entre o caos e a revolta". Segundo Arnoni, os periódicos anarquistas se baseiam nesses três pilares, que são transmitidos da sociedade para o escritor. É importante entender o contexto social, saber transmitir a "revolta" e lidar com os problemas que afetam a

<sup>117</sup> Neste exato ponto pode se identificar o que podemos chamar de plantio, para a germinação do futuro: *A Plebe*.

<sup>118</sup> MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 139

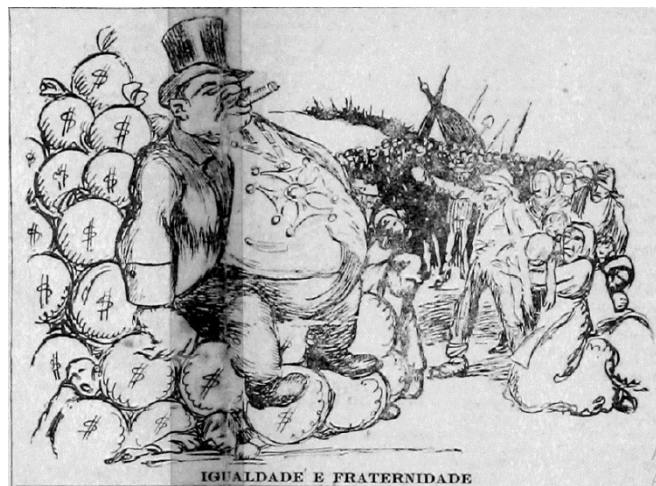
<sup>119</sup> FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008. p. 295

sociedade, a fim de criar soluções.

Havia a necessidade de ser “*breves e diretos*”<sup>120</sup>, devido à falta de escolaridade, assim como a rotina que não proporcionava longos períodos para que houvesse a leitura prolongada. Nesse sentido, os meios de comunicação anarquistas tiveram que se adaptar ao que a sociedade os apresentava, buscando meios de conseguir transmitir e de criar consciência em seres “sem tempo”<sup>121</sup>.

Além da própria rapidez, como a demonstração do caos através das palavras rebeldes, a utilização de imagens promoveu auxílio de grande importância para que houvesse um maior entendimento, domínio de contexto e, principalmente, transmissão de mensagens rápidas e diretas ao leitor, que neste caso não necessariamente obtinha o domínio da leitura, para que conseguisse compreender toda a contextualização transmitida.

Figura 1: Charge exposta na primeira edição de *A Plebe*, 1917



Fonte: Arquivo Pessoal

Como ressalva Gláucia Rodrigues Castellan, o efeito de imagem e suas consequências diretas eram utilizadas como denúncia:

Este recurso foi muito utilizado pelos anarquistas em seus jornais *A Lanterna* e *A Plebe* que, geralmente, representavam cenas relacionadas ao cotidiano operário. Através das charges denunciavam as perseguições da polícia, as injustiças do mundo capitalista e a exploração dos trabalhadores gerando um sentimento de identidade e injustiça.<sup>122</sup>

Segundo Jacques Aumont, uma ideia “[...] a que provém da vinculação da imagem

<sup>120</sup> MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 140

<sup>121</sup> Referência às grandes jornadas trabalhistas que eram proporcionadas aos operários, podendo ultrapassar cerca de 14hrs por dia, segundo é relatado pelo próprio periódico *A Plebe*.

<sup>122</sup> CASTELLAN, Gláucia Rodrigues. *Artesãos da subversão: Os trabalhadores Gráficos e o Deops: repressão e resistência durante a Era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. p. 69-70

em geral com o domínio do simbólico, o que faz com que ela esteja em situação de mediação entre o espectador e a realidade.”<sup>123</sup>, ou seja, a imagem traduz e traz consigo muito mais que um efeito visual refletido, ela se constrói no fundo de cada retina e se traduz no consciente de cada observador. Uma imagem traz consigo representatividade, significado e sentimentos.

Há necessidade da construção de relações entre leitor e imagem, assim como Aumont denominou de “simbolismo”, que se transfere muito além do campo religioso; o simbolismo acaba por traduzir o verdadeiro significado que se constitui no próprio imaginário de cada ser, “O espectador constrói a imagem, a imagem constrói o espectador”<sup>124</sup>.

Ao longo de todo o processo histórico, na constituição social, uma imagem nunca foi produzida ao acaso, muito pelo contrário, assim como as imagens remetidas em cada página do periódico *A Plebe* traziam consigo sua “fabricação”, ou seja, eram criadas para transmitir o desejo de seu criador. Como o próprio Aumont reflete:

A produção de imagens jamais é gratuita, e, desde sempre, as imagens foram fabricadas para determinados usos, individuais ou coletivos. Uma das primeiras respostas à nossa questão passa pois por outra questão: para que servem as imagens (para que queremos que elas sirvam)? É claro que, em todas as sociedades, a maioria das imagens foi produzida para certos fins (de propaganda, de informação, religiosos, ideológicos em geral). [...] <sup>125</sup>

Figura 2: Charge exposta na capa do *A Plebe*



Fonte: Arquivo Pessoal

Mesmo com toda a questão de se adaptar à sociedade e suas dificuldades, em nenhum

<sup>123</sup> AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas: Papyrus, 1993. p. 78

<sup>124</sup> AUMONT, Jacques. *A imagem*. Op. Cit. p. 81

<sup>125</sup> AUMONT, Jacques, 1993. p. 78

momento as ideologias, tanto anarquistas como socialistas, deixaram de pregar a importância da educação como único meio de transformação e preparação do homem para o futuro, como afirma Edilene Teresinha Toledo:

O estudo dos grupos anarquistas na São Paulo do referido período permite perceber a grande complexidade que envolviam as opções e atuações dos militantes. Ainda que se tenha tratado das origens do movimento no Brasil, foi possível, através desse estudo, apontar em direção a questões mais gerais: para os anarquistas, a educação era a garantia da emancipação dos trabalhadores. Na verdade, toda a esquerda nesse período acreditava na luta da razão contra a ignorância e a superstição, na luta do progresso contra o passado, na ciência e na educação. Os anarco-comunistas, porém, mais do que qualquer outra corrente política, insistiram que somente uma transformação moral e cultural dos homens poderia levar a uma transformação da sociedade. Por isso, as mais diferentes atividades realizadas pelos anarquistas em São Paulo, nos primeiros anos do século, tinham como objetivo a instrução e difusão da idéia anarquista entre os trabalhadores, preparando-os para a sociedade futura.<sup>126</sup>

Em sua segunda fase de existência, *A Lanterna* preponderou entre os anos de 1909 e 1916, comandada por Edgard Leuenroth que, segundo Andrade, buscou os seguintes passos:

Em 1909, Edgard Frederico Leuenroth se tornou o principal articulador do periódico anarquista. Na companhia de outros companheiros, de militantes anarquistas ao seu modo, de colaboradores perenes ou momentâneos não necessariamente libertários, ao longo de sete anos Leuenroth trouxe para as ruas suas páginas. Carregadas de humor ácido, de denúncias, de apelos, de incentivos, de apoios, de solidariedades, de saberes, de práticas, as páginas d'*A Lanterna* detinham um lugar especial em meio à diversa gama de periódicos produzidos pela militância anarquista, sindicalista e operária nestes anos. Primeiro de tudo, por seu tema de especialização, o intermitente combate à Igreja onde quer que fosse possível. Em segundo lugar, por duas das campanhas de agitação na qual o periódico teve um destacado papel de solidariedade na qualidade de um dos núcleos irradiadores de ações e comportamentos sociais multifacetados. [...]<sup>127</sup>

Pode-se obter então uma breve leitura de que além de se consolidar como um importante jornal da cidade de São Paulo, no começo do século XX, *A Lanterna*, dirigida por Edgard Leuenroth, criou esse vínculo e, de certo modo, influência sobre a classe trabalhadora, principalmente porque podemos atribuir as palavras e ideias expressadas à ferocidade de seu editor, que conquistou os corações de uma grande massa operária.

Edgard Leuenroth compreendeu as necessidades da sociedade em que estava vivendo e o principal fator, que hoje em dia é trabalhado por muitos sociólogos, passou a estudar a sociedade vivendo seu dia a dia e desenvolveu, para haver a percepção de todos os problemas, a cultura que estava sendo empregada, para, assim, poder formular conceitos e visões.

Boris Fausto relata que o crescimento muito acelerado da cidade de São Paulo, assim

<sup>126</sup> TOLEDO, Edilene Teresinha. Em torno do jornal O Amigo do Povo: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. Campinas: **Revista Cadernos AEL**, n. 8/9, 1998. p. 113

<sup>127</sup> ANDRADE, Carlos Eduardo Frankiw de. *Blásfemos e sonhadores: Ideologia, utopia e sociabilidades nas Campanhas anarquistas em A Lanterna (1909-1916)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. p. 10

como a chegada dos imigrantes e o processo de organização social, foram fatores cruciais para a construção do que hoje entendemos por São Paulo. Da mesma forma que foi crucial para Edgard Leuenroth o entendimento de todo esse processo que estava acontecendo ao seu redor para que, através das linhas de cada página de seu periódico, formulasse questões que gerariam o despertar naqueles que estavam sofrendo com todo esse processo. Assim descreve:

Mas a grande arrancada se deu entre 1890 e 1900, período em que a população paulistana passou de 64 934 habitantes para 239 820, registrando uma elevação de 268% [...]

Em 1890, São Paulo era a quinta cidade brasileira, abaixo de Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém. No início do século, chegaria ao segundo lugar, embora ainda muito distante dos 688 mil habitantes da capital federal.

O crescimento da cidade deveu-se não só a sua consolidação como grande mercado distribuidor, mas também ao influxo da massa de imigrantes.<sup>128</sup>

Entretanto, mesmo sendo ambos comandados por Edgard Leuenroth, em um período temporal, que podemos citar como contínuo, os dois periódicos *A Lanterna* e *A Plebe* não podem ser caracterizados como homogêneos, pois enquanto *A Lanterna* se preocupava com questões anticlericais, *A Plebe* estava preocupada com a disseminação da ideologia anarquista, assim como a criação de certa consciência de classe, através principalmente da proposição e apoio a boicotes e greves. Não que não houvesse preocupação por parte dos editores do *A Plebe* com as questões anticlericais. Entretanto, o tema foi visto com um grau menor de importância perante as necessidades que a sociedade apresentava.

O nosso periódico anarquista nasce no ano de 1917<sup>129</sup>. Edgard Leuenroth fundou *A Plebe* às vésperas das “Greves Gerais de 1917, evento que paralisou a cidade de São Paulo, presenciando 30 dias de uma grande paralisação operária em suas indústrias.

<sup>128</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 36

<sup>129</sup> A presente data acaba por esbarrar não somente nos acontecimentos grevistas que estouravam dentro da cidade de São Paulo, assim como, no respectivo ano, acontecia na Rússia a Revolução Vermelha, responsável por levar ao poder russo a ideologia socialista, transformando-a em U.R.S.S. (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), dando força indiretamente para movimentos denominados como “comunistas”, não só na Rússia, como em todo o mundo. Além de estar se encaminhando para o final o conflito bélico da Primeira Guerra Mundial, que causou uma grande locomoção humana (imigração) de países europeus, principalmente para países como o Brasil.

Figura 3: Capa da primeira edição de *A Plebe*, no ano de 1917



Fonte: Arquivo Pessoal

Por representar um jornalismo independente sofreu grande boicote, sendo auxiliado por outros meios de comunicação e seus respectivos editores-chefes. Destaco aqui o periódico *O Combate* e seu editor Nereu Rangel Pestana que, segundo Leandro Ribeiro Gomes, “[...]ajudou imprimir *A Plebe* em suas oficinas. [...]”<sup>130</sup>

Edgard Leuenroth assim definiu o surgimento do *A Plebe*:

A Plebe, como facilmente se verifica, é uma continuação da *A Lanterna*, ou melhor dizendo é a própria *A Lanterna* que, atendendo às excepcionaes exigencias do momento gravissimo, com nova feição hoje resurge para desenvolver a sua luta emancipadora em uma esphera de acção mias vasta, de mais amplos horizontes, com um integral programma de desassombrado combate a todos os elementos de oppressão que sujeitam o povo deste paiz, como o de toda a terra, á odiosa sociedade vigente, alicerçada por toda a sorte de misérias e de violencias.<sup>131</sup>

Edgard Frederico Leuenroth <sup>132</sup> foi um importante jornalista, arquivista e propagandista que viveu na cidade de São Paulo. Leuenroth nasceu na cidade de Mogi Mirim

<sup>130</sup> GOMES, Leandro Ribeiro. *LIBERTÁRIOS E BOLCHEVIQUES: A repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira (1917-1922)*. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2012. p. 120

<sup>131</sup> *A Plebe*, n. 1, ano 1, 1917. p. 1

<sup>132</sup> BATALHA, Cláudio H. M.. Edgard Leuenroth - <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEUENROTH,%20Edgard.pdf> – Acesso em: 07/04/2023

(São Paulo) em 1881, filho de Waldemar Eugênio Leuenroth e Amélia de Oliveira Brito. Mudou-se para a capital paulista aos 5 anos de idade e tornou-se um dos grandes anarquistas que contribuiu para o movimento operário na cidade.

Durante sua vida, Leuenroth construiu e contribuiu com um "arsenal" de publicações em jornais e outros meios de comunicação. Ele foi um defensor da liberdade de expressão e da luta pela justiça social. Leuenroth faleceu na cidade de São Paulo em 1968, deixando um legado importante para o jornalismo e para o movimento operário brasileiro.

Edgard Leuenroth conheceu a vida jornalística em 1897, quando se juntou à equipe de um dos grandes jornais de São Paulo, *O Commercio*. Depois de 12 anos de serviço, lançou seu próprio jornal, *O Boi*, enquanto ainda trabalhava no outro jornal. Dois anos depois, surgiu a *Folha do Braz*, um órgão que defendia os problemas do próprio bairro. Para evitar a repressão estatal, Leuenroth usou diferentes pseudônimos, como Demócrito, Frederico Brito, Palmiro Leão, Len e Leão Vermelho.

A partir de 1900, Edgard Leuenroth começou a frequentar o círculo socialista 1º de Maio, contribuindo para um importante período de criação e estruturação do socialismo no Brasil. Em 1904, o jovem jornalista trocou o socialismo pelo anarco-comunismo e, no ano seguinte, participou ativamente da fundação da Federação Operária de São Paulo. Em 1909, Edgard uniu-se a Benjamin Mota na redação do jornal *A Lanterna*, que tinha uma abordagem anticlerical e sofreu grande repressão estatal, levando a um breve período sem publicações. Em 1915, Edgard participou do 2º Congresso Operário Brasileiro, representando o jornal e suas aspirações sindicalistas.

Entre os anos de 1915 e 1917, Edgard contribuiu para diferentes jornais independentes da capital paulista, como *O Combate*, *A Capital*, entre outros, mobilizando assim a classe operária dentro dos ideais pensados e expostos nos 1º e 2º Congressos Operários Brasileiros. Em 1917, o jovem anarquista liderou uma das maiores greves do início do século XX na cidade de São Paulo, ao mesmo tempo em que lançou talvez sua obra-prima, o jornal anarquista *A Plebe*.

Edgard Leuenroth participou ativamente do movimento anarquista na capital, seja por meio das páginas de seu periódico ou diretamente nas ruas, inflamando discursos memoráveis para a classe operária, além de se fazer presente dentro do movimento político dentro e fora da capital paulista. Tornou-se um dos principais sindicalistas, participando do movimento que ganhava força e estrutura.

A Plebe vem, porisso, para corresponder, de maneira mais completa, à magnitude

deste extraordinario momento historico por que está atravessando a humanidade. Estão em jogo os destinos da sociedade actual. Multiplos são os elementos que, em tragica associação, arrastaram os povos á horrivel situação presente, exigindo que contra todos elles se empenhe uma luta sem treguas e de extermínio.<sup>133</sup>

Com aproximadamente 130 exemplares publicados, ao custo de \$100 réis cada unidade, o jornal ainda disponibilizava planos de assinatura, semestrais, 5\$000 réis, anual, 10\$000 réis, em que 56 pertences ao recorte temporal determinado de 1917 até 1924, o periódico de cunho<sup>134</sup> anarquista<sup>135136</sup> tornou-se a voz ativa do operariado.

O referido periódico poderia ser encontrado e adquirido na capital, assim como nos pontos de venda que se encontravam localizados na região da Sé:

Nesta capital, *A Plebe*, além de vendida nas ruas, é encontrada nos seguintes pontos:  
 Agencia de jornaes, do sr. Antonio Scafuto, rua 15 de Novembro, 51.  
 Salão de engraxate do largo da Sé n. 11  
 Livraria Moderna, Avenida Rangel Pestana, 169.  
 No engraxate do largo da Sé, 4.<sup>137</sup>

Ao longo do tempo e de seu crescimento, *A Plebe* começa a ganhar público leitor fora da cidade de São Paulo, assim abrindo novos pontos de venda como no Rio de Janeiro, além de casos mais específicos, como o envio dos exemplares solicitados para outras regiões, por exemplo, centro-oeste e norte.

Dentre tantos periódicos que o anarquista editou, ou fundou, destacam-se: *O Trabalhador Gráfico*, *Folha do Povo*, *A Luta Proletária*, *A Lanterna*, *A Guerra Social*, *Spartacus*. Narrou e relatou acontecimentos diversos no contexto vivido na América Latina e Espanha, assim como ações e organizações sindicais de São Paulo e em outras cidades do Brasil. A proposta da criação era de uma conscientização/educação das ideologias anarquista/comunista/bolchevique, que se encontravam presentes em terras brasileiras.

Durante a Greve de 1917, Edgard Leuenroth foi preso e *A plebe* foi empastelada<sup>138</sup>,

<sup>133</sup> *A Plebe*, n. 1, ano 1, 1917. p. 1

<sup>134</sup> Dentre exemplos de periódicos anarquistas, podemos citar: *A Plebe*, *A Lanterna*, *O Combate*, *A Terra Livre*, entre outros.

<sup>135</sup> O Anarquismo rejeita toda a autoridade na medida em que vê nela a fonte exclusiva dos males humanos. A autoridade rejeitada pode ser tanto de ordem sobre-humana como de ordem humana. À frente de todas, está a autoridade divina e, conseqüentemente, o poder sobrenatural do qual deriva toda a faculdade de comando, que é negado não tanto como conseqüência de um raciocínio filosófico mas simplesmente como um poder. (Dicionário Político, 1998. p. 25)

<sup>136</sup> Movimento político/social, que se opõe a toda e qualquer estrutural social, desenvolvida através de uma hierarquia, na qual se submetem os cidadãos às desigualdades, buscando a igualdade entre todos os seres sociais, em que todos se governariam. O presente movimento surge na Europa, por volta da segunda metade do século XIX, e difundida entre o operariado. No fim do mesmo século, o movimento desagua no Brasil, ganhando força através da mídia operária que nasce junto com o movimento, e resultando no movimento anarcossindicalista.

<sup>137</sup> *A Plebe*, n. 1, ano 1, 1917. p. 1

<sup>138</sup> Do verbo empastelar: Invadir uma gráfica ou redação de jornal para destruir o trabalho do dia ou danificar os equipamentos. - <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=empastelar> – Acesso em: 17/10/2022

meio utilizado pela repressão policial para silenciar os meios de comunicação:

Numerosas prisões de operários. -- Assalto à typographia onde se imprime A PLEBE e às Ligas operárias. -- Subtração dos originaes. -- A prisão do nosso director Edgar Leuenroth [...]

NOTA; -- Este supplemento foi composto nas officinas do jornal "O Combate", que o seu director poz á nossa inteira disposição para que A PLEBE não deixasse de circular. Inutil será encarecer o valor de tão significativo gesto, neste momento. Ao O COMBATE e a sua digna e honrada direcção todo o nosso reconhecimento.<sup>139</sup>

Figura 4: Capa da última edição, *A Plebe*, do ano de 1917



Fonte: Arquivo Pessoal

Entre os anos de 1917-1918, Edgard Leuenroth esteve preso, sofrendo inúmeras acusações, que podemos identificar como ação governamental, com a prerrogativa de conter o avanço da onda revolucionária pela cidade. *A Plebe* só encontrara o rumo das ruas oficialmente, novamente no ano de 1919, tempo depois da libertação<sup>140</sup> de seu editor e fundador.

Mesmo ganhando sua liberdade, Leuenroth se absteve de publicar *A Plebe* durante todo o ano de 1918, deixando um grande vazio no que podemos chamar de construção da classe operária. O periódico deixou de ser um jornal diário a partir da prisão de Edgard Leuenroth, anunciada em 22 de setembro de 1917, com a seguinte manchete: “*Edgard Leuenroth é acusado, pela Policia, como mandante do assalto ao Moinho Santista*”<sup>141</sup>. O jornal apresentou sua visão sobre os fatos negando as acusações contra Leuenroth e denunciando a ação arbitrária das forças policiais: “*Quer a policia que o povo acredite que Edgard Leuenroth seja um ladrão. Não é possível.*”<sup>142</sup>

<sup>139</sup> A Plebe, Supplemento, ano 1, 1917. p. 1

<sup>140</sup> Edgard Leuenroth foi liberto em março do ano de 1918.

<sup>141</sup> A Plebe, n. 14, ano 1, 1917. p. 2

<sup>142</sup> A Plebe, n. 14, ano 1, 1917. p. 2

Assim se refere o jornal ao acontecimento:

Desde ante hontem, a população desta capital soube pelas informações prestadas pelo sr. delegado geral ao dr. juiz da 4ª vara criminal que Edgard Leuenroth, director d'A Plebe, fora preso pelo 5º delegado de policia, em virtude do mandado expedido pelo juiz da 4ª vara. [...]<sup>143</sup>

Com a prisão de Edgard, no ano de 1917, o jornal foi empastelado, ficando proibido de circular pelas ruas da capital paulista, proporcionando assim sua continuidade na ilegalidade, o que de certo modo freou o crescimento do jornal nos meios operários, devido às dificuldades de acesso que eles passaram a ter. *A Plebe* ficou restrita a um grupo muito pequeno, dificultando a conscientização em massa. Entretanto, os pilares apresentados não impediram o jornal de se estabelecer no seio da classe em questão.

Sob o pseudônimo de Florentino de Carvalho, o anarcossindicalista espanhol que viveu em terras brasileiras com toda sua bagagem de luta social que havia obtido em seu país de origem, Primitivo Raymundo Soares, durante o período em que Edgard esteve ausente das funções editoriais do jornal, promoveu a continuidade da escrita e publicações do jornal, impondo críticas ao estado e denunciando suas ações, mesmo que de forma ilegal, até o ano de 1921.

Durante as Greves de 1917, além de perder seu líder e fundador, o jornal *A Plebe* foi empastelado pelos órgãos governamentais da cidade de São Paulo, sua redação foi invadida e fechada pela ação militar da cidade, ficando proibido de circular e vender pelas ruas da cidade, ou em qualquer outro estabelecimento comercial, sofrendo até mesmo represálias em sua sede editorial.

Durante ainda as consequências e agitações promovidas pela recente greve do ano de 1917, a partir do segundo semestre de 1919, pode-se observar a ausência do endereço fixo, com nome da rua e número, indicando somente a caixa postal, para o envio de cartas. Florentino Carvalho contou com o auxílio das escritas de Astrojildo Pereira, anarquista, brasileiro, escritor e fundador do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que ajudou na consolidação da imprensa operária no Brasil.

Podemos observar abaixo uma das passagens dos inúmeros artigos que Astrojildo publicou no periódico, fazendo referência ao governo da época e ao posicionamento operário:

Os operários do Brazil não podem illudir-se com as atitudes e palavras do sr. Epitacio ou do sr. Ruy. São ambos figuras proeminentes da burguezia governante, grandes advogados de companhias e emprezas, accionistas e capitalistas elles proprios... [...]  
Os operarios conscientes não votam.<sup>144</sup>

<sup>143</sup> *A Plebe*, n. 14, ano 1, 1917. p. 2

<sup>144</sup> *A Plebe*, n. 6, ano 2, 1919. p. 1

Figura 5: Capa do *A Plebe*, do ano de 1919

Fonte: Arquivo Pessoal

No segundo semestre de 1920, há o regresso da exposição dos editores e administradores do *A Plebe* ao longo do cabeçalho em sua capa. Quando, em 1922, Edgard volta à frente do periódico, divide a árdua tarefa de colocar o jornal em circulação, assim como disseminar seus ideais com seu companheiro e militante de longa data Rodolpho Felipe.

No ano de 1924, o governo de Arthur Bernardes decretou Estado de Sítio, aumentando os poderes do executivo em detrimento dos direitos individuais. Promoveu o fechamento e perseguição de inúmeros meios de comunicação, assim como de indivíduos, ato que implicou em uma longa pausa nas publicações de *A Plebe* novamente.

*“O jornal sofreu constantes perseguições e dificuldades financeiras que interferiram em sua periodicidade e regularidade de circulação, tendo sido fechado algumas vezes pela polícia política.”*<sup>145</sup> *A Plebe*, segundo Tatiana da Silva Calsavara, torna-se constante vítima da repressão estatal, sofrendo diferentes boicotes em sua publicação e circulação, desmoralizando o periódico perante a sociedade. A burguesia paulistana e os poderes policiais da cidade de São Paulo realizam extrema repressão contra as classes operárias, sindicatos e a imprensa operária/anarquista.

Na data de 29 de novembro de 1919, o periódico promoveu uma edição, na qual expôs a visão e opinião sobre todo o processo de perseguição e boicote que sofrera aos longos dos anos pelos órgãos que estavam ligados ao governo, de modo que denominavam as atitudes como antidemocráticas e anticonstitucionais.

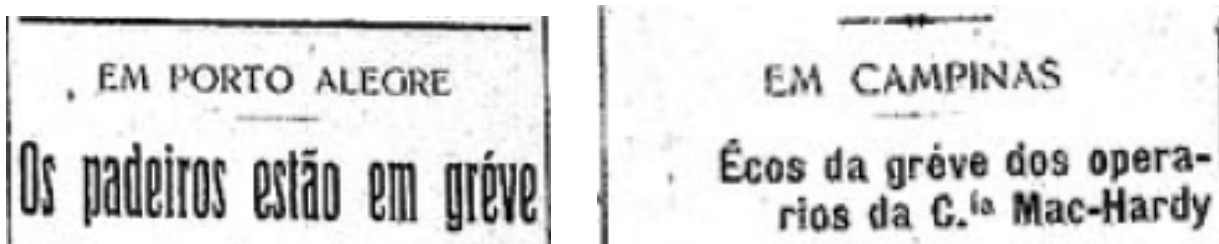
<sup>145</sup> CALSAVARA, Tatiana da Silva. *A Militância Anarquista Através das Relações Mantidas por João Penteadó* - Estratégias de Sobrevivência Pós anos 20. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. p. 103

Figura 6: Capa da edição de *A Plebe*, do ano de 1919

Fonte: Arquivo Pessoal

Antes do evento que causou a referida pausa, um dos pontos de destaque foi a contínua explicação e informação sobre os eventos grevistas em curso, não apenas na cidade de São Paulo, mas também em outras localidades e de diferentes classes trabalhistas. Dessa forma, foi construída uma certa consciência de que os breves movimentos, mesmo que recém-formados na capital paulista, não estavam sozinhos.

Figura 7: Manchetes sobre acontecimentos grevistas em Porto Alegre e Campinas



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 8: Manchete com ilustração sobre a Revolução Social na Alemanha



Fonte: Arquivo Pessoal

Organização é a palavra-chave utilizada pelo jornal. “*Os patrões, a polícia e os governantes, numa conjuração execrável, conspiram e tentam estrangular a organização operária*”<sup>146</sup>, enquanto denunciava a propagação de uma grande represália por parte daqueles que governavam a sociedade, há uma aclamação para que os operários se organizassem, enfatizando que somente através desta atitude conseguiriam a unificação necessária para fazer a reformulação, ou podemos dizer também revolução social, através da luta de classes<sup>147</sup>:

TRABALHADORES! Diante desse conluio jesuítico, desse plano maquiavélico, desse atentado contra as vossas garantias individuais e associativas só há uma atitude digna, honesta e elevada, um grito de guerra que se resume em organização, mais organização, sempre organização!<sup>148</sup>

A questão de saber se socialistas e anarquistas<sup>149</sup> podem caminhar juntos é pertinente ao estudarmos a formação da classe operária. No entanto, *A Plebe* mostrou que a união, o empoderamento e a luta eram mais efetivos, quando se tinha como meta a derrubada de um estado tão desigual:

<sup>146</sup> *A Plebe*, n. 62, ano 2, 1920. p. 1

<sup>147</sup> É necessário o entendimento de que, para o periódico, a classe operária não somente se configurava nos operários das fábricas da cidade de São Paulo, assim como em outras classes trabalhadoras, que na visão do jornal configuravam a constituição de uma classe ainda maior, que unificada conseguiria de tal maneira transformar a realidade da capital, através do combate às opressões, exageros e alienações.

<sup>148</sup> *A Plebe*, n. 62, ano 2, 1920. p. 1

<sup>149</sup> Comunistas e Socialistas trabalhavam juntos dentro do movimento operário na cidade de São Paulo, até o momento em que por divergências ideológicas e de ação acabam por se separar e seguir caminhos diferentes dentro da luta social.

Somos socialistas e anarquistas.

Como socialistas atacamos o instituto da propriedade privada, e a moral que o tem por base.

[...]

Tomamos o nome de anarquistas ou libertários, porque somos inimigos do Estado, isto é, do conjunto de instituições políticas que têm por fim impor, a todos, os seus interesses e sua vontade, mascarada ou não com a vontade popular.<sup>150</sup>

Segundo Batalha<sup>151</sup>, é uma classe que está sofrendo um grande “bombardeamento” de ideologias, como comunismo, socialismo, anarquismo em diferentes vertentes, cada uma com propostas diferentes, dentro e fora das indústrias, em um grupo social que já vinha de longa jornada de alienações por camadas mais altas (burguesia), e a falta de entendimento de qual ideologia era correta, ou qual deveria seguir, dificultou ainda mais sua libertação das mazelas impostas.

Nessa perspectiva, o autor interpreta que a grande confusão causada pelas diferentes ideologias expostas acabou por dificultar as ações diretas em relação aos industriais e governantes, como greves e quebra de morais que não se encaixavam dentro da realidade da classe operária, dificultando, desta forma, as ações anarquistas, quando refletimos sobre o arrebanhar novos componentes para a sua linha de frente, interferindo principalmente na união e coletividade, proporcionando grandes rachaduras que dificultaram ações diretas aos industriais e governantes.

O autor ainda reflete que há grande distinção entre aqueles que compõem as linhas do movimento e aquele que está literalmente na linha de produção das fábricas, trabalhador e militantes são antônimos, não estão surgindo e crescendo ao mesmo tempo, há uma grande lacuna entre esses dois cidadãos; é neste exato ponto da interação social que se enquadram os movimentos como o jornal *A Plebe*, que busca criar um único cidadão, aquele que trabalha nas fábricas e ainda pratica a ideologia/ações do movimento operário. De acordo com Batalha,

Apenas uma minoria de militantes chega a escrever nos jornais operários e tem uma atuação que transcende os limites de sua categoria profissional; esses podem ser considerados como as lideranças operárias. Um grupo um pouco maior participa ativamente da vida da categoria, integra direções de associações, assina manifestos, mas raramente escreve sobre sua prática e muito menos produz teoria; esses seriam os quadros intermediários. O terceiro, e certamente o maior grupo, é composto por aqueles que apenas exercem uma militância eventual, que são a base de todas as organizações, que estão presentes nos momentos de ascenso dos movimentos e os abandonam nos momentos de refluxo.<sup>152</sup>

De certo modo, a presente dificuldade apresentada se mostra muito nítida às lideranças

<sup>150</sup> *A Plebe*, n. 54, ano 2, 1920. p. 1

<sup>151</sup> BATALHA, Cláudio H. M. Vida associativa: Por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. Porto Alegre: **Revista Anos 90**, v. 5, n. 8, 1997.

<sup>152</sup> BATALHA, Cláudio H. M. Vida associativa: Por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. Op. Cit. p. 93

do movimento, proporcionando a compreensão daqueles que estão na linha de frente sobre a realidade leiga de muitos trabalhadores, e assim atribuindo o papel de trazê-los para as ações e ideologias atribuídas, e, por outro lado, fazer com que esse cidadão leigo compreenda os quereres e dizeres, sem que haja qualquer distorção.

“*A própria população urbana, largada a seu destino, encontra soluções para seus maiores problemas.*”<sup>153</sup> Ribeiro define assim a sociedade que começa a se formar nos núcleos urbanos do Brasil, principalmente da cidade de São Paulo.

A realidade não compatível, a falta de estrutura social, a abstenção do Estado, e o periódico apresenta uma cidade que não compactuava com o crescimento que fora visto no setor industrial. Este mesmo crescimento não se alastra até as bordas da sociedade marginalizada:

Apesar de estarmos sob o domínio de um systema politico burgues que se diz democratico e republicano, não deixamos comtudo de observar a existencia de principes e princesas, de reis e rainhas, de condes, barões e outros que taes, cuja grandeza, luxo, ostentação, capricho e vaidade sem limite nos dão a ideia de que o Brasil, a despeito de sua constituição politica, - que, afinal de contas, nada vale – não passa de um grande feudo, cujos senhores usam e abusam de seus privilegios, subordinando as classes trabalhadoras aos seus torpes caprichos e impondo-lhes, pela extorsão e pela violencia, as mais tristes condições de baixaza, de miséria e de aviltamento.<sup>154</sup>

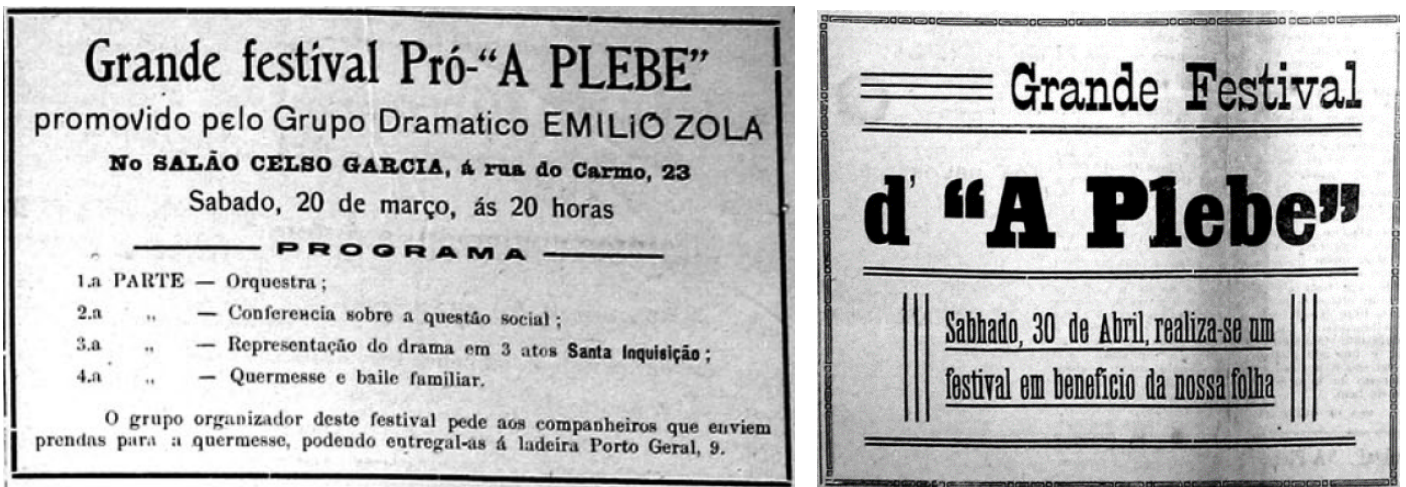
Era muito comum a promoção de atividades por parte do jornal, a execução de festividades em prol de sua existência e da união, aproximação e criação de laço familiar entre os operários. Durante a construção da classe operária da cidade de São Paulo, século XX adentro, torna-se algo muito comum a promoção das presentes festividades, que continham entre as suas atrações, por exemplo, bailes, apresentações teatrais, apresentação de orquestras, piqueniques e, até mesmo, campeonatos futebolísticos.

As festividades são vistas como necessárias para que houvesse a criação de uma consciência de classe.

<sup>153</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015. p. 154

<sup>154</sup> *A Plebe*, n. 112, ano 4, 1921. p. 1.

Figura 9: Convite para as festividades promovidas pelo *A Plebe*.



Fonte: Arquivo Pessoal

Além da promoção de festividades, outro ponto muito importante para entender a construção midiática do *A Plebe*, que buscava o reconhecimento perante seus leitores, era a transparência e clareza em relação aos seus apoiadores e leitores. O jornal construiu alianças transparentes, relatando constantemente em suas páginas balancetes semanais que expunham seus gastos e ganhos. Exemplos desses gastos incluíam "*Ribeirão Preto - M. S. Silva ... 10\$000*" e "*despesas administrativas ... 5\$000*"<sup>155</sup>. Dessa forma, o jornal demonstrava aos leitores o andamento das suas finanças e, principalmente, as dificuldades que enfrentava:

O balancete administrativo publicado semanalmente é a prova material das dificuldades com que vamos lutando para conseguir manter este órgão libertario, cuja existencia cada vez se torna mais necessária.

Com um pouco de esforço de cada um dentro em pouco nos libertaremos da situação difícil que embaraça a nossa ação.<sup>156</sup>

<sup>155</sup> *A Plebe*, n. 11, ano 5, 1921. p. 2

<sup>156</sup> *A Plebe*, n. 11, ano 5, 1921. p. 2

Figura 10: Balancete – A Plebe

<b>Nosso Balancete</b>	
<b>Entradas:</b>	
Pacoteiros — G. N. Vas-	
co . . . . .	10\$000
De 1\$000 cada um: An-	
tonino, Festa, Radem-	
ek, Martins, Aroes,	
Firmino, Construcção	
CiVil e numeros vo-	
lhos, total . . . . .	5\$000
Guaracema — (venda	
avulsa) . . . . .	2\$400
Hibeirão Preto — (M. S.	
Silva) . . . . .	10\$000
Candido Rodrigues—(R.	
Politti) . . . . .	60\$000
Seroeaba — (M. Ramil-	
res) . . . . .	20\$000
Botucatu — (M. Santos)	
2\$000	2\$000
Venda avulsa, na cidade	
Avulsa, na redacção e	
na officina . . . . .	1\$200
Diferença na impressão	
do n. anterior . . . . .	5\$000
Na redacção (F. S.) . . . .	4\$000
Listo n. 21 a cargo do	
exmbrada J. Guidi	
(Dia da Plebe) . . . . .	13\$000
Total . . . . .	166\$400
<b>Despezas</b>	
Déficit do n. anterior..	62\$200
Fatura do n. 110 . . . . .	122\$000
Despachos . . . . .	6\$800
Setas para expedição e	
correspondencia . . . . .	10\$500
5 registados . . . . .	5\$400
1 novella de barbante . . .	1\$000
Despezas administrati-	
vas . . . . .	5\$000
Total . . . . .	750\$600
<b>Resultado</b>	
Despezas . . . . .	750\$600
Entradas . . . . .	166\$400
Déficit . . . . .	584\$200

Fonte: Arquivo Pessoal

Não havia somente a publicação de balancetes semanais sobre a venda, lucros, gastos e déficits do jornal para seus leitores, também na mesma linha de transparência o jornal expunha toda a receita e dividendos das festividades que proporcionava à p

opulação de São Paulo e de outras localidades, como, por exemplo, “Leilão... 71\$600”, “Aluguel do salão ...150\$000”<sup>157</sup>.

<sup>157</sup> *A Plebe*, n. 12, ano. 5, 1922. p. 4

Figura 11: Balancete do Festival Realizado em 12 de Maio de 1922

<b>Pro "A Plebe"</b>	
<b>BALANCETE DO FESTIVAL REALISADO EM 12 DE MAIO</b>	
<b>ENTRADAS</b>	
Kermesse . . . . .	157\$500
Leilão . . . . .	71\$600
Tombola . . . . .	27\$000
Ingressos vendidos na porta	64\$000
Ingressos passados por camaradas . . . . .	299\$000
<b>Total . . . . .</b>	<b>619\$100</b>
<b>DESPESAS</b>	
Aluguel do salão . . . . .	150\$000
Aluguel de 10 dúzias de cadeiras . . . . .	30\$000
Orchestra . . . . .	79\$000
Casa Theatral e damas . . . . .	62\$000
Machinista para o palco . . . . .	15\$000
Cerveja para os amadores e músicos . . . . .	15\$000
500 ingressos . . . . .	12\$000
Por um cofre para prenda (a um preso) . . . . .	12\$000
Gratificação ao zelador do salão . . . . .	10\$000
Diversos: sandwicks, 3\$600; 3 dúzias de doces, 3\$600; armazenagem, 3\$700; vasselina, etc., 1\$400; flores para a kermesse e cigarros para os presos, 7\$; 200 numeros da tombola, 3\$; 10 sellos de 150 réis, 1\$500. — Total . . . . .	23\$800
<b>Total geral . . . . .</b>	<b>408\$800</b>
<b>RESUMO</b>	
Entradas . . . . .	619\$100
Despesas . . . . .	408\$800
<b>Saldo . . . . .</b>	<b>210\$300</b>

Fonte: Arquivo Pessoal

Em algumas publicações do jornal, ao longo de seu período de circulação, pode-se notar que havia, de certo modo, a preocupação com as palavras experiência e opinião, pelas quais buscou dar voz aos operários, através daquilo que estes estavam vivenciando, seja dentro ou fora das fábricas da cidade.

O título "Commentarios de um plebeu" traduzia muito mais do que simples palavras, os comentários foram utilizados para que fossem vistos por aqueles que leem o jornal, que não havia somente textos, frases, palavras, expressadas por alguém que estava em uma sala, mas sim que havia a comprovação de tudo aquilo que estava sendo dito, ou pregado, através dos próprios relatos do operariado.

Podemos encontrar nas páginas do próprio jornal alguns exemplos de comentários sobre casos que estavam em procedência na cidade de São Paulo e no Brasil, demonstrando a

visão do operário<sup>158</sup>, como pode ser examinado nas falas abaixo:

Singularidades da Justiça

É deliciosamente picaresco o caso daquelles vinte e cinco infelizes que, condemnados à deportação por vadiagem, permanecem na cadeia publica ha nada menos de sete mezes aguardando o momento de serem embarcados para o estrangeiro.

Zanga entre amigos

Casou surpresa e magua a muita gente o súbito desapareciemnto do sr. Oliveira Lima das venerandas columnas de um conhecido matutino de S. Paulo.

Melindres de um presidente

A imprensa da extrema direita divulgou, sem o commentar ou commentando-o pouco, o episódio ocorrido há dias no palacio da presidencia da republica [...] <sup>159</sup>

O “Correio Plebeu”, assim como era chamado pelo jornal, tornou-se a comunicação entre aqueles que seguiam ou assinavam o jornal diretamente com a própria redação, em uma demonstração de interação; o jornal buscava através deste meio responder publicamente às cartas que eram enviadas à redação do jornal, com pedidos, opiniões e, até mesmo, envio de quantias para ajuda da causa. Entretanto, a presente comunicação não se restringia à capital, pois eram recebidas cartas de diversas localizações do Brasil. Porém, não há publicação do conteúdo que fora escrito nas cartas destinadas ao jornal, só a publicação das respostas para as solicitações manifestadas:

CATANDUVA – M. B.: Recebemos o registro e remetemos os folhetos.

CAMPO LARGO – A. O.: Recebemos os 5\$. O jornal será remetido regularmente.

RIO – J. M. Guerreiro: Será publicado no próximo n.

PELOTAS – Pedro: Recebida tua carta e os 10\$. O jornal tem seguido regularmente.

Escrevemos-te uma carta, mas como a ela não te referes não sabemos se a recebeste.

Doravante faremos como recomendamos.<sup>160</sup>

Através dos dois fatos descritos, tanto os “Commentarios de um plebeu” ou “Correio Plebeu”, torna-se perceptível o desejo do jornal de construir uma ponte direta com o leitor, revelando os desejos e as visões que se configuravam no seio da classe, para assim modular o jornal e, principalmente, demonstrar àqueles que acabavam de ingressar na causa que havia certa união e que sua voz, mesmo mínima, seria ecoada pelas páginas e pelas ruas da capital.

Há preocupação em defesa e acolhimento, o jornal a todo momento não busca se esconder dos problemas que eram expostos pela sociedade em relação a sua vivência, seja ela dentro ou fora das fábricas. “O POVO”, como chamava aqueles que estavam dentro dessas problemáticas, não está exclusivamente ligado somente à classe operária, torna-se peça-chave do quebra-cabeça e do jogo de arrematação do jornal.

“O POVO” é todo aquele oprimido, que sofre represália e que acorda todo o dia cedo

<sup>158</sup> Vale ressaltar que em quase todos os comentários que se posicionaram nas páginas do periódico eram ausentes a identificação do autor, demonstrando autoria sobre a redação do texto. Desta forma, não há possibilidade de afirmar com 100% de certeza que as presentes palavras tenham sido transcritas por um plebeu ou operário.

<sup>159</sup> *A Plebe*, n. 1, ano 1, 1917. p. 2

<sup>160</sup> *A Plebe*, n. 192, ano. 5, 1922. p. 4

para fazer a cidade funcionar. Nesse ponto, o jornal buscava conscientizar as pessoas sobre a importância da luta de classes, não se limitando apenas aos portões das fábricas, mas também se estendendo aos trabalhadores que viviam nas regiões mais remotas da cidade. O objetivo era dar voz a esses trabalhadores e engajá-los na luta por seus direitos, como é transmitido na seguinte passagem:

O POVO

O Povo, esse conglomerado de criaturas cujo nome ou estirpe ninguém conhece, mas de cujos sofrimentos, trabalhos e actividades todos aproveitam, sem o esforço do qual as classes parasitarias não poderiam viver uma só hora que fosse, mas que têm um solenne desprezo por tudo que cheire a origem popular, continua sendo a fonte perenne de todos os empreendimentos, o receptaculo de todas as actividades e o mar sem fundo de todos os padecimentos imagináveis.<sup>161</sup>

“Nosso”, “nós”, “união”, “movimento” e “classe” são palavras muito presentes nas páginas do jornal e, principalmente, demonstram o desejo e busca do jornal de inserir na classe trabalhadora da cidade, em seu consciente, palavras que se transfiguram em unificação, em construção de um único corpo, de uma única classe, com um único objetivo.

Por esse motivo, há o engajamento e apoio do jornal a todo e qualquer movimento, seja ele de grande ou pequena expressão, mínimo que fosse se houvesse a representação pelos preceitos expressos acima, haveria de estar em alguma das páginas do jornal, buscando demonstrar união, construindo a percepção de que não estavam sozinhos e, principalmente, arrebanhando novos integrantes ao movimento em curso naquele momento.

Com o avanço e desenvolvimento do jornal, assim como a expansão do aceite por parte dos trabalhadores, o próximo passo tornou-se a identificação das indústrias inimigas dos trabalhadores. São aquelas que não propiciavam condições necessárias e básicas para os trabalhadores ou, por vezes, acabavam por renegar simples direitos e reivindicações, visando somente sua hegemonia social.

A palavra “boicotagem”<sup>162</sup> foi utilizada para incendiar e incentivar os trabalhadores, não somente e simplesmente fazer greves ou sabotagens dentro da engrenagem industrial, todavia acreditava-se que o princípio de boicotagem se direcionava também àqueles que consumiam os produtos das inúmeras empresas apontadas. O jornal apresenta a seguinte fala: “Não deveis frequentar os cafés e botequins onde esses productos forem vendidos.”<sup>163</sup>

O consumo é a principal característica do capitalismo, através do qual se obtém lucro,

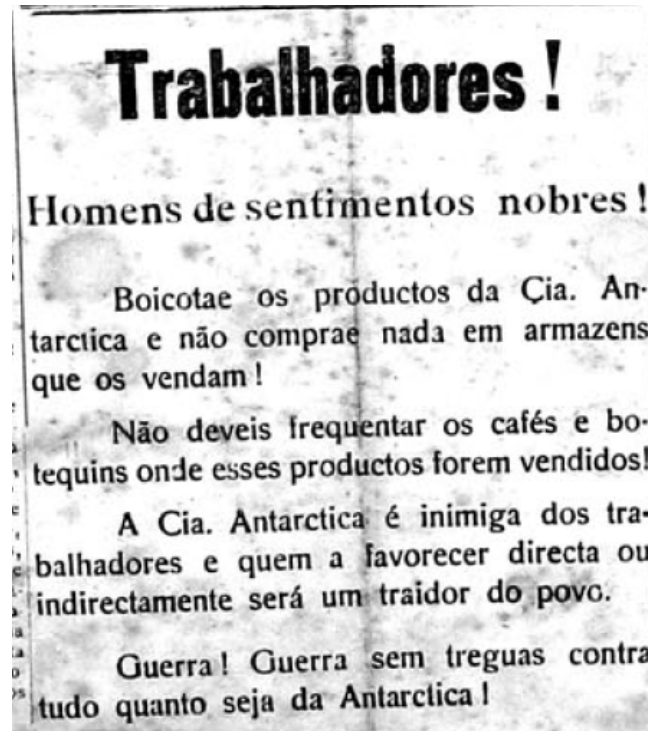
<sup>161</sup> *A Plebe*, n. 122, ano 5, 1921. p. 1

<sup>162</sup> Do verbo Boicote: Ato ou efeito de impedir o andamento normal de uma atividade, como recusar-se a trabalhar, a manter relações econômicas, a fazer algo ou a cooperar; boicotagem. - <https://michaelis.uol.com.br/busca?palavra=boicote&r=0&f=0&t=0> – Acesso em: 17/10/2022

<sup>163</sup> *A Plebe*, n. 42, ano. 3, 1919. p. 1

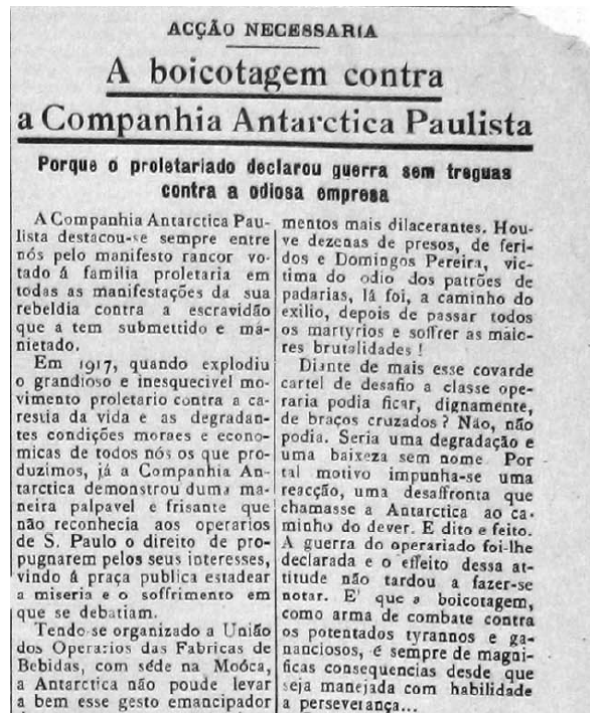
e as empresas buscavam expandir o consumo de seus produtos na capital, principalmente. O boicote ao consumo causava um grande impacto nas indústrias, enfraquecendo os lucros e pressionando os patrões a atenderem às demandas dos trabalhadores.

Figura 12: Anúncio de boicote pelos trabalhadores



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 13: Enunciado sobre paralisação contra a Companhia Antarctica Paulista



Fonte: Arquivo Pessoal

Por meio desse princípio de ação, o movimento operário buscava criar uma consciência coletiva das implicações que a ação proletária deveria assumir. Isso significava romper com a ideia de que somente greves poderiam gerar mudanças na conjuntura social. Era necessário perceber que a vida dos trabalhadores, seus hábitos e costumes estavam diretamente ligados à luta em questão. Os protestos eram importantes, mas a mudança do estilo de vida e de suas práticas também era crucial para qualquer luta de classes dentro da sociedade capitalista.

### CAPÍTULO 3: UMA ANÁLISE DO PERIÓDICO *A PLEBE* NA LUTA DE CLASSES

No início da década de 1910, o Brasil experimentou uma desaceleração em seu grande crescimento econômico dos anos anteriores, com um grande déficit em sua balança comercial, que teve um impacto direto na vida dos trabalhadores em duas frentes: empregos e custo de vida. Como demonstra Fausto, “Uma publicação oficial do governo paulista alude em fins de 1913 à paralisação das grandes obras públicas, à queda do salário entre 15% e 20%. Muitas das fábricas fecham. [...]”<sup>164</sup>

A partir deste princípio, são nítidas as dificuldades enfrentadas por uma parcela da sociedade, que atravessara anos difíceis com recessão na economia brasileira. O movimento operário será um dos atingidos pela crise econômica, dificultando sua organização.

Segundo Batalha, a classe operária brasileira carece do despertar do sentimento revolucionário, de identificação e potencialização das divergências que se propagavam pela sociedade, o que diferentemente logo nos primeiros anos foi identificado e enfrentado pelos operários ingleses, a falta de união e compartilhamento de ideias entre os componentes do grupo social atrasaram por longo período a revolução que alteraria a realidade de uma parcela da sociedade paulistana. Assim cita:

Entretanto, no Brasil, como em outros países latino-americanos, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras deste século, a principal dificuldade, para muitos observadores, para o desenvolvimento do potencial revolucionário parece residir precisamente na ausência ou extrema fraqueza desse "operário moderno".<sup>165</sup>

A falta de organização, contorno e a passividade demonstrada pela classe operária, segundo o próprio autor, servem de justificativa para a ausência de uma melhor estruturação e organização, abrindo espaços para a atuação da moralidade e alienação das classes que gozavam do poder, contribuindo para a individualidade e desunião da classe trabalhadora.

O desencanto da classe com os ideais do movimento, aliado ao fato de que a luta era vista como inviável diante da escolha entre aderir às greves ou manter os poucos empregos disponíveis na cidade, acabou relegando a importância da luta para segundo plano. Nesse momento de dificuldade, a manutenção dos salários, mesmo que em patamares baixos, ganhou força como forma de confronto contra os proprietários dos meios de produção e até mesmo contra os órgãos governamentais.

---

<sup>164</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalhador urbano e conflito social: 1890-1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 181

<sup>165</sup> BATALHA, Cláudio H.M. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade? São Paulo: *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 23/24, 1992, p. 112

A partir deste momento, torna-se perceptível o crescimento de inúmeros movimentos sociais, como também o crescimento de manifestações através de páginas escritas em jornais, que acompanharam a realidade vivida na capital e puderam assim contribuir ativamente dando voz aos representantes do movimento. Como Leandro Ribeiro Gomes relata, “Uma imprensa que possuía condições de funcionamento e estrutura específicas, diretamente ligada ou relacionada com os trabalhadores organizados.”<sup>166</sup>.

A falta dessa aderência por parte dos operários não quer dizer que não houvesse agremiações organizadas em prol da causa trabalhista, lutando pelos direitos da respectiva classe, assim como promovendo ações diretas. Muito se vê a luta pela perspectiva de crescimento, multiplicação dos números de integrantes em torno da causa para que, assim, houvesse certa unificação e consolidação do operariado enquanto classe e em torno de uma única causa, a operária.

Segundo E.P. Thompson<sup>167</sup>, a palavra “motim” não se comporta como correta para destacar os movimentos que estavam acontecendo na Inglaterra do século XVIII, já que as ações sociais que se destacam dentro do respectivo período são de objetividade política/social, assim como organizada e direta, já que estão expostos de forma explícita os objetivos do grupo em questão, e as atitudes que deveriam ser tomadas. Seus componentes não podem ser identificados como “arruaceiros”, já que havia noções de realidade que encabeçavam o movimento, dentro do qual o autor exemplifica com o “motim da fome”, um movimento organizado pela classe mais baixa, com o objetivo central de estabelecer certa moralidade dentro dos preços cobrados pelos alimentos, que se encaixam dentro da realidade econômica vivida.

Desta forma, o autor reflete sobre a moralidade da sociedade em questão, e quanto esse comportamento dentro de suas relações econômicas se encaixam na moralidade social, as rebeldias, revoluções, motins, greves, dentre outros tantos, não são ocasionados ao acaso, mas sim à própria sociedade vigente e suas ações governamentais e políticas que levam ao caos e ao descontentamento social por uma parcela da sociedade.

A partir da realidade exposta pelo autor, ao analisar a vida do operário do século XVIII, percebemos que muito se aproxima da vivência dentro da cidade de São Paulo no começo do século XX, certa lacuna existente entre o governo (política) e o cidadão (sociedade), a não percepção governamental da realidade social, miséria, fome, pobreza, não podendo generalizar,

---

<sup>166</sup> GOMES, Leandro Ribeiro. *LIBERTÁRIOS E BOLCHEVIQUES: A repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira (1917-1922)*. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2012. p. 87

<sup>167</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

pois por vezes houve a presente percepção, mas que de forma grotesca foi ignorada pelas autoridades governamentais.

A união de fatores proporcionou, dentro do núcleo social operário, a percepção de realidade e causa, trazendo o trabalhador paulista para dentro do movimento, e justamente pôde proporcionar em diferentes camadas e núcleos a presente percepção, ocasionando assim a quebra do pilar moral imposto.

Surge a pergunta central: “Como o seu comportamento é modificado pelo costume, pela cultura e pela razão?”<sup>168</sup> A pergunta que E. P. Thompson promove, em seu livro, justamente serve como pilar principal para todo o movimento operário, seja ele em Londres (Inglaterra), ou em São Paulo (Brasil), haja vista notoriamente tornar-se necessária a modificação do ser, de seu pensamento e sua percepção de realidade. Enquanto esse operário permanecer dentro das mazelas morais criadas pela sociedade em que vive, dentro de parâmetros e paradigmas, nunca haverá qualquer transformação.

Assim como reflete Hardman<sup>169</sup>, a leitura dos periódicos possibilitou às camadas afetadas da sociedade conhecer os pensamentos anarquistas, seus dizeres, objetivos e pensamentos em respeito à realidade vivida dentro da sociedade em questão, desta forma contribuindo para que houvesse conscientização, interpretação e constituição cognitiva em massa. De certo modo, como o próprio autor exemplifica, a própria realidade presente dentro da cidade de São Paulo possibilitou espaços para o crescimento da ideologia anarquista, e seus dizeres através dos periódicos.

A situação em que a cidade de São Paulo se encontra anos anteriores do nascimento do *A Plebe* pode ser definida como um grande caos econômico, muito em decorrência da própria situação do país que vinha se alastrando por anos e principalmente com o entrave que fora ocasionado devido à Primeira Guerra Mundial, como assim é definido o respectivo período: “Tres annos de guerra. Tres annos de luto. Tres annos de miseria. Tres annos de angustia e sofrimento”<sup>170</sup>, proporcionando grande recessão nas exportações brasileira. Como ressalta Gomes:

Naquelas décadas, a sociedade brasileira passava por profundas mudanças, com novas formas de luta e grupos na sociedade [...]. Havia outros fatores da Primeira República que contribuíam para isso, como a distância do mundo “político”, no sentido dos partidos e disputas eleitorais, da realidade das necessidades diárias das camadas

<sup>168</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 151

<sup>169</sup> HORDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!**: memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

<sup>170</sup> *A Plebe*, n. 8, ano 1, 1917. p. 2

populares, numa sociedade ainda fortemente marcada pela escravidão, e a “democracia republicana” não abrangia os operários:<sup>171</sup>

A disputa pelo poder, e o próprio crescimento social, que muito se fez com o grande número de embarcações que cada vez mais se multiplicavam no porto de Santos, acabou por ter efeitos diretos na sociedade paulistana, mesmo quando olhamos para a cadeira de Presidente da República. Uma sociedade que viu suas necessidades serem colocadas em segundo plano perante a necessidade de exportações de bens, como o café, e as consolidações de poderes oligárquicos dentro da “democracia republicana” que acabara de nascer.

Robson Mendonça Pereira, ao relatar essa junção entre poder político e econômico dentro da cidade de São Paulo, com praticamente um único objetivo particular, assim descreve:

O agrupamento mais organizado correspondia ao dos proprietários rurais, sobretudo a plutocracia paulista, que pensava num tipo de governo que satisfizesse seus interesses individuais, com a menor centralização possível e sem nenhuma participação popular.<sup>172</sup>

A situação paulistana naquele momento acabou por despertar as ideologias que adentraram no país, principalmente através do grande movimento imigratório, a partir do século XIX, a necessidade de constituir um movimento uniforme e compacto em conjunto com a classe operária que se encontrava em situação de abandono, tanto por parte governamental, quanto relativamente aos próprios donos dos meios de produção.

Gomes ainda expõe que muito do que se fez valer e o desenvolver da imprensa operária no Brasil veio em bagagens de imigrantes ao longo de todo o processo que ocorreu no estado e na cidade de São Paulo, tornando-se, assim, muito mais que palavras e frases escritas, a imprensa operária tornou-se, segundo o autor, um importante ponto de expressão popular e civil contra as mazelas vividas por grande parte da sociedade paulistana.

Tornou-se a voz, a luta e a causa de grande parcela dos trabalhadores da cidade de São Paulo, transformando-se na ponte para chegada até o poder governamental, e passando pelos donos dos meios fabris, a imprensa operária se apresentou como solução, mesmo que momentânea, por vezes, para as necessidades de uma sociedade que precisava de alguém para reparar suas mazelas e, principalmente, buscar soluções para auxiliar e desenvolver essa grande massa populacional que se encontrava à própria sorte.

Houve, então, um “[...] crescimento acelerado da cidade de São Paulo, principalmente a partir de 1890, em que a população passou de 64.934 habitantes para 239.890, na década

<sup>171</sup> GOMES, Leandro Ribeiro. *LIBERTÁRIOS E BOLCHEVIQUES*: A repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira (1917-1922). Assis: Universidade Estadual Paulista, 2012. p. 88

<sup>172</sup> PEREIRA, Robson Mendonça. *O prefeito do progresso*: Modernização da cidade de São Paulo na administração de Washington Luís (1914-1919). Franca: Universidade Estadual Paulista, 2005. p. 16

seguinte.”<sup>173</sup> Os números apresentados por Carlos Humberto Corrêa transfiguram a realidade que o periódico se depara ao nascer na cidade de São Paulo. Uma cidade que está se transformando, se construindo, enquanto está obtendo a dura missão de lidar com um grande contingente populacional, que pode ser identificado como além de sua capacidade para a infraestrutura apresentada, tanto na questão urbana, como social.

“Urge despertar para a acção que o movimento reclama”<sup>174</sup>, movimento denominado libertário, que se tornou importante pilar no surgimento do periódico em questão, e os anarquistas que estavam por trás da ação em questão buscaram a aderência de um maior número de integrantes pela causa possível, dando a missão de conscientizarem outros integrantes do mesmo grupo social, havendo grande multiplicação de libertários pelas ruas da capital São Paulo e do interior do estado.

Desta forma, os libertários buscaram o desenvolver da classe, sua conscientização, principalmente através da identificação de suas necessidades e, assim, poder apresentar soluções através da identificação e entendimento da realidade vivida por cada grupo social em questão, expondo para aqueles que estavam aderindo ao movimento e assinando o periódico uma grande sinceridade, principalmente por meio da seguinte fala: “Infelizmente, não podemos afirmar que as coisas estão inteiramente mudadas; seria illudir-nos. Entretanto, ha factos que nos autorizam a acreditar que uma modificação no bom sentido se vái operando.”<sup>175</sup>

Importante ressaltar que o movimento constituído pelo *A Plebe* não se configurou somente dentro da cidade de São Paulo, há relatos do próprio jornal de ações, e até mesmo circulação de exemplares em cidades do interior do estado de São Paulo, como, por exemplo, Campinas, Ribeirão Preto. Além disso, o periódico pode ser visto circulando na cidade do Rio de Janeiro, onde ações e relatos são descritos no jornal, vindos de diferentes localidades, como Florianópolis (Santa Catarina).

Pode-se perceber de antemão que, apesar de obter como objetivo principal a luta de classes e suas transformações dentro da cidade de São Paulo, *A Plebe* buscou construir uma vasta teia de informações e ações diretas/indiretas dentro do território brasileiro, que pode apresentar-se como instrumento para a justificativa e “incendiar” das ações operárias.

O jornal *A Plebe* surgiu nesse contexto de efervescência social e política como um importante veículo de difusão das ideias anarquistas e de luta pelos direitos da classe

---

<sup>173</sup> CORRÊA, Carlos Humberto. Anarquismo no Brasil. Porto Alegre: **Revista Estudos Iber-Americanos**, v. 6, n. 1, 1980. p. 23

<sup>174</sup> *A Plebe*, n. 1, ano 1, 1917. p. 2

<sup>175</sup> *A Plebe*, n. 1, ano 1, 1917. p. 2

trabalhadora. Edgard Leuenroth soube utilizar habilmente o poder das palavras para mobilizar a população e promover a conscientização política.

Além disso, o momento histórico também favoreceu a criação de *A Plebe*, já que a censura era menos rígida do que em outros períodos, permitindo maior liberdade de expressão para a imprensa alternativa. A existência de um grande número de jornais e periódicos independentes, muitos deles ligados ao movimento operário, também contribuiu para a disseminação das ideias anarquistas.

Dessa forma, *A Plebe* se tornou uma importante referência para os anarquistas brasileiros, e Edgard Leuenroth, um dos principais líderes do movimento operário e sindicalista da época, deixou um legado importante para a história do Brasil.

Com base nos fatores apresentados, o importante jornal do século XX encontrou um campo fértil, argumentos e um público-alvo para fazer ecoar seus pensamentos e diretrizes em diversos meios e lugares da cidade de São Paulo, identificando e apresentando aos seus leitores o que era "mascarado" diante de seus olhos, como saneamento básico, educação, trabalho e direitos trabalhistas, entre outros. Esses fatores simples eram relegados aos menos favorecidos da sociedade, mas se tornaram argumentos plausíveis para o pequeno jornal que nasceu no fim da década de 1920.

*A Plebe* nasceu e cresceu principalmente entre a classe operária, adentrando nos meios fabris e nos bairros que, na época, eram denominados como bairros operários ou marginalizados, conseguindo descrever a constante realidade vivida no dia a dia de cada trabalhador, além de lutar por melhorias como escolas para os filhos dos operários.

Com base em seus principais fatores, *A Plebe* conseguiu constituir uma união social de classe, mesmo que de forma local e regional, na qual trabalhadores e operários passaram a enriquecer a luta, constituindo, entre tantos exemplos, leitores das páginas do jornal para aqueles que não tinham domínio da leitura e chegando até a promover festividades beneficentes em nome da causa.

No entanto, o constante questionamento ao Estado começou a incomodar os governantes, que muitas vezes conseguiram restringir a circulação do jornal nas ruas da cidade, levando a dificuldades de acesso para os operários e, conseqüentemente, afastando-os das diretrizes do periódico. Apesar disso, *A Plebe* conseguiu se aproximar ainda mais de seu público-alvo, que também sofria com as repressões estatais de diferentes maneiras.

Quando olhamos para a história do jornal, podemos dividir em dois períodos muito importantes. O primeiro período foi de 1917 até 1920, quando o jornal teve que se apresentar para a sociedade e, ao mesmo tempo, desconstruir os pilares que afastavam os operários da

verdadeira causa e do seu esclarecimento social. Isso envolveu a crítica de fatores de alienação, como o modo de vida, e até mesmo greves, como quando o jornal instruiu seus seguidores a não consumirem os produtos de determinada indústria.

Por outro lado, a partir de 1921 até 1924, o jornal pôde desfrutar dos esforços e dos pilares constituídos, visualizando a união de uma grande parcela da classe trabalhadora, assim como a melhoria de algumas condições sociais através da luta social, como greves e eventos sociais. Essa segunda fase do jornal se destacou da primeira por apresentar um jornal mais maduro, consciente em suas diretrizes e organização interna, gerando lucros e dividendos para seus leitores, caracterizando-o como uma espécie de órgão/empresa do povo que deveria prestar contas aos seus acionistas, que na verdade eram seus apoiadores e compradores. O jornal também se expandiu nacionalmente, interligando diferentes localidades através de correspondências e exemplares, como Rio de Janeiro, Curitiba, Ribeirão Preto, entre outras.

### **3.1. 1917-1920: Nasce um movimento**

“O Estado faliu. No extremo da sua evolução histórica, em que ceder o passo a novas formas de vida, a novos métodos, a novos sistemas”<sup>176</sup> já não era mais possível. Para os redatores do jornal, assim como as cabeças do movimento que se faz valer através de suas páginas, o Estado que a sociedade presenciou emergir e modificar ao longo de anos já não consegue mais cumprir com seu papel, que é justamente proteger e desenvolver a sociedade.

O próprio jornal atribui ao Estado o papel divisor da sociedade, colocando em suas mãos a real culpa em existir uma sociedade ramificada, e principalmente desigual, no que chama de autoridade e leis; muitos desses dois pontos acabam por ser utilizados pela classe que governa a sociedade naquele momento, para inibir todo e qualquer movimento contrário que persista por existir no seio social. Busca-se, assim, o controle social dos grupos através dos meios, como educação. De certa forma, como é identificado no pensamento de Marx, há necessidade de haver revolução da classe proletária e modificação dos eixos que administram e regem a sociedade, os pilares que sustentaram por anos o convívio social começam a demonstrar suas rachaduras, e principalmente as novas ideologias questionam sua funcionalidade.

Nesse sentido, prevalecem, então, ideologias e pensamentos em um Estado que ao ver dos anarquistas está falido, com ideias opositoras, que buscam a todo custo fazer prevalecer o

---

<sup>176</sup> *A Plebe*, n. 2, ano 1, 1917. p. 2

fortalecimento e o enriquecimento das instituições governamentais, numa tentativa de mascarar a realidade através da alienação implementada no imaginário social, da necessidade de permanência dos respectivos governos, além de marginalizar as ideias contrárias como o anarquismo, que buscava libertar a sociedade das “garras” da organização burguesa.

Entretanto, é relatada pelo jornal a ação do movimento em relação aos cidadãos que ocupam a cadeira de governantes da sociedade, seja ela política ou social:

[...] a sua vida folgada de ladrões bem sucedidos, começa a inquietar-se, a sentir-se incommodada, a ter suas custosas digestões perturbadas pelas manifestações de descontentamento que, partindo dos recantos malsãos onde a plebe laboriosa abriga a sua penúria. [...] <sup>177</sup>

Se de um lado o Estado manteve pilares conservadores, buscando, assim, reger a sociedade com princípios próprios, sem deixar haver mudanças drásticas no quadro social, por outro lado, a imprensa se ramificou durante os anos iniciais da República, no Brasil, formou-se, criou consciência e buscou objetivos particulares em suas publicações. Do mesmo modo, Martins e de Luca desenvolvem seu pensamento, afirmando que a presente imprensa, além de buscar seu lugar na sociedade, estava muito preocupada com questões sociais e culturais.

O advento e o transcorrer da chamada Primeira República (1889-1930) trouxeram uma imprensa que se diversificava. A política mantinha seu espaço, mas o crescimento urbano propiciava o ímpeto de se reportar novos focos de notícia, fosse aquele do bordão republicano “O Brasil Civiliza-se” ou as diferentes práticas culturais de uma sociedade em busca do progresso. <sup>178</sup>

No movimento grevista, conforme o pensamento de Luigi Biondi, a participação da imprensa paulista nas manifestações do ano de 1917 constituiu-se de extrema importância no contexto de apoio e auxílio. Grande parte da imprensa paulista se posicionou a favor das presentes manifestações e assim puderam contribuir significativamente para a multiplicação das vozes oprimidas na cidade, de um movimento que ganhava força a cada dia, que não nasceu do nada, mas veio se estruturando, apresentando suas forças nas ruas da capital. Como o próprio jornal remete:

Se não chegou a conseguir libertar as crenças da escravidão dos ergástulos do trabalho, por que isso só era feito pela acção directa dos trabalhadores rebellados contra esse hediondo crime da burguezia [...].  
A propaganda feita em numerosos comícios e em boletins não deixou de produzir o seu efeito. [...] <sup>179</sup>

Fausto caracteriza o presente momento histórico, e os fatos que estão ocorrendo na cidade de São Paulo, com certa tranquilidade, porém havendo o entendimento por parte da

<sup>177</sup> *A Plebe*, n. 3, ano 1, 1917. p. 1

<sup>178</sup> MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 83

<sup>179</sup> *A Plebe*, n. 1, ano 1, 1917. p. 3

classe operária, principalmente transmitido por *A Plebe* das ofensivas lançadas pelo governo contra o movimento que ganhava corpo e consciência dentro da capital.

Assim, o próprio jornal busca definir em suas palavras “O porquê das Gréves”<sup>180</sup>, buscando explicar ao seu grupo de leitores, assim como para os possíveis ouvintes da mensagem do movimento, que seria transmitida por aqueles que tinham o domínio da leitura; para *A Plebe*, “O operariado realiza, portanto, uma obra justiceira conquistando pela gréve ou outros meios de acção directa tudo quanto lhe é extorquido, roubado legal ou ilegalmente.”<sup>181</sup>

Segundo o jornal, o estado era deferido como agente locutor contra os operários, principalmente na defesa de sua sustentabilidade e de interesses privados, através das ações dos esbirros<sup>182</sup>. Entretanto, não há amedrontamento do jornal por consequências das ações do estado, mas sim a utilização de tal fato para inflamar os corações dos componentes do movimento, para haver resistência perante a tentativa de opressão imposta pelos governantes da sociedade.

“[...] façamos delle o paiz do trabalho, do bem-estar e da liberdade”<sup>183</sup>, assim o jornal busca definir o Brasil como um ambiente de aventureiros, de trabalhadores, de progresso, mas usurpado pela própria definição do periódico, por argentários<sup>184</sup>, que rumam a nação em que vivem para fins contrários ao que a própria constituição social tem por princípio. Neste exato ponto, o jornal descaracteriza o movimento grevista de algo particular a uma ideologia e transfere toda ação em prol de um bem-estar coletivo.

“A policia continua a ocultar o numero de pessoas mortas durante o movimento grevista. É tarefa que lhe não agrada, denunciar os seus proprios crimes, que ella difficilmente justificaria.”<sup>185</sup> Perante o ocorrido fato grevista na cidade de São Paulo, denúncias começaram a surgir por parte dos que compunham a linha de frente dos protestos, incriminando principalmente as forças armadas de utilizarem de seu poder para, como o próprio jornal diz, “assassinar o povo”<sup>186</sup>.

---

<sup>180</sup> *A Plebe*, n. 5, ano 1, 1917. p. 1

<sup>181</sup> *A Plebe*, n. 5, ano 1, 1917. p. 1

<sup>182</sup> Patente militar de nível inferior. No caso, a palavra se refere ao cargo de policial da cidade de São Paulo.

<sup>183</sup> *A Plebe*, n. 5, ano 1, 1917. p. 1

<sup>184</sup> Terminologia para definição de pessoas que são ricas ou milionárias.

<sup>185</sup> *A Plebe*, n. 7, ano 1, 1917. p. 1

<sup>186</sup> *A Plebe*, n. 7, ano 1, 1917. p. 1

Figura 14: Charge da ação policial sobre o movimento grevista



Fonte: Arquivo Pessoal

Podemos observar, no retrato acima, a polícia sendo utilizada para defender meios particulares, como as fábricas dos grandes burgueses que comandavam a sociedade paulistana, um dos maiores exemplos dessa representação é exposto pelo jornal ao se deparar com grande e forte defesa por parte da instituição policial à fábrica Antártica, contra possíveis consequências colaterais do movimento grevista que se instaurou na cidade de São Paulo.

Essa ação é questionada por meio da seguinte passagem: “Cerveja não é pão, para que o Estado, escarnecendo do direito à greve [...]”<sup>187</sup>, em que *A Plebe* justifica deliberando acusações, sendo que a produção de cerveja não deve ser considerado item básico, primordial para a sustentação de uma sociedade, portanto, não devendo haver tanta proteção de um Estado que luta por cervejas e esquece o pão para a mesa de grande parcela da sociedade paulistana.

Mas qual o significado do movimento grevista? Para a classe burguesa, talvez um movimento de arruaceiros, desorganizado e, em certos pontos, uma provável ameaça, mas quando olhamos para a classe operária, observamos grande parte de seus componentes sem o entendimento do objetivo principal do movimento, assim como suas propostas. Cabe ao jornal responder a esses questionamentos, sanar as dúvidas, preencher com conhecimento e, principalmente, traduzir todo o movimento que estava em decorrência para as pessoas mais leigas, visto como importantes futuros componentes da linha em cada luta.

<sup>187</sup> *A Plebe*, n. 7, ano 1, 1917. p. 3

Um importante confronto ou batalha que o jornal teve que travar pelas ruas da cidade foi o imaginário de grande parcela sobre o movimento, que construiu em seu pensar um movimento sindicalista como contrário à família, aos princípios do operariado e, principalmente, buscando a desorganização social. De certa forma, o jornal buscou e apresentou um posicionamento repreensivo contra a Igreja Católica, que acabou por atribuir titulação de agente alienador do estado, não que os líderes do movimento estivessem buscando a total laicidade, mas sim uma religião libertadora de princípios governamentais, laica perante os posicionamentos e sempre a favor daqueles que preenchem suas Igrejas.

Muito se considera da falta de consciência sobre o verdadeiro sentido do movimento, que no caso promove a representação além do simples ato de paralisar e se estende por toda uma análise construída a partir dos ideais anarquistas, que visam descaracterizar o capitalismo. O simples título de uma das inúmeras matérias expostas nas páginas do jornal representa indiretamente significado muito maior, tratando da falta de entendimento do próprio conjunto social sobre realmente o verdadeiro sentido de aderir aos dizeres do movimento social.

Assim, ações redigidas como “[...] sahir outra vez para a praça publica reclamar seu direito a vida [...]”<sup>188</sup> demonstram uma grande construção jornalística, e do próprio movimento, dentro da representatividade de esclarecer ao leitor, ouvinte, ou seja ele quem for, que as ações estavam interinamente direcionadas ao simples direito de viver de cada operário, referindo-se, assim, a pontos simples como alimentação, saúde, educação e direitos trabalhistas, coisas que até o momento são identificadas como ausentes por parte do estado.

“Privam-se, assim, as suas famílias do direito [...]”<sup>189</sup>, “[...] irmãos de miseria [...]”<sup>190</sup>, palavras utilizadas na busca pela conscientização dos deveres do estado e dos direitos de cada trabalhador, em que *A Plebe* optou pelo atalho de utilizar os sentimentos de cada operário a seu favor, buscando assim trazer a família para o centro da discussão, caracterizando que não somente o trabalhador direto era afetado por essas negligências, mas como todos os dependentes de seu soldo. Da mesma forma que há o desejo de criar certo olhar de irmandade perante os seus componentes, para que haja maior compaixão e desejo por uma prosperidade coletiva.

Torna-se perceptível a busca em momentos distintos do periódico em romper a barreira ideológica que fora construída ao longo de anos por uma sociedade totalmente capitalizada e desigual, trazendo, assim, exemplificações para os trabalhadores de movimentos que estavam ocorrendo ou que já haviam ocorrido e que, principalmente, ganhavam força e espaço para

---

<sup>188</sup> *A Plebe*, n. 8, ano 1, 1917. p. 1

<sup>189</sup> *A Plebe*, n. 8, ano 1, 1917. p. 1

<sup>190</sup> *A Plebe*, n. 8, ano 1, 1917. p. 1

ecoar suas vozes. O caso francês fora utilizado em primeiro instante pelo jornal, com os dizeres muito claros enquanto revolução, sociedade e fim de um capital exacerbado.

Assim, a luta sindical e social na cidade de São Paulo utilizou-se de grandes acontecimentos fora do Brasil, obteve falas como “Que de lá venha o exemplo e, em toda a superfície da terra, os povos se rebelarão, sepultando [...] a nefasta sociedade capitalista.”<sup>191</sup> Há grande inspiração em movimentos exteriores, que são capturados como exemplos para buscar a inflamação dos operários e a união para a luta na sociedade, casos como as greves francesas e o próprio movimento ideológico resultante na Revolução Russa do mesmo ano.

“O mal está todo na organização social...”<sup>192</sup> Nos primeiros anos, o periódico buscou trazer dizeres, pensamentos e ações, principalmente da Revolução Russa, os quais tinham por objetivo não a implementação do socialismo em vias de fato, pelo principal motivo dos dizeres estarem atrelados à ideologia anarquista, mas sim para que houvesse organização social/operária, como fora visto em território russo. Como assim cita:

A revolução em marcha deve ser defendida contra qualquer inimigo interno ou externo. Mas para ser verdadeiramente dígua disso, urge que caminhe, que se faça cada vez mais senhora do terreno, que não seja empatada e sofismada. Se não vem a fadiga, o desanimo, a desillusão das massas [...]<sup>193</sup>

Percebe-se uma sociedade muito atrelada às causas governamentais, esquecendo em diversos pontos a luta pelos seus simples direitos, a revolução citada anteriormente fora utilizada não como conscientização para haver uma implementação governamental, golpe ou qualquer outro tipo de situação, mas sim como um grande exemplo de organização, causa e luta. O objetivo maior era para que em vias de fato descaracterizasse a ordem social vigente e causasse a grande “anarquia” na cidade em prol do movimento operário.

Justificava-se que todo o movimento que estava sendo proposto não vinha de um sonho ou de um desejo, mas sim da identificação pelo mal-estar em que a sociedade se encontrava e vivia, pelo crescimento da burguesia através do suor do operariado, não havendo nenhuma devolução para melhorias trabalhistas ou sociais para a referida classe explorada. O presente relato utilizado para caracterizar o sistema russo muito se equipara à sociedade brasileira, principalmente quando há o relato através da escrita de Schwarcz e Starling, o grande desarranjo vivido em relação às horas trabalhadas e ao aumento do desemprego, dentre outros fatores expostos na cidade de São Paulo.

---

<sup>191</sup> *A Plebe*, n. 2, ano 1, 1917. p. 1

<sup>192</sup> *A Plebe*, n. 2, ano 1, 1917. p. 2

<sup>193</sup> *A Plebe*, n. 11, ano 1, 1917, p. 4

Cláudio Batalha ainda direciona seus estudos na identificação de que essa desorganização e “inexistência” de um movimento operário decorrem da própria falta dos preceitos expostos por Marx e Engels (1998), dentro do *Manifesto Comunista*, em que o operariado de São Paulo não apresenta pilares dentro do que podemos chamar de operariado moderno (consciência e organização). Isso se demonstra muito recorrente nas diversas tentativas de paralisação, na aderência pela causa e, principalmente, na introdução de uma cultura operária dentro da classe em questão. De certo modo, todo esse processo de conscientização fica a cargo, então, de uma imprensa que também não possuía estrutura solidificada, mas que pode ser identificada como acompanhante do progresso e desenvolvimento da classe.

“Apesar dos seguidos esforços de anarquistas e socialistas no sentido de organizar as classes populares em torno de um programa contra o desemprego e a carestia, os efeitos da recessão sobre o frágil movimento operário são visíveis”<sup>194</sup>, cujos tempos árdios e de crises que o Brasil enfrentava acabam indiretamente dificultando a tão sonhada união que buscava o movimento. Fausto identifica o movimento operário se constituindo em um exato momento em que a própria sociedade não tinha estruturas solidificadas para que pudesse se entregar às ideias propostas.

O avanço ideológico, e da própria imprensa operária dentro da cidade de São Paulo, é visto por Fausto como efeito reverso das próprias ações governamentais, justificado através dos fatos repressivos impostos por órgãos ligados ao governo, com prerrogativas de inibir o próprio movimento, expulsar integrantes, seja das organizações operárias, seja a expulsão até mesmo do país. Há até mesmo apelo por parte do periódico, para que os soldados que estavam ali para repreender com extrema violência as ações grevistas, olhassem os operários como “irmãos de miséria”<sup>195</sup>, criando um parentesco de classe entre ambos.

A organização, identificada por Fausto, vem em resposta às ações do próprio Estado, que proporcionou situações vergonhosas contra sua própria população, direcionando grande repressão aos movimentos que se iniciavam e ganhavam corpo. *A Plebe* abre diálogo direto com o operariado, utilizando-se da Federação Operária de São Paulo, comunicando-se com os trabalhadores através do manifesto expedido pela própria instituição, convocando e relembrando-os da importância de cada operário para o movimento que sucederia. Como assim expõe:

---

<sup>194</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalhador urbano e conflito social: 1890-1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 182

<sup>195</sup> *A Plebe*, n. 8, ano 1, 1917. p. 1

A infâmia da policia já attingiu o auge! A lei não existe. É a força bruta, violenta, que domina São Paulo.  
 Que irá succeder deante disso?  
 A gréve geral?  
 Talvez, por provocação da policia!  
 Mas a attitude do proletariado se justificará deante do público. [...] <sup>196</sup>

Uma das grandes dificuldades vividas pelo jornal é justamente o apoio e a crença do operariado nas verdades ditas em cada página, situações passam a ser exaltadas e direcionadas dentro da escrita, ações contra os trabalhadores passam a ser caracterizadas e detalhadas por aqueles que estavam vivenciando o fato. Desse modo, há a construção de justificativas, que se baseiam em vivências, para que cada trabalhador consiga criar sentimentos pelas repressões vividas por companheiros e irmãos de classe.

A todo momento o jornal busca construir uma relação muito sincera com seu alvo, que no caso é o operariado, como ele próprio se denomina “Porta-voz dos oprimidos”, com muita clareza e esclarecimentos sobre fatos e sentidos, sendo esse operariado subjugado à opressão capital que, segundo o jornal, é presente na sociedade em que vive. O jornal interage com o operariado muito no sentido de construção do conhecimento para haver maior participação e compreensão da importância dos presentes fatos, descaracterizando o Estado em vigência, demonstrando que toda a situação vivida por cada operário, em sua grande verdade, concretiza-se no aumento da lucratividade de cada um dos donos dos meios fabris da cidade.

Porém, o mesmo jornal que identifica e critica os meios pelos quais a sociedade paulistana é regida também entende que esse processo se concentra como natural; a própria evolução da humanidade trouxe consigo os pilares que sustentam a atual sociedade urbana, mesmo que, por outro lado, o homem tenha usufruído do presente processo para ampliar e solidificar realidades totalmente avançadas e exacerbadas nas sociedades em que vive.

### **3.2. 1921-1924: Anarquismo e união da classe operária**

Dizer que a classe operária não tinha identidade é se comportar de forma errônea, já que suas vestimentas, linguajar, hábitos eram sua forma de edificação, haja vista que é ponderável a consideração de que havia grande influência externa dentro da construção e manutenção desses respectivos costumes. Torna-se a identidade visível, como Batalha analisa, sua moradia em cortiços em estados ruins, sua saúde em calamidade, a alimentação defasada, dentre outras características; tais aspectos tornam-se a identidade social do grupo operário, visto

---

<sup>196</sup> *A Plebe*, Suplemento, ano 1, 1917. p. 1

de diferentes ângulos, para aqueles que estavam dentro do fato é visto como normal, para aqueles que estão fora é visto como a forma por diferenciar as classes dentro da sociedade.

Conforme Batalha,

Antes mesmo de articular um discurso de identidade em torno da noção de trabalho, de produtor ou de classe, o proletariado tem uma identidade visível, "objetiva", decorrente de suas condições de existência. A habitação nos cortiços ou casas de cômodos, a saúde abalada pela tuberculose e outras doenças, a alimentação, o modo de vestir, fazem parte da identidade visível do proletariado, daquela que é perceptível a qualquer observador contemporâneo. [...] <sup>197</sup>

O autor ainda ressalva que as condições expostas não servem de forma exclusiva para diferenciar a classe operária do restante da sociedade, mas são utilizadas como características quando há necessidade de diferenciação entre a classe mais alta e o operariado, já que pessoas muito mais pobres vivenciavam condições parecidas/similares, ou piores, como no caso dos mendigos e desempregados.

O ato explicativo se posiciona como auxiliador, em que por haver grande defasagem na taxa de alfabetizados dentro da cidade de São Paulo, utilizavam interlocutores para que houvesse então a explanação dos pensamentos e ideias anarquistas principalmente dentro dos redutos operários, as fábricas. A utilização de interlocutores pode proporcionar certa construção de afinidade entre o movimento e operariado, principalmente pela fala ser transmitida por pessoas que estavam no dia a dia usufruindo da mesma realidade que o restante da grande massa.

Há leitura de pautas e matérias dos principais jornais dentro do seio fabril, em intervalos, chegadas ou saídas, e aqueles que tinham o domínio da arte da leitura puderam contribuir significativamente para o movimento, buscando conscientizar seus companheiros de trabalho, que por vezes estavam excluídos, ou até mesmo alheios à realidade, por conta da falta de interpretação e construção de opiniões. Como salienta MORAES (apud RODRIGUES, 1972, p. 43), “[...]em voz alta, em grupo, nos locais de trabalho, à hora do almoço, ou nas sedes das associações para que a maioria de analfabetos pudesse ouvir, compreender as ideias, os métodos de luta, memorizá-los, assimilá-los!”<sup>198</sup>

O ato prospectivo da leitura em massa ajudou a propagar muitas ideias explanadas pelo movimento e pelo próprio jornal, contando que uma grande parcela do operariado se encontrava em situação de analfabetismo parcial ou total. Dessa forma, foi fundamental a participação do operariado letrado para a propagação das ideias do jornal, assim como para informar os

<sup>197</sup> BATALHA, Cláudio H. M. *Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?*. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 12, n. 23/24, p. 111-124, 1992. p. 118

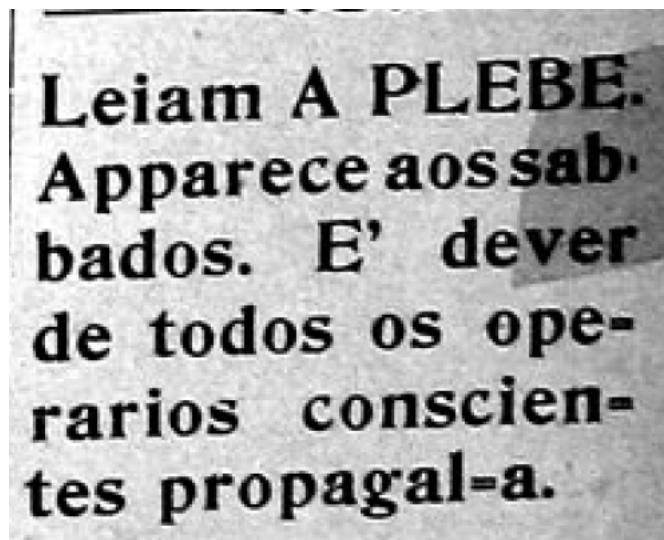
<sup>198</sup> MORAES, José Damiro de. *Educação anarquista no Brasil da Primeira República*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006. p. 8-9

presentes ouvintes de movimento que estavam acontecendo, tanto a favor como contra os operários e explicar a realidade vivida por eles, para que então houvesse o entendimento da luta operária.

Por outro lado, *A Plebe* não deixou de criticar os oradores que faziam do dom da oratória recurso para a explanação das ideias do movimento, expressando que deveria ser utilizado o momento de fala para inflamar o grupo operário, utilizando discursos explosivos, que, de fato, atingiriam a sociedade, abandonando falas repetidas, que por vezes soavam como cansativas para aqueles que se propunham a ouvir. Havia necessidade de comoção, consciência e, principalmente, explosão da revolta que se encontra resguardada no consciente de cada trabalhador.

“Reneguemos para sempre o empolamento e a frase cheia, abalando céus e terras, prefiramos a simplicidade, o comedido, o indispensável.”<sup>199</sup> Dessa forma, discursos mais curtos, palavras centrais, escolhidas, postas para provocar mudanças e revoltas, passaram a ser atribuídas e vistas nos discursos daqueles que falavam em nome do *A Plebe*, ou do próprio movimento anarquista, as grandes falas e frases organizadas e acadêmicas não falavam a língua do povo, muito pelo contrário, causavam total desinteresse e não compreensão. A língua comum, utilizada no dia a dia, tornou-se a chave fundamental para adentrar de vez em diversas brechas que o movimento não teria conseguido ainda.

Figura 15: Anúncio de *A Plebe*



Fonte: Arquivo Pessoal

<sup>199</sup> *A Plebe*, n. 121, ano 5, 1921. p. 4

O linguajar popular apresentou-se como a chave da mudança para o movimento constituído pelo jornal, que pôde assim falar intimamente com os trabalhadores, desconstruir a imagem que tinham obtido do periódico de algo controverso e pertencente às camadas cultas da sociedade. Pôde assim se fazer ler e entender, criou relação e se construiu uma nova imagem daquele que estava vivendo com o povo e entendia totalmente o realismo vivido por cada trabalhador.

Houve grande organização do movimento para a alfabetização dos trabalhadores que se encontravam em situações não letradas, fundando escolas e centros de alfabetização, que puderam assim retirar boa parte do operariado do analfabetismo. Não somente essa presente mudança de realidade interferiu nas relações entre alvo e objeto na questão proposta pelo jornal, mas também causou diferentes alternâncias e entendimento da realidade pelo trabalhador, tanto das questões de leis do trabalho, direitos e deveres, como até mesmo nas ações de seus governantes.

Essa revolução escolar promovida pelo movimento operário pôde indiretamente contribuir para o crescimento do meio de comunicação em questão, pois ao longo do seu processo de crescimento e a decaída da taxa de analfabetismo houve grande consumo em massa do periódico e, assim, a popularidade dentro dos meios de produção e nas residências dos trabalhadores aumentou gradativamente em relação à circulação do *A Plebe*.

Não que não fora fundamental os primeiros leitores, os primeiros oradores para a aceitação e crescimento da popularidade do periódico perante os operários, mas com o contato direto através da leitura, o jornal pôde então *conversar* “olho a olho” com cada trabalhador, com cada família e, assim, criou uma relação muito íntima e próspera, que resultaria, anos mais tarde, em grande adesão do operariado nas causas e movimentos promovidos pelo jornal e com o movimento anarquista.

Vale ressaltar que entre o fim do século XIX e o começo do século XX, São Paulo presenciou seu grande crescimento populacional na capital, por consequência os números de pessoas não alfabetizadas também acompanharam o respectivo crescimento, na década de 1920 contava com aproximadamente 75% de sua população fora do quadro de alfabetização, como é possível observar na tabela abaixo:

Tabela 2. Crescimento da população de São Paulo e as taxas de alfabetização e analfabetismo.

	População Total	Alfabetizados	Analfabetos
SP - 1890	1.384.753	195.665	1.189.088
SP - 1900	2.282.279	564.392	1.717.887
SP - 1920	4.592.188	1.369.579	3.222.609

Fonte: [https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Ana-Em%C3%ADlia-Cordeiro-Souto-Ferreira\\_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf](https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Ana-Em%C3%ADlia-Cordeiro-Souto-Ferreira_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf)

Os dados acima demonstram o cenário encontrado pelo jornal libertário *A Plebe*, no qual a sociedade operária em grande número encontrava-se dentro da grande margem que abrange os dados das pessoas analfabetas, havendo a necessidade de alteração do cenário, principalmente para atrair essa pessoa excluída para as escolas, que neste caso se forjaram nos moldes anarquistas no desenvolver de suas associações.

O próprio movimento buscou trazer à sociedade um processo educacional libertário, que proporcionasse educação e melhoria de vida para uma parcela total do grupo proletário, não deixando margens para as diferenças de gênero, mulheres e homens passaram a receber a mesma educação, haja vista a necessidade de participação de todos os trabalhadores nas ações do movimento e principalmente na ação de conscientização. Com a criação de escolas em bairros afastados, em redutos operários, poderia facilitar a própria vida do operariado, havendo ensino para qualquer faixa etária.

Figura 16: Anúncio Escola Moderna n. 1

**Escola Moderna N. 1**

Instituto de Instrução e Educação para menores e  
adultos de ambos os sexos

**Aulas diurnas e nocturnas**

Ensino theorico e pratico, segundo os methodos da pedagogia moderna, com os quaes se ministra aos alumnos uma instrução que os habilita para o inicio das actividades intellectuaes e profissionaes, assim como uma educação moral baseada no racionalismo scientifico

**CURSO PRIMARIO** — Rudimentos de Portuguez, Arithmetica, Calligraphia e Desenho.

**CURSO MEDIO** — Grammatica, Arithmetica, Geographia, Principios de Sciencias, Calligraphia e Desenho.

**CURSO ADEANTADO** — Grammatica, Arithmetica, Geographia, Noções de Sciencias Physicas e Naturaes, Historia, Geometria, Calligraphia, Desenho, Daetylographia.

Para as alumnas haverá tambem trabalhos manuaes: costura, bordado, etc.

**Aulas diurnas**

**Horario:** das 11 1/2 ás 16 1/2 (das 11 1/2 da manhã á 4 1/2 da tarde).

**Mensalidades:** Curso primario ou medio, 4\$000; curso adeantado, 5\$000.

**Aulas nocturnas**

**Horario:** Das 19 ás 21.

**Mensalidades:** Curso primario ou medio, 5\$; curso adeantado, 7\$

Avenida Celso Garcia, 262 - Belemzinho - S. Paulo

Fonte: Arquivo Pessoal

Através do anúncio feito pelo jornal, percebe-se que muito além da preocupação com a alfabetização da classe operária dentro da cidade de São Paulo, há de certo modo a preocupação por parte de instituições escolares com a formação desses trabalhadores, com a prerrogativa de melhorar suas condições sociais, seja ela empregatícia ou, propriamente dito, a questão do *status* social. Conforme é exposto no comunicado do *A Plebe*:

Communica-nos o prof. João Panteado, director da Escola Nova, que acaba de ser instituido annexo a esse estabelecimento de ensino um curso commercial e de línguas, em que se habilitarão alumnos para as funções de guarda-livros, chefes de contabilidade de empresas commerciaes e estabelecimentos bancarios, peritos judiciaes, etc. etc.<sup>200</sup>

As atividades eram propostas por instituições, mesmo o estado agindo, como identifica Moraes, fechando os estabelecimentos educacionais anarquistas, sabotando o progresso da educação libertária. A defasagem educacional é identificada pelo *A Plebe* como consequência direta da exploração infantil, que muito corrompe famílias, desestrutura e insere na vida exploratória das fábricas crianças que estão em formação tanto humana como social. Entretanto,

<sup>200</sup> *A Plebe*, n. 110, ano 5, 1921. p. 2

o jornal acaba por não poupar até mesmo os próprios trabalhadores, os quais são questionados, “Mas, pergunta-vos, ó Mães: Tendes amor a vossos filhos? Gostaes de vei-os martyrisados e soffres dores? E vós ó Pais: Não vos revoltaes de vêr a vossa carne servir de pasto á insaciabilidade usuaria dos capitalistas?”<sup>201</sup>

A partir do início da alteração do primeiro princípio, mesmo que em pequena escala, pôde-se então usufruir dessa alteração, isso é sentido principalmente pelos meios de comunicação, os jornais, que puderam crescer em larga escala pelas entranhas da classe operária, com dizeres, pensamentos e direcionamentos para que o grande grupo social pudesse promover a luta de classes por vias diretas de fatos.

Antonio Abranches, em sua crítica sobre a Primeira Guerra Mundial, não deixa de criticar o cenário cognitivo exposto dentro da sociedade em que vive, com objetivo de iluminar os respectivos pensamentos sobre a verdadeira guerra, e luta social, em que nada correspondia às ações que os governantes e burguesia estavam promovendo. Apresenta, dessa forma, nitidamente um dos pilares centrais da luta anarquista dentro do jornal e da sociedade paulistana, a conscientização em relação às ações dentro e fora da capital, principalmente no quadro ‘concepção de opiniões’. Assim cita:

Façamos tambem a nossa guerra, a unica humana e justa. Queimemos os nossos cartuchos, não contra os proletários de outros paizes, mas contra os velhacos exploradores que nos infelicitam, roubam e opprimen. Derrubemos as actuaes instituições, causa dos males que acabrunham a humanidade soffredora, e estabeleçamos a redemptora sociedade Anarchista. Que por ella lutem e se sacrifiquem é dever de todos os explorados.<sup>202</sup>

Muito do pensamento do *A Plebe* direciona a responsabilidade pelos pontos de desigualdade e falta de cumprimento das leis aos meios de produção, além dos donos, chamados de capitalista, isso muito tem a ver com a própria cooperação do Estado, enquanto regente da sociedade, segundo o próprio jornal, transformando assim os movimentos grevistas além dos portões das fábricas, buscando agora transformações sociais também, que acabem por auxiliar e melhorar a vida do operariado na cidade de São Paulo.

Torna-se importante ressaltar que, a todo momento, *A Plebe* está preocupada com que o operariado consiga entender o sentido da luta e não somente enriquecer em número, há certa preocupação que cada componente do movimento consiga enxergar na sociedade e no seu meio de trabalho os problemas que estão presentes e as constantes desigualdades que são promovidas. Buscava-se enriquecer a luta de dentro para fora, tornando o operariado um crítico, analista e principalmente entendedor de seus objetivos.

---

<sup>201</sup> *A Plebe*, n. 6, ano 2, 1919. p. 3

<sup>202</sup> *A Plebe*, n. 8, ano 1, 1917. p. 2

O próprio jornal exalta a luta social do operariado, descaracterizando a visão imposta por membros da sociedade sobre o movimento e referindo-se a uma luta justa, conquistadora, que, através das greves, o operariado conseguiria se libertar e acabar com a extorsão a qual era introduzido. Para isso, utilizava dizeres de roubo legal ou ilegal, referindo-se ao conjunto de leis do presente momento histórico que, muitas vezes, não traziam em seu plano os direitos trabalhistas.<sup>203</sup>

De certo modo, *A Plebe* promove a construção de um cenário de greve, não sendo uma baderna, ou simplesmente um aglomerado de pessoas, mas sim uma conjuntura social ideológica que está buscando promover direitos não somente para o trabalhador fabril, mas para todos os que estão movendo a engrenagem da economia da cidade de São Paulo. A conscientização neste ponto passa pela demonstração do quanto as greves são importantes para cada trabalhador da cidade, seja ele um operário das fábricas ou um pedreiro, demonstrando que todos têm direitos, pois cada um de sua forma, com seu suor, está movendo a cidade para o progresso. Porém, às vezes, seus direitos são discriminados para o favorecimento daqueles que já usufruem dos privilégios que a sociedade proporciona.

Na busca pela conscientização e união, o jornal se apegou principalmente à demonstração de que o início dessa grande luta que viria a se estabelecer dentro da cidade de São Paulo não era uma luta em que estavam sozinhos e que outros importantes centros do país estavam se rebelando, utilizando o que o jornal chama de “injustiça social” para caracterizar o movimento, cidades como Piracicaba e Rio de Janeiro, estados como Pernambuco e Paraíba, e seus movimentos ativos são mencionados para enfatizar os dizeres expostos em suas páginas.

Figura 17: Manchete, *A Plebe* – 1917



Fonte: Arquivo Pessoal

<sup>203</sup> As primeiras leis trabalhistas do país só começaram a aparecer a partir do ano de 1891, através do decreto n. 1313, pela ação do então Presidente da República do Brasil, Deodoro da Fonseca, que homologou a proibição do trabalho para crianças menores de 12 anos de idade. A partir desse momento, outras leis começaram a surgir no país, anos posteriores, por exemplo, no ano de 1907, o então Presidente da República, Afonso Pena, permitiu por lei a criação de sindicatos, anos mais tarde, mais exato no ano de 1919, através da figura do então Presidente da República, Delfim Moreira, surge a primeira lei trabalhista que indenizava o trabalhador em caso de acidente de trabalho, até chegarmos ao ano de 1943, quando Getúlio Vargas homologou a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Dentro do processo de escolarização e do movimento grevista surgem duas palavras nas páginas do jornal, “unindo-vos”, “instruindo-vos”, podendo ser taxadas como o caminho para alcançar o êxito que tanto é desejado pelo movimento, nenhuma greve, ou qualquer outra ação, conseguiria sobressair, ou conquistar a adesão do operariado, além da paralisação social, se primeiramente não houvesse união física e cognitiva entre aqueles que compunham cada linha do grande movimento, além de haver consciência comum perante a realidade e os desejos futuros.

“É pela instrução que conseguireis adquirir a consciencia de vossa força, de vossos deveres e de vossos direitos.”<sup>204</sup>, a força do coletivo se mantém crescendo, porém nem a força e, muito menos, o grande número de integrantes conseguiriam fazer a revolução necessária, se não houvesse um pensamento coletivo, o que chamamos de consciência de classe, e assim o jornal se apresenta como aquele que libertaria cada trabalhador que tomasse consciência ou promovesse a leitura de suas páginas, como é denominado “libertário”.

De certa forma, a greve, segundo o próprio jornal, torna-se o ato na última esfera, quando não há mais diálogo, quando não há mais respeito, há então uma única forma de se fazer ouvir, de incomodar, de chamar atenção da própria sociedade para a realidade em que está envolvida e não consegue enxergar os absurdos que estão sendo cometidos por aqueles que deveriam zelar pela prosperidade e cuidado da sociedade.

O processo até chegarmos às greves é visto, por Gomes, como muito complexo, não pela adesão operária que de certo modo vinha acontecendo gradativamente ano após ano, mas pela realidade social enfrentada pelo movimento. Estamos falando de uma sociedade que ainda respira os resquícios da escravatura no Brasil, que compartilha e vive culturas escravagistas e, principalmente, mantém governos oligárquicos.

O próprio estado se sustentava em leis que asseguravam a liberdade de repressão em todos os momentos em que a conjuntura governamental se sentisse ameaçada pelas ações de sua sociedade, fossem reuniões, manifestações e, até mesmo, greves, podendo, assim, o estado intervir e utilizar da força para dissolver toda e qualquer afronta à estabilidade da ordem pública.

“V) O direito de associação e de reunião é apenas limitado pela necessidade da manutenção ou restabelecimento da ordem pública”<sup>205</sup>, isto é, o Art. 57, alínea f, inciso V, da Constituição Estadual de São Paulo, do ano de 1891, legitima todas as ações dentro da cidade

---

<sup>204</sup> *A Plebe*, n. 124, ano 5, 1921. p. 2

<sup>205</sup> <https://www.al.sp.gov.br/leis/constituicoes/constituicoes-antiores/constituicao-estadual-1891/> - Acesso em: 11/10/2022

de São Paulo ou do Estado de São Paulo, permitindo, de certa forma, as manifestações sociais, desde que essas não afligissem a ordem pública pré-estabelecida pelo governo em vigor.

Por outro lado, a Constituição Federal do Brasil, de 1891, preconizava no Art. 72, da secção II, parágrafo 12, o livre direito de se manifestar perante a realidade vivida em sua sociedade, podendo haver de simples manifestação até greves, desde que os integrantes já estivessem cientes da responsabilidade particular de cada um, pelos seus devidos atos, sofrendo assim as ações impostas pela lei.

§ 12. Em qualquer assumpto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa, ou pela tribuna, sem dependencia de censura, respondendo cada um pelos abusos que commetter, nos casos e pela fórma que a lei determinar. Não é permitido o anonymato.<sup>206</sup>

Dentro do mesmo inciso, em contrapartida, há explícita a proibição do anonimato através de manifestações, o que se pode perceber em diversos textos do jornal, em que muitas vezes o autor não pode ser identificado, ou até mesmo há grande utilização de pseudônimos. Esse anonimato abre liberdade para intervenção do Estado e seus órgãos dentro da circulação e da própria redação do periódico, que acabava por representar o movimento anarcossindicalista na capital.

“Talvez! Mas a policia do Estado de S. Paulo é, também, considerada pelos governantes um pequeno exercito estadual.”<sup>207</sup>, o que Fernandes reflete como organizações sociodinâmicas, em que a sociedade vigente acaba por se organizar e estabelecer moldes culturais a seu favor, em prol daqueles que estão na regência social. Desta forma, utilizando o aparato institucional e governamental para promover ações benéficas sobre interesses próprios, o Estado esquece a maioria e o bem-estar social coletivo.

Uma das instituições utilizadas para resguardar os devidos interesses foi a polícia da cidade de São Paulo, que por vezes se posicionou contrária às manifestações sociais dentro da cidade, repreendendo, oprimindo, prendendo e, em casos extremos, levando indivíduos até ações de exílio. Essas práticas foram identificadas pelo jornal como ações governamentais para o impedimento e, ao mesmo tempo, crescimento do movimento anarquista e social dentro da cidade, pois acabava por clarear as mentes alienadas da massa populacional. Como já apresentado, a própria máquina governamental utilizava-se de aparatos legislativos para promover tais ações.

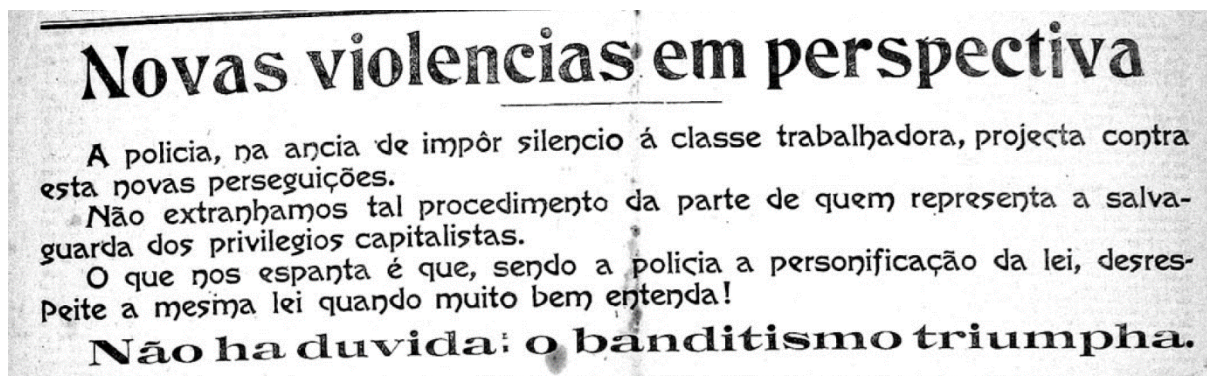
---

<sup>206</sup> <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html> - Acesso em 11/10/2022

<sup>207</sup> *A Plebe*, n. 8, ano 1, 1917. p. 1

“Trata-se de uma forma de dominação burguesa e de articulação da dominação burguesa com o uso sistemático do Estado e do poder político estatal. [...]”<sup>208</sup> Fernandes ainda identifica tais ações contrárias ao movimento como autodefesa do sistema governamental e da oligarquia social, que busca blindar seus interesses e poder das camadas populares, a fim de manter o dinamismo social construído por décadas dentro da sociedade paulistana.

Figura 18: Manchete, *A Plebe* – 1917



Fonte: Arquivo Pessoal

Essa prática de poderes e repressões não foi abandonada com o fim da escravidão no Brasil, mas dentro da República ganhava novas armas e passava a usufruir diretamente do poder, assim utilizando suas atribuições para barrar o crescimento e propagação de qualquer movimento contrário. Assim destaca Gomes:

[...] temos que considerar que esta atividade militante se desenvolveu em uma sociedade que tinha abolida a escravidão há não muito tempo, e que, portanto, as questões sociais eram negligenciadas pelas autoridades e tratada com extrema violência e repressão. Assim, a repressão do governo republicano da época, em um país com tradições autoritárias, diante das reivindicações do movimento operário – organizado contra o patronato e grandes industriais – e de ideais libertários que chegavam junto com os imigrantes, foi intensa e sistemática.<sup>209</sup>

Ao movimento operário coube entender os próprios direitos e buscar a execução e preservação. Entretanto, também coube ao operariado obrigar o Estado vigente a respeitar os presentes princípios. Assim como o próprio jornal explana, as ações governamentais da cidade já não cabiam mais dentro da realidade vivida, e a cada operário era atribuída a obrigação de lutar por cada integrante da classe social que tivesse seus direitos desrespeitados pelas respectivas instituições.

<sup>208</sup> FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008. p. 56

<sup>209</sup> GOMES, Leandro Ribeiro. *LIBERTÁRIOS E BOLCHEVIQUES: A repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira (1917-1922)*. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2012. p. 90

O movimento não é visto como agressor ou como usurpador do poder governamental, mas sim como um questionador de princípios e deveres. Há então a grande revolta ao ver que, mesmo em momentos pacíficos, utilizou-se do estado de forças policiais para reprimir, como assim cita:

Tudo porém, tem os seus limites... Se os potentado não cedem perante as supplicas, nem perante os rudimentares principios do direito, - urge fazel-os ceder perante a força.

Não exprimimos uma ameaça expomos unicamente, com a clareza indispensável, o estado da questão; não pôdem accusar os operarios de perturbadores da ordem, quando esses têm percorrido longamente a via sacra da legalidade.<sup>210</sup>

Muito do que Hobsbawm reflete, identificando como “inseparáveis”, não há uma classe social sem o entendimento do seu verdadeiro significado e sua luta; o historiador britânico define que somente existe a classe social a partir do momento de sua conscientização por meio dos próprios integrantes que a compõe: “Uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias. [...]”<sup>211</sup>

Hobsbawm ainda explica que as consciências de classe existem mesmo antes da era capitalista, quando ainda havia a grande distinção entre oligarquia e camponeses, e quando chega dentro do capital a falta de consciência de classe se transforma na arma do próprio sistema, preserva-se de certo modo a consciência para aqueles grupos que comandam a sociedade e subtraem da grande camada populacional, para haver submissão e alienação aos desejos da burguesia.

Por outro lado, como o próprio Marx explana, mesmo com todos os empecilhos e lutas promovidas na modernidade pela classe trabalhadora, há necessidade, por parte do capital e da burguesia, de que haja a existência da classe trabalhadora, pois está interligada diretamente com a produção e consumo. É neste ponto que, de certo modo, o jornal identifica como necessária além da forma de protesto nas ruas de São Paulo, que haja meios mais efetivos, por exemplo até mesmo o fim do consumo de itens identificados como produzidos através da exploração do trabalhador.

Isso se tornou uma das inúmeras maneiras criadas pelo próprio jornal na prerrogativa de mostrar para o trabalhador a verdadeira face de sua vida em sociedade, e o quanto acabava por ser explorado dentro e fora de seu meio de trabalho, indo até mesmo dentro de seus lares. A consciência operária, até mesmo por aqueles que entendiam o movimento, resumia-se em uma grande e errônea exploração dos donos dos meios de fabricação, dentro do próprio sistema

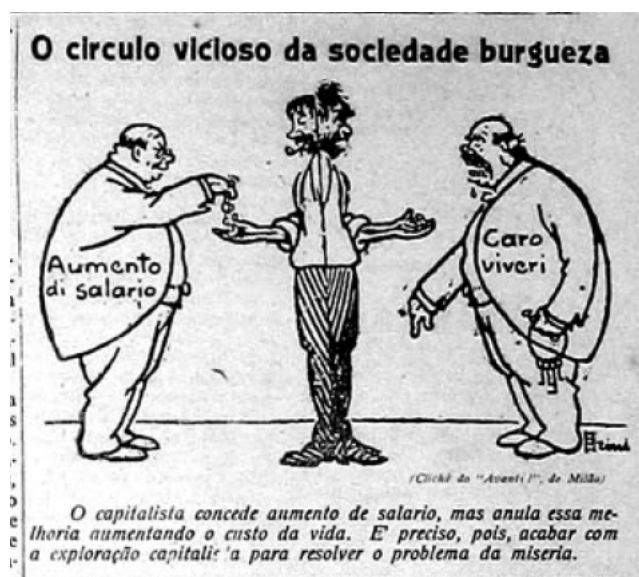
<sup>210</sup> *A Plebe*, ano 1, n 18, p. 1 - 1917

<sup>211</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 36

fabril, sendo ali o eixo da engrenagem a ser quebrado. Entretanto, o jornal pôde demonstrar e conscientizar os trabalhadores de que a alienação é identificada além da promoção de trabalhos em vias direta, alastrando-se pelo principal ponto do capitalismo, o consumismo, que o próprio Marx definira como essencial para a existência do capital.

O consumismo, como já foi exposto anteriormente, é um dos pilares de crítica do movimento perante a existência e vivência da classe trabalhadora na cidade, identificado como aquele que gera os lucros para os donos dos meios de produção e proporciona, assim, grande enriquecimento monetário, de forma que avança ainda mais tanto a desigualdade social como a exploração da classe trabalhadora. O princípio de boicote tem por objetivo desestabilizar o setor industrial e trazer prejuízos, para que a partir do momento que houvesse o sentir nos lucros, criasse certo olhar por parte dessa burguesia industrial, a grande massa que produzia e consumia seus produtos.

Figura 19: Charge sobre a vida em sociedade



Fonte: Arquivo Pessoal

“Em nome das idéas, que nos são caras, nós queremos chamar esses camaradas inertes à actividade fecunda. A tarefa de preparação das massas é imensa e não poderá ser levada a cabo sómente pelo esforço de meia duzia [...]”<sup>212</sup>, então, há o reconhecimento por parte do movimento da importância e entrega de cada operário nas lutas que foram e que seriam promovidas, principalmente na conscientização de colegas do meio fabril, porém há

<sup>212</sup> *A Plebe*, n. 121, ano 5, 1921. p. 1

necessidade de fazer despertar os interesses daqueles que estavam de fora, ou mantinham-se neutros dentro do movimento.

Há o entendimento e o desentendimento por parte do jornal, de certa forma, em relação às necessidades e argumentações utilizadas pelos trabalhadores para não aderirem às ideias explanadas em cada página, por vezes como apresenta: “Já sabemos das mil desculpas e evasivas... Este tem uma família enorme, dez filhos, a mulher, a sogra, uma cunhada viúva, [...]. Este outro sente-se cansado e fatigado [...]”<sup>213</sup>, ou seja, há compreensão por parte do jornal dos próprios deveres que a sociedade apresenta, por outro lado, há também a cobrança pela luta coletiva, na qual se identifica que não será meia dúzia que mudará por completo uma realidade social, mas sim um grande coletivo.

O jornal pretende proporcionar a uma parte desse coletivo a consciência de sua realidade, e a partir deste momento espalhar pelas ruas da cidade e pelos seus meios sociais todas as ideias e dizeres do movimento, para haver uma grande comoção, conseguindo, assim, novos integrantes à causa, que ao final conseguirá transformar não a realidade de um coletivo que se omite, mas sim o coletivo atuante. Justamente é esse exato ponto de transformação: o cuidar e pensar uns nos outros.

Assim, o jornal tenta quase sempre retirar a consciência individual, plantar e fazer crescer a consciência coletiva, nunca eu ou você, sempre nós, a pluralidade trabalhada pelo jornal visa principalmente “acender” nos corações daqueles que são denominados como “inertes” o desejo e afeto pela causa e, principalmente, pelos seus companheiros de classe. A pluralidade não se apresenta como um fato isolado perante tantos outros aqui citados, mas vem da própria raiz do movimento anarquista, que busca uma ação coletiva de todos os cidadãos da sociedade em questão, para que eles, em determinado ponto, governem-se, ajudem-se e se auxiliem mutuamente, para a promoção de um bem-estar coletivo, sem haver, assim, um governo central e autoritário, mas sim plural e coletivo.

---

<sup>213</sup> *A Plebe*, n. 121, ano 5, 1921. p. 1

Figura 20: Convite para reunião do *A Plebe*

Fonte: Arquivo Pessoal

Através dessa publicação, torna-se perceptível a busca pela integração do operariado, daqueles que compactuavam com os pensamentos anarquistas, nas tomadas de decisões do jornal, atribuindo, assim, o poder de certas decisões sobre o futuro do movimento e, principalmente, as suas ações. Há uma invertida de papéis, trazendo o objeto, centro do movimento, para dentro das tomadas de decisões, para que, de fato, os presentes conseguissem se enxergar como parte importante e, principalmente, a atribuição de liderança para ser executada fora das paredes da redação. O processo de esclarecimento, transparência e participação pode ser percebido nos constantes convites, prestação de contas, organização de eventos particulares do próprio jornal, assim por diante, como exemplos de ações que podem ser observadas sendo estreitadas entre instituição e o cidadão.

Afinal, o próprio jornal vivia e lutava contra uma sociedade que era excludente e fechada aos próprios cidadãos. De certo modo, essa abertura que o jornal se propôs a executar, criando um vínculo próximo entre leitor e escritor, pôde assim ganhar muitos leitores e, principalmente, participação, quando o operário se viu não como peça de um jogo, mas sim como jogador.

Um dos grandes exercícios utilizados pelo periódico era a organização e conscientização por atos pacifistas que atingiriam o pulsar das ações da burguesia paulistana. Um desses grandes atos ocorreu no ano de 1919, mais especificamente no dia 1º de maio, data que anos mais tarde seria reconhecida e comemorada como ‘dia do trabalhador’, incentivando para que todos os trabalhadores da cidade de São Paulo não comparecessem aos seus postos na presente data, como demonstração de protesto aos abusos sofridos em seu vínculo empregatício. Como é exposto nas páginas do periódico no ano de 1919:

[...] appello ao operariado paulistano para que no dia 1º de Maio não compareça nas fábrica nem nas oficinas, de modo a dar à manifestação projetada um ato significativo moral que faça vêr a disposição em que o mesmo se acha de lutar no sentido de deixar de ser mais burro de carga.<sup>214</sup>

“Enfim, o 1º de Maio terá em S. Paulo, este anno, uma consagração condigna e de accôrdo com a relevante importancia do momento historico que atravessamos”<sup>215</sup>, e diversos movimentos operários dentro e fora da cidade de São Paulo ecoaram a chamada transmitida pelo jornal, em que se pôde perceber grande organização do operariado em promover manifestações naquela data, para que houvesse a chamada de atenção do estado em vigor e ainda mais dos donos dos meios de produção de cada localidade para as instabilidades e inseguranças vividas dentro do meio fabril.

A data de 1º de maio tornou-se muito importante ao longo da construção da vida do *A Plebe*, a qual passou a representar tanto um momento de paralisação, como forma de protesto, assim como o dia específico utilizado por diferentes movimentos que estavam ligados aos trabalhadores para fazer ecoarem suas reivindicações pelas ruas da cidade. A data foi utilizada para conscientizar e principalmente lembrar aqueles que deram suas vidas em prol à causa, para que os novos integrantes se espelhassem nas lutas do passado para modificarem o presente e o futuro.

“Hoje o 1º de maio não é do primeiro de maio. É de todos os dias, de todas as horas”<sup>216</sup>, revelando que o processo de introdução da data perante o *A Plebe* marcou as raízes do movimento, sua origem e causa, até a chegada no momento histórico, sua importância e significado para as lutas da atualidade. Há descaracterização de que a luta social empregada não deveria ocorrer somente na data específica, mas diariamente, cada dia do trabalhador assalariado perante sua função no sistema deveria se tornar um 1º de maio, arrebanhando cada vez mais novas cabeças para a causa.

<sup>214</sup> *A Plebe*, n. 9, ano 2, 1919. p. 3

<sup>215</sup> *A Plebe*, n. 9, ano 2, 1919. p. 3

<sup>216</sup> *A Plebe*, n. 115, ano 5, 1921. p. 2

Figura 21: Anúncio das festividades do 1º de Maio



Fonte: Arquivo Pessoal

A luta se demonstrava como necessária, não poderia haver mais argumentos, esperas ou qualquer outro tipo de empecilhos; o operariado deveria tomar as rédeas da luta social, combater todo e qualquer abuso sofrido, manifestar-se, dar opinião, defender aqueles que se demonstrassem frágeis. Havia a necessidade de acabar com as intolerâncias e injustiças presentes na sociedade paulistana.

A transmissão além das palavras escritas, as muitas conotações e pensamentos expressos pelo jornal, pode ser percebida principalmente através da utilização de elementos gráficos pelos quais a ação era caracterizada, a brutalidade e, principalmente, a construção de um imaginário. Assim como pode ser percebido, na charge abaixo, a ação operária sendo demonstrada diretamente através da sobreposição do operário sobre o burguês/governante que antes subjugava a classe, que hoje está promovendo a revolução.

A utilização de elementos gráficos, como já discutido no segundo capítulo, torna-se base para alcançar alguns grupos que se encontravam excluídos da sociedade, revela as próprias transformações vividas pela sociedade paulistana, os elementos gráficos chegaram até às redações da cidade com as próprias transformações tecnológicas ocorridas na época.

As transformações promovem uma grande melhoria nos elementos gráficos de cada jornal, destaco o caso do *A Plebe*, que pôde modernizar e desenvolver sua tiragem, podendo assim baratear seus exemplares para que houvesse maior aquisição por parte de seu público-alvo, que por vezes devido aos altos custos não podia ter acesso às informações e manchetes do presente jornal, dentre outros. A partir do momento em que há o barateamento, assim como a implementação dos elementos gráficos, Martins e de Luca identificam o princípio da criação da

grande comunicação em massa, que pôde facilitar o acesso dos cidadãos, assim como seu entendimento. Como explicam:

Nesse período de transformações, a imprensa conheceu múltiplos processos de inovação tecnológica que permitiram o uso de ilustração diversificada – charge, caricatura, fotografia -, assim como aumento das tiragens, melhor qualidade de impressão, menor custo do impresso, propiciando o ensaio da comunicação de massa.<sup>217</sup>

O elemento gráfico abaixo pode ser observado como uma das grandes representações gráficas do jornal, a partir do momento em que demonstra um homem, o trabalhador, cortando a árvore que representa a sociedade autoritária em que vive. Por esse ponto, é possível a percepção da prerrogativa de demonstrar que o homem, enquanto cidadão, tem por dever cortar os males da sociedade e replantar uma nova organização social.

Figura 22: Derradeiras Machadadas



Fonte: Arquivo Pessoal

*A Plebe* traz consigo dilemas, frases, iniciativas, como pensamentos sobre a morte ser mais valiosa enquanto liberto do que escravo; esse processo pode ser analisado como semelhante aos fatos ocorridos durante o próprio processo de libertação dos escravizados africanos em diferentes partes do mundo e, propriamente, no Brasil. O próprio jornal considera a situação em que a classe social em questão assemelha-se aos moldes vividos e executados na sociedade escravagista até o século XIX, já que a falta de liberdade de expressão, assim como os direitos renegados, faziam-se pilares dessa antiga sociedade.

<sup>217</sup> MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 83

Por outro lado, algumas ações expostas foram até mesmo apoiadas ou não percebidas por parcelas da classe operária; muito se considera a grande alienação promovida pelas instituições que estavam ligadas ao governo social. É perceptível que as próprias intolerâncias e a rejeição vêm do não entendimento da realidade em que estão inseridos, assim como a própria falta de conhecimento perante às novas ideologias que se apresentavam na capital, haja vista que essas sempre eram taxadas como impróprias, inimigas do povo e usurpadoras.

“Desde então, o anticomunismo configurou-se como tema frequente [...]”<sup>218</sup>, e a introdução do ensinamento anticomunista na sociedade paulistana fez configurar significado perante às ideologias emergentes, que se posicionavam contra os pilares sociais. Assim, os próprios ensinamentos que os movimentos operários e os meios de comunicação, como o *A Plebe*, vinham tentando construir ao longo do tempo esbarravam principalmente na resistência da classe contra as novas ideologias.

Configura-se como presente desde o começo do século XIX, dentro da política brasileira, a ideologia anarquista, a qual é vista como aquela que promoveria mudanças drásticas em uma sociedade já estruturada, como explica Alexandre Samis: “[...] o anarquismo assume simultaneamente, para alguns, o papel de promotor da revolução e, para outros, de perturbador da mesma.”<sup>219</sup> A presente ideologia, juntamente com outras, como o socialismo, torna-se refém de políticas antigas, e ainda presentes no seio social, que ao longo do tempo se firmou com poder e hierarquia, solidificando-se.

A nova ideologia acaba por criar não somente o não aceite, mas uma grande barreira para o consumo deste periódico nos lares operários e nas fábricas, abrindo espaço para a contínua ação tanto dos burgueses donos das fábricas, como a classe elitizada que acabava por prorrogar sua dominância social e cultural sobre a mesma sociedade.

O radicalismo criou duas frentes, a primeira que pode ser vista como válida pelas incitações e criação de sentimentos de classe dentro do operariado de São Paulo, que necessitava desse entusiasmo e revolta, para que conseguisse perceber as ações que estavam à sua volta e ganhar voz, por outro lado, o radicalismo anarquista acabou por afastar diversas ramificações desse operariado, principalmente por não concordar com diversos pontos nos quais se apoiava o presente. Assim como enaltece Ilka Stern Coben:

A predominância do anarquismo nas duas primeiras décadas do século XX configurou a mobilização operária em torno da defesa de seus interesses utilizando a greve como principal instrumento de luta. Esse princípio, entretanto, não garantia o consenso

---

<sup>218</sup> MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 124

<sup>219</sup> SAMIS, Alexandre. Os matizes do sentido-anarquismo, anarquia e a formação do vocabulário político no século XIX. São Paulo: *Revista Verve*, n. 2, 2002. p. 48

quanto aos métodos de organização da classe. Sobre esses temas comuns, as divergências corriam por conta de propostas de encaminhamento do movimento, que ao longo do tempo se desdobraram em tendências mais ou menos radicais no âmbito da chamada esquerda.<sup>220</sup>

Fausto ainda caracteriza como de extrema importância o papel da imprensa na sociedade que se encontrava em construção perante grande recessão econômica, que acabou por atingir diretamente o operariado. Por outro lado, o autor ainda relata em seus estudos que o anarquismo, como ideologia implementada no Brasil, não buscou promover grande revolução, mas sim constituir no imaginário e no pensamento do operariado o movimento o qual se autodenominou “libertário”.

De certo modo, isso acabou até mesmo dificultando a propagação socialista dentro da classe social, não proporcionando meios para que houvesse a revolução necessária e, conseqüentemente, a desconstrução do sistema social vigente. Como o próprio Fausto caracteriza, utilizando a nomenclatura de Gramsci, “capitães sem exército”<sup>221</sup>, vem ao encontro da pequena liderança que havia se comprometido com a causa, mas que não conseguia arrebatar números suficientes de operários empregados pela causa para promover as revoluções e mudanças propostas.

O presente caso, quando visto pela perspectiva do jornal em análise, percebe uma casa anarquista, em prol da sociedade, dependente de “meia dúzia” de pessoas, que se desdobram para conseguirem assinantes, assim como componentes para as linhas de frente do movimento, do mesmo modo que não há de imediato a composição do “exército” revolucionário, para alcançar os objetivos propostos. Há muita dificuldade nesse arrebatar, principalmente quando nos deparamos com uma classe social operária muito resistente e apegada a valores.

*A Plebe* necessitava adentrar no que acreditava ser seu reduto, as fábricas da cidade de São Paulo, onde grande parte do operariado passava a maior parte do seu dia, e onde se constituíam as principais relações sociais. As fábricas eram vistas como a porta para a consciência social, pois, ali, além das próprias relações sociais que eram enaltecidas e arrojadas, constituía-se um cenário ideal de demonstração de desigualdade e exploração.

“Os conflitos entre patrões e operários variavam de intensidade, e qualquer sinal de perigo para a ordem era combatido com a invasão das pequenas oficinas de tipografias, destruição das máquinas e apreensão dos impressos”<sup>222</sup>, sendo tais ações criminosas como, até

<sup>220</sup> MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 122

<sup>221</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 125

<sup>222</sup> MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 124

mesmo, asseguradas pelo sistema judiciário brasileiro vigente na época, como já retratado anteriormente quando alguns grupos de controle social acabavam por reprimir as ações midiáticas, como traduzem Martins e de Luca, por outro lado, o periódico anarquista buscava respostas em ações diretas.

Tais acontecimentos traduziam-se em ações indiretas como destruição, ou até mesmo ocupação, um sistema de boicotagem desenvolvido que, como o próprio jornal trazia em suas páginas, buscava enfraquecer o capital das referidas indústrias que desacatavam os simples direitos dos operários. Tentava-se por concreto manter a estabilidade e união da classe, resistindo a todo e qualquer assédio que houvesse de grupos superiores, como os burgueses, donos dos meios de produção; relatos foram explanados sobre as tentativas de corromper e desestabilizar a presente luta, como o expressado pelo jornal: “As mãos cheias de dinheiro que mandou distribuir em meios onde imaginou poder encontrar a corrupção...”<sup>223</sup>

Fausto propaga o pensamento que nem a sociedade, o Estado ou qualquer outro grupo social pode ignorar as transformações nos movimentos sociais, como faziam anteriormente, principalmente a partir do momento em que a pauta do movimento passa a incluir muitas questões sociais, que se apresentavam como necessárias e “suplicavam” por mudanças. Reinvidicações e propostas passaram a ser integradas em interesses políticos, de fato, o movimento que buscava *a priori* a simples compreensão de cada operário, agora se consolidava dentro da sociedade paulistana.

O crescimento da classe operária e sua solidificação na sociedade paulistana vem dos respectivos adventos do crescimento populacional, assim como das próprias medidas governamentais, como Fausto explica, medidas em governos oligárquicos foram fundamentais para a presente expansão: “O presidente eleito Rodrigues Alves [...] defendeu em entrevista a necessidade de aperfeiçoar a legislação trabalhista”<sup>224</sup>, mesmo que de forma moderada e não tão abrangente nos respectivos direitos, a presente declaração e a atitude posterior acabam por dar bases ao crescimento do movimento.

*A Plebe*, desta forma, no início da década de 1920, traçou seu caminho na busca por criar/formar um grande comitê operário dentro da cidade de São Paulo, denominado como comitê de combate, no qual fossem atribuídas funções bairristas, identificando problemas em cada região da cidade, denunciando abusos, seja dentro dos meios fabris, ou até mesmo na

---

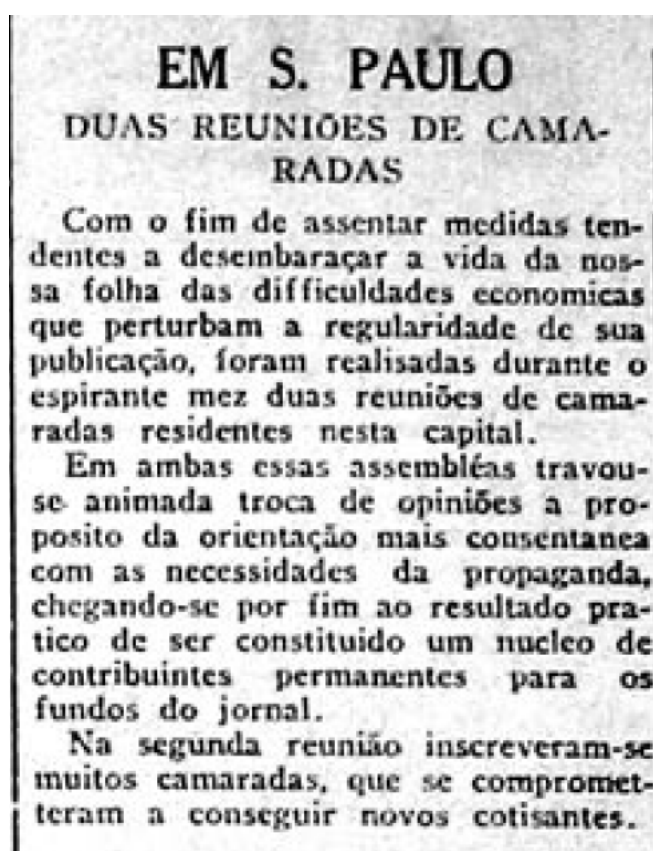
<sup>223</sup> *A Plebe*, n. 2, ano 3, 1919. p. 1

<sup>224</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 246

questão dos aluguéis de moradia, passando assim a existir uma única fala, uma única ação, em grande conjunto.

Essa busca pela comoção e adesão passa muito pelo relato experimental, vivido por aquele que esteve fora dos primeiros passos do movimento, no ano de 1917, desacreditado em vitória, em propagação e em luta justa, mas que criou consciência, aprendeu sobre as causas, e pôde assim ver que o único meio para haver mudanças seria através do presente movimento, que estabelece grande luta pela causa operária.

Figura 23: Para que “A Plebe” viva e se desenvolva



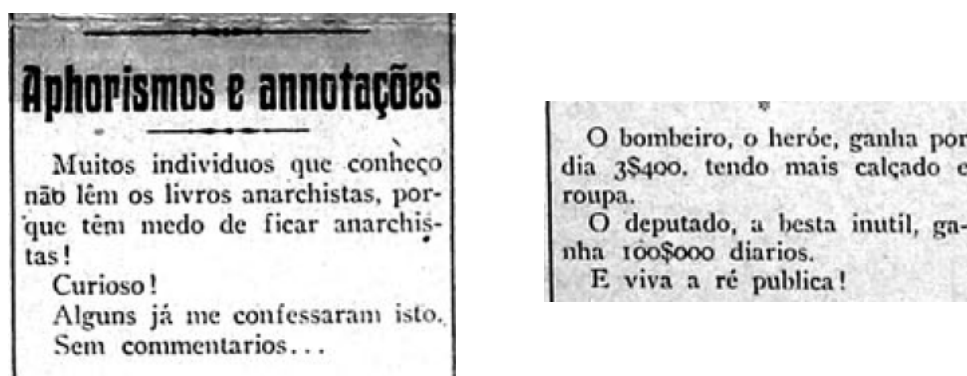
Fonte: Arquivo Pessoal

No ano de 1921, com a retomada massiva das publicações do jornal *A Plebe*, o periódico passou a intensificar seus dizeres diretamente ao operariado, buscando a adesão de seus componentes em prol da propagação dos ideais cada vez mais crescentes, por intermédio dos meios jornalísticos, folhetins, boletins, impressos, dentre tantos outros, para que desta forma houvesse grande convocação operária, buscando a discussão dos ideais do movimento anarquista e, principalmente, a apresentação das realidades vividas por cada operário, dentro do contexto.

Entretanto, quando falamos de propagação de ideias e pensamentos praticados pelo jornal, podemos concluir que se fazia valer e prevalecer um único e absoluto pensamento ideológico para a classe operária, logo discriminando todos os que não aderissem aos propósitos. A presente conclusão se apresenta de forma errônea, pois um dos princípios ideológicos do jornal sempre foi a palavra “diálogo”, em que se buscou a todo momento a promoção de reuniões, referendos, discussões ou qualquer outro tipo de debates, que tinham por objetivo ouvir as opiniões do operariado, apresentar as ideias e propostas do movimento e, por fim, chegar a um senso comum que fosse de grande valia para todos.

No caso, o presente estudo foca nos limites fronteiriços da cidade de São Paulo, porém podem-se perceber ações conjuntas do movimento operário, no mesmo traçado linear, em outras localidades apresentadas pelo próprio jornal, como no interior do Estado de São Paulo, assim como em cidades como o Rio de Janeiro e Curitiba. Desta forma, pôde-se construir uma grande rede de comunicação operária, que compartilhava de ideias e, principalmente, apresentava acontecimentos repressivos contra a causa e luta social, constituindo assim uma grande rede de ideias e denúncias.

Figura 24: Aforismo e Anotações



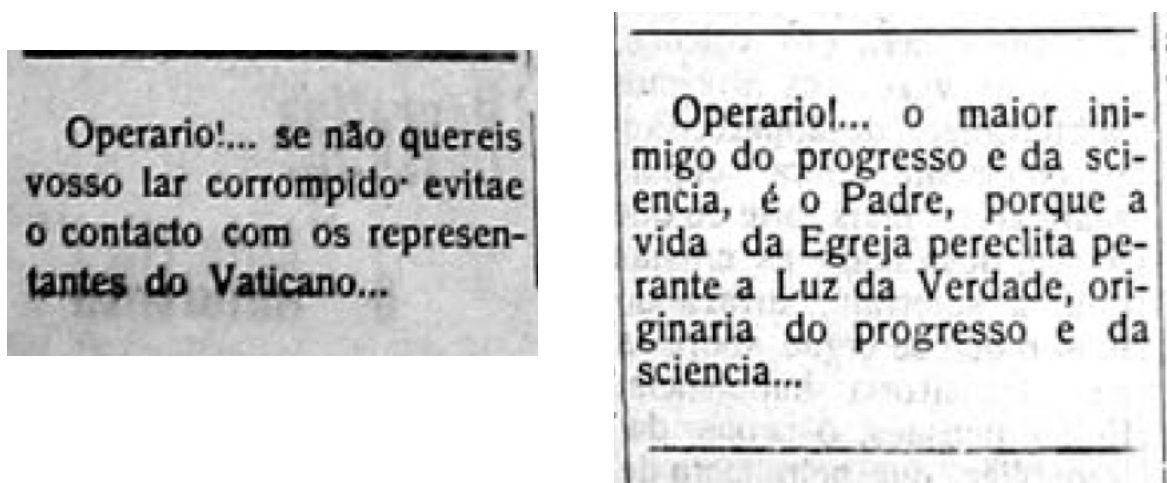
Fonte: Arquivo Pessoal

O medo sobre a ideologia anarquista, seus efeitos e causa faz parte de muitos operários, principalmente pelo próprio processo de alienação que o Estado causa, taxando como movimentos que iriam destruir, prender e roubar a sociedade. Entretanto, há tentativa de desconstrução através da apresentação principalmente de dados, demonstrando que a luta anarquista visava corrigir um grande erro que continuava a se propagar na sociedade. Como exemplo, a quantia exorbitante que funcionários públicos ganhavam, um Deputado com salário de 100\$000 réis diários, fazendo refletir o operariado sobre quanto cada trabalhador ganhava

por dia para executar funções dentro da indústria que movia a economia da sociedade, e o quanto isso lhes custava, quando falamos de poder aquisitivo e melhoria de vida.

Porém, para *A Plebe*, não somente o estado e seus funcionários são os grandes culpados dessa desigualdade eminente dentro da sociedade paulistana, não somente os altos salários e toda a repressão vivida. Um dos grandes pilares de toda essa vivência desigual, para o jornal, encontra-se dentro da instituição clerical, chamada Igreja Católica, identificada como semeadora de alienação e propagação de ideias do governo em vigência para constituir um rebanho sem voz e ação perante aqueles que se dizem seus “pastores”.

Figura 25: Declamações contra a instituição clerical



Fonte: Arquivo Pessoal

Seguindo a perspectiva exaltada pelo jornal, Prado Jr. define os meios de comunicação como um dos pilares mais importante na construção da sociedade brasileira, em que seu desenvolver é acompanhado de perto pelos presentes meios, além de partirem deles a retratação da sociedade em questão e as vivências ocorridas por ela. No periódico *A Plebe*, a presente definição o caracteriza, uma vez que o jornal acompanhou o desenvolver da sociedade paulistana, claramente direcionado à classe operária, e conseguiu observar seus arredores e principalmente pôde retratar a realidade presenciada por cada integrante social.

Por concreto, *A Plebe*, mesmo com suas desvantagens ideológicas, quando pensamos em repressão e opressão, conseguiu o advento de reter uma classe operária já fixa em solo paulista, ocupando seu lugar. A maior problemática neste primeiro processo é justamente o convencimento de cada operário ou grupo operariado para adentrar, unir e lutar pela causa anarcossindicalista, que justamente era o princípio básico do movimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A Plebe* é um jornal que em muito ainda irá inspirar outros pesquisadores, como historiadores, sociólogos, dentre outros, a olharem suas páginas e a partir delas traçar um panorama de como se organizou a luta sindical. Se por um lado esse grupo é visto como excluído, por outro lado, o jornal demonstra que é atuante e participante ativo da sociedade paulistana e brasileira.

No primeiro capítulo, procurei demonstrar o crescimento populacional da cidade de São Paulo, e a quantidade de operários em 1.922 de 637.000 não deixa dúvida da complexidade de relações que ali podem ser vistas e analisadas pelas mais diferentes perspectivas, como por exemplo o crescimento das indústrias instaladas em São Paulo. Não obstante a esse crescimento, os problemas, conforme a pesquisa demonstrou, também evoluíram ao mesmo passo, como a desigualdade social, a qual, ainda remetendo ao Brasil do passado, se torna uma terra de oportunidades quase nulas ou nulas para os que estão marginalizados dos grandes salões do café, alvo de debate dentro do jornal *A Plebe*.

A análise da construção dos operários de São Paulo se apresenta como uma trama intrincada, uma vez que engloba tanto indivíduos libertos da escravidão quanto imigrantes europeus que trouxeram consigo suas próprias culturas. Estes dois grupos frequentemente se chocavam com outros brasileiros, visto que suas realidades sociais diferiam consideravelmente. Diante dessa complexidade, a ausência de coesão entre os trabalhadores permitiu que concepções heterogêneas tumultuassem o ambiente operário, transformando-se assim em uma rota mais viável para o estabelecimento de dominação sobre esses marginalizados. Aqueles que constituíram essa nova comunidade já ingressaram com as distintas marcas de suas origens originais, como se vê expresso pelas observações do professor Darcy Ribeiro acerca da comunidade negra.

As classes dominantes, por sua vez, utilizaram-se dessas relações complexas para que assim pudessem demarcar, tanto para negros quanto imigrantes, o *modus operandi* de como formava-se essa organização, fato demonstrado na pesquisa de algumas fazendas de café tentarem impor aos imigrantes situações muito parecidas com a dos ex-excravizados, sendo inclusive motivo para que a própria Itália suspendesse a imigração para o Brasil.

A cidade de São Paulo tornou-se vitrine desse processo de industrialização que começava a ocorrer no Brasil. Empresários como Matarazzo e Martinelli se utilizaram dessa mão de obra, ainda que não instruída, para o desenvolvimento de suas indústrias e esse processo contribuiu muito para o aumento das desigualdades em São Paulo, levando à criação de “bairros

de operários”.

Neste sentido, com a expansão do operariado, novas ideias começaram a chegar para esses trabalhadores que passaram a questionar e a organizar-se em movimentos sociais.

No segundo capítulo, realizei uma contextualização histórica sobre o jornal *A Plebe*. Para isto, utilizei-me da relação entre História e Imprensa, trazendo um breve contexto do surgimento e desenvolvimento da imprensa na cidade de São Paulo. Como demonstrado, a cidade se transformou pelas palavras e folhas de cada periódico que nascia na capital, sendo o principal objetivo em relação aos jornais como *A Plebe* construir uma identidade baseada em sua ideologia, buscando assim unificar os operários em prol de sua luta.

A relação da imprensa paulistana não está dissociada da própria História da Imprensa no Brasil. Ainda que muitos dos periódicos surgidos nesse período do século XIX sejam de certa forma a voz da elite paulista, periódicos como *A Plebe* surgiram como espaços para que ideias de cunho divergente ao pensamento dessa elite pudessem ser exploradas. A introdução da tecnologia permitiu que esses jornais pudessem de fato ganhar corpo e dessa forma se constituírem como tal, pois o processo de constituição da informação e a impressão puderam tornar real a distribuição e a chegada às mãos de cada leitor. Os debates dentro destes “novos jornais” foram constantes nos embates ideológicos e sociais e fizeram-se presentes durante sua circulação em São Paulo.

O surgimento d’ *A Plebe* nesse contexto tem como fito a união das ideias e anseios que o grupo de operários desejam e, nesse contexto, desagua nos meios fabris de São Paulo, onde as notícias e discursos tornam-se presentes em cada página que publica visando ao entrelaçamento da ideologia anarquista e de seus editores. *A Plebe* não foi o único jornal do século XIX, há o surgimento de outros periódicos de cunho anarquista e que demandavam “as lutas” e reformas que precisavam ser feitas, entretanto, o que o torna diferente dos demais é o destaque de ser um dos principais jornais com essa ênfase e pelo impacto que gerou na sociedade paulista; olhar para este jornal nos traz as concepções das ideias defendidas no momento.

*A Plebe*, como outros jornais, teve que se adaptar ao seu público, seu surgimento acontece no ano de 1917 à véspera das “Greves Gerais”, utilizando textos curtos e imagens na transmissão de suas ideias, pois a vida dos operários não permitia que pudessem ler jornais extensos, como em outros periódicos e outros públicos. Um jornal anarquista se baseava em três pilares, sendo eles a “arte pela situação”; “escritor rebelde” e “entre o caos e a revolta”, motivo pelo qual o uso de charges foi constante neste jornal, sendo elas utilizadas como “simbolismo” para traduzir o verdadeiro significado que se constitui no próprio imaginário de

cada ser. Ainda que o jornal se utilizasse desse meio, ele jamais abandonou a pauta da educação como fonte transformadora da sociedade, algo encontrado também no jornal *A Lanterna* quando ainda Edgard Leuenroth atuava, não podendo os dois serem confundidos como sendo jornais do mesmo meio, pois enquanto *A Plebe* se constitui como um difusor de ideias anarquistas, *A Lanterna* tem cunho anticlerical.

Edgard Leuenroth é destaque nesta pesquisa, pois sua trajetória se confunde com o próprio jornal, sendo que ele buscava através das páginas trazer a defesa pela liberdade de expressão e a luta pela justiça social. Sua contribuição para imprensa na cidade de São Paulo é imensa, tendo passado por inúmeros destes periódicos, com destaque para *A Lanterna*, junto com Benjamin Mota, e o próprio *A Plebe*, objeto de estudo do presente trabalho. Ele participou do Congresso Operário Brasileiro, tendo mudado de posição ideológica entre o primeiro e o segundo congresso, saindo de socialista para anarco-comunista. Sua participação foi tanto através destes jornais como nas lutas presenciais dos movimentos, fornecendo desta forma os instrumentos para que pudesse transcrever nas páginas os anseios do grupo de operários. Devido à sua prisão, o jornal *A Plebe* foi empastelado e retirado de circulação durante um período, mas sem antes perder sua acidez nas críticas ao governo no dia da prisão de Leuenroth. *A Plebe* foi proibida de circular na cidade São Paulo e assim ficou restrita há um pequeno grupo de pessoas.

No terceiro capítulo, realizo a análise do periódico na luta de classes e como ele se comporta diante das situações que presencia e de que modo questiona como elas podem ser solucionadas. É interessante verificarmos que há uma consciência por parte dos pesquisadores que a classe operária dos anos d'*A Plebe* carecia de um despertar do sentimento revolucionário; esta questão é vista devido a um desencanto com as ideias do movimento e ainda pelo fato de muitos enxergarem as lutas como inviáveis diante de escolhas, como aderir a uma greve ou manter os poucos empregos existentes.

A leitura do jornal *A Plebe* possibilitou à classe de operários conhecer os pensamentos anarquistas e também compreender a realidade vivida por muitos deles dentro da sociedade, contribuindo para que houvesse uma conscientização, interpretação e constituição cognitiva das massas. A imigração, embora tenha contribuído com a emergência de mão de obra no Brasil, também contribuiu para que ao longo do tempo esses grupos de imigrantes aliados aos trabalhadores aqui presentes fossem estabelecendo laços e relacionamentos, assim pensando de certa forma em melhores condições de vida. Os anarquistas, então, procuraram uma maneira de desenvolver as classes operárias através da educação, na qual se buscava a instrução deles.

É neste momento que presenciemos as duas temporalidades que o jornal *A Plebe* terá, a primeira entre os anos de 1917 até 1920, e a segunda entre os anos de 1921 até 1924, sendo a

primeira no momento do nascimento do movimento, e a segunda com o trabalho de unir uma grande parcela da classe trabalhadora. No primeiro momento, vemos que o jornal está preocupado com o estabelecimento das ideias anarquistas, inclusive enfatizando o lema de que o “Estado faluiu”; já no segundo, há uma preocupação com a educação e instrução da classe trabalhadora, inclusive com a divulgação de locais de aula, assim como uma luta para que pais priorizassem a educação e instrução de seus filhos, ao invés de encaminhá-los para o chão fabril.

A pauta sobre a discussão da greve foi presente no periódico, explicando não apenas o seu motivo, mas também instruindo os operários que a greve deveria ser utilizada como uma espécie de último instrumento na luta contra os “capitalistas”, termo cunhado pelo jornal aos patrões. *A Plebe* utilizou com maestria a conquista de “corações e mentes” no forjar da luta anarcossindicalista, lutando não apenas por direitos trabalhistas, mas também pelas conquistas ligadas ao meio social. É interessante destacar que ainda que alguns bairros fossem precários, não deixaram de existir, como demonstra o jornal, as escolas que tinham como objetivo o ensinamento dos pensamentos anarquistas, locais que depois foram perseguidos pelos governos que, segundo *A Plebe*, eram uma espécie de representante dos interesses da elite.

Neste sentido, acredito que o jornal *A Plebe*, fonte e objeto desse estudo, seja imprescindível para aqueles que desejam compreender os meandros da própria história do operariado paulista e brasileiro. Neste periódico, pode-se perceber que as lutas que engendram o pensamento anarcossindicalista em nenhum momento foram fáceis, houve por parte do periódico primeiro o cuidado de conversar com o seu público, entender as suas questões, mazelas e reivindicações, em seguida, há um exercício enorme por parte não apenas do jornal, mas como por agremiações que buscaram pela instrução desse operariado paulista, com ênfase nas crianças.

*A Plebe* ainda nos incitará muitos questionamentos e possibilidades de análises, deixo aqui algumas considerações e apontamentos para futuras pesquisas, por exemplo: um apanhado sobre outros periódicos de mesmo cunho e a forma como viam o movimento operário; o levantamento de jornais ligados aos proprietários das fábricas e a forma como estes viam os periódicos como *A Plebe* entre outros; e também como o próprio movimento através das agremiações de representações operárias viam os jornais que trabalhavam na defesa dos direitos trabalhistas. Como se pode observar, as possibilidades de pesquisas são inúmeras e tenho a certeza de que esta fonte/objeto poderá contribuir sobremaneira para o aperfeiçoamento da historiografia, pois cabe ao historiador lembrar daquilo que a sociedade deseja esquecer.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Eduardo Frankiw de. **Blásfemos e sonhadores: Ideologia, utopia e sociabilidades nas Campanhas anarquistas em A Lanterna (1909-1916)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papyrus, 1993.
- BATALHA, Cláudio H. M. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 12, n. 23/24, p. 111-124, 1992.
- BATALAHA, Cláudio H. M. O Movimento Operário Brasileiro e a Inspiração Internacional (1870-1920). Manaus: **Canoa do Tempo: Revista do programa de Pós-Graduação em História**, v. 5, n. 1, p. 2, 2012.
- BATALAHA, Cláudio H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. Porto Alegre: **Revista Anos 90**, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, 2006.
- BATALHA, Cláudio H. M. Vida associativa: Por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. Porto Alegre: **Revista Anos 90**, v. 5, n. 8, p. 91-99, 1997.
- BIONDI, Luigi. A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. Campinas: **Revista Cadernos AEL**, 2009.
- CALSAVARA, Tatiana da Silva. **A Militância Anarquista Através das Relações Mantidas por João Penteado - Estratégias de Sobrevivência Pós anos 20**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- CASTELLAN, Gláucia Rodrigues. **Artesãos da subversão: Os trabalhadores Gráficos e o Deops: repressão e resistência durante a Era Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O café e a industrialização da cidade de São Paulo. São Paulo: **Revista de História**, v. 20, n. 42, 1960.
- CARREGA, Arthur Daltin. **Imigrantes para a pequena propriedade: O boletim e as ideias da Sociedade Central de Imigração (1883-1891)**. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2017.
- CORRÊA, Carlos Humberto. Anarquismo no Brasil. Porto Alegre: **Revista Estudos Ibero-Americanos**, v. 6, n. 1, 1980.
- CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. São Paulo: Projeto História, n. 35, 2007.
- DE HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DE MORAES, José Damiro. **Educação anarquista no Brasil da Primeira República**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

DE OLIVEIRA, Giani Vendramel. **A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o processo imigratório no Estado de São Paulo (1928-1961)**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2010.

DE OLIVEIRA, Lidiany Cristina. **As teorias raciais e o negro do pós-abolição às primeiras décadas do século xx**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

DE OLIVEIRA, Rodrigo Santos. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). Rio Grande: **Revista Historiae**, v. 2, n. 3, 2011.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. **Branco e negro em São Paulo**. São Paulo: Global, 2015.

FERREIRA, João Fernando. **A construção do Pacaembu**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Leandro Ribeiro. **LIBERTÁRIOS E BOLCHEVIQUES: A repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira (1917-1922)**. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2012.

GONÇALVES, Paulo Cesar; OLIVEIRA, Lélío Luiz de; MONT SERRATH, Pablo Oller. São Paulo e os sentidos da colonização. Franca: **Revista História** (São Paulo), v. 39, 2020.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HORDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!:** memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2022.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. **População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

MARTINS, Gabriela Pereira. **Entre a espada e a coroa: abolicionistas em confrontos políticos no imediato pós-abolição (1888-1889)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

PAIVA, Odair da Cruz. Arquivos da imigração no contexto da hospedaria de imigrantes de São Paulo. Marília: **Revista Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 2, 2009.

PEREIRA, Robson Mendonça. **O prefeito do progresso**: Modernização da cidade de São Paulo na administração de Washington Luís (1914-1919). Franca: Universidade Estadual Paulista, 2005.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

SAMIS, Alexandre. Os matizes do sentido-anarquismo, anarquia e a formação do vocabulário político no século XIX. São Paulo: **Revista Verve**, n. 2, 2002.

SANTOS, Fernando de Oliveira dos. **Pós-abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891-1930)**. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Mugel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SUZIGAN, Wilson. **A industrialização de São Paulo**: 1930-1945. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Economia, v. 25, n. 2, 1971.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, vol. 1**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Edilene Teresinha. Em torno do jornal O Amigo do Povo: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. Campinas: **Revista Cadernos AEL**, n. 8/9, 1998.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. São Paulo: **Revista Projeto História**, v. 4, 1985.

## **JORNAL**

*A PLEBE* – 1917-1924